



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 69

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1968

Projeto de Lei nº 15, de 1968 (C.N.)

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o projeto de lei número 15, de 1968 (CN), que "Institui o sistema de sublegendas e dá outras providências".

ÍNDICE DAS EMENDAS APRESENTADAS POR ORDEM ALFABÉTICA DOS AUTORES

Números — Autores

- 17, 62, 90, 99 — Deputado Adhemar de Barros.
10, 12, 24, 25, 31, 33, 39, 58, 59, 65, 103, 112 — Deputado Alves de Macedo.
1, 49, 96 — Senador Antônio Carlos.
43, 60, 66, 80, 100 — Deputado Arnaldo Cerdeira.
110 — Deputado Arnaldo Nogueira.
15, 37, 86 — Deputado Braga Ramos.
95 — Deputado Carneiro de Loyola.
92 — Deputado Cid Sampaio.
34, 87 — Deputado Clodoaldo Costa.
8, 40, 78, 82, 97 — Deputado Dayl de Almeida.
9, 104 — Deputado Edilson Távora.
74 — Deputado Emilio Gomes.
7, 16, 23, 28, 35, 41, 46, 50, 54, 57, 68, 69, 75, 77, 81, 83, 94, 105 — Deputado Ernesto Valente.
22, 71 — Senador Eurico Rezende.
5, 29, 53, 101 — Deputado Francisco Pereira.
2, 13, 30, 57, 106, 109 — Deputado Garcia Neto.
76 — Deputado Gastone Righi.
27 — Deputado Geraldo Freire.
18, 42, 55 — Deputado Hamilton Prado.
4, 11, 26, 32, 89 — Deputado Hugo Aguiar.
19, 48 — Deputado Janary Nunes.
65 — Deputado Lyrio Bertoli.
56, 56, 63, 73, 88 — Senador Mem de Sá.
116, 117 — Deputado Minoru Miyamoto.
119 — Deputado Rui Santos.
3, 14, 111 — Deputado Saldanha Derzi.
20, 44, 47, 52, 61, 72, 93, 98 — Senador Sigfredo Pacheco.
107, 103, 113, 114, 115 — Deputado Tourinho Dantas

CONGRESSO NACIONAL

91 — Deputado Veiga Brito.

118 — Deputado Weimar Tôrras.

6, 21, 38, 45, 51, 64, 70, 79, 84, 102 — Senador Wilson Gonçalves.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre as convenções partidárias para escolha de candidatos às eleições municipais, estaduais e federais, sobre a instituição de sublegenda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As convenções para a escolha de candidatos às eleições municipais, estaduais e federais, fixadas para 1968, 1969 e 1970, serão realizadas, no máximo, até noventa (90) dias antes do término do prazo para o registro perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. As convenções serão constituídas na forma estabelecida na Lei Orgânica dos Partidos (Lei número 4.740, de 15 de julho de 1965).

Art. 2º As convenções de que trata o artigo anterior serão presididas pelo Juiz Eleitoral da Zona, se municipais, e por membro do Tribunal Regional Eleitoral, por este designado, se regionais.

Art. 3º Adotar-se-ão os seguintes critérios para a escolha dos candidatos, nas eleições a que se refere o artigo 1º:

1) a cargos executivos:

a) considerar-se-á escolhido candidato o nome que obtiver 75% dos votos dos convencionais;

b) se nenhum dos candidatos inscritos obtiver o "quorum" fixado na letra anterior, repetir-se-ão os escrutínios, para efeito de serem facultadas sublegendas aos dois mais votados no terceiro, desde que hajam alcançado no mínimo 30% dos votos dos convencionais;

c) caberá à Convenção reabrir a inscrição de candidatos, cada um deles apresentado, pelo menos por 30% dos convencionais, e proceder na forma prevista nas letras "a" e "b", se, após o terceiro escrutínio, não houver ainda escolhido os candidatos;

d) os convencionais que solicitaram a inscrição dos candidatos serão considerados instituidores das respectivas sublegendas;

e) as sublegendas, quando instituídas, vigorarão, apenas, durante o processo eleitoral a que se destinam;

f) não se somarão os votos dos candidatos das sublegendas;

g) no caso das letras "b" ou "c", a legenda partidária se desdobrará em duas sublegendas, cada uma delas qualificada pela denominação do

Partido, seguida dos números um (1) e dois (2), na ordem dos votos que receberam os respectivos candidatos, vedada qualquer outra sigla;

2) a cargos legislativos cuja eleição se faça pelo voto proporcional:

a) as chapas compor-se-ão de um número de candidatos até o número de vagas mais 60%;

b) a escolha far-se-á pelo sistema de votação proporcional estabelecido no Código Eleitoral vigente, à base de listas que se registrarem até quarenta e oito horas antes do pleito na Convenção, cabendo as sobras às listas que não obtiverem o quociente.

c) a cargos legislativos cuja eleição se faça pelo voto majoritário:

a) se for uma só vaga, adotar-se-á o procedimento prescrito no número 1 deste artigo;

b) se for mais de uma vaga, cada convencional terá direito a votar num candidato, considerando-se escolhidos os mais votados, e suplentes aqueles que se seguirem, na ordem de votação.

Art. 4º Em todas as escolhas disciplinadas nesta lei adotar-se-á o voto secreto.

Art. 5º Serão nulos os votos dados a candidatos pertencentes a partidos diferentes, assim nas eleições majoritárias, como nas proporcionais.

Art. 6º O registro dos candidatos do Partido, incluindo as sublegendas, se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório estadual ou municipal, em uma única petição, para cada eleição.

Parágrafo único. Se o Presidente do Diretório, dentro do prazo legal para o registro, não o requerer, qualquer instituidor de sublegendas ou candidato, juntando cópia autêntica da ata da Convenção, poderá fazê-lo à Justiça Eleitoral, considerando-se este mandatário dos demais para esse fim.

Art. 7º No pedido de registro de candidatos, serão indicados até seis (6) Delegados Especiais, em número igual para cada sublegenda.

§ 1º Os Delegados Especiais, escolhidos em reunião dos respectivos instituidores das sublegendas, as representações perante a Justiça Eleitoral até o trânsito em julgado da decisão que diplomou os eleitos.

§ 2º Os instituidores das sublegendas, em reunião convocada pelo primeiro signatário, poderão, a qualquer tempo, pela maioria de seus membros, substituir os representantes de que trata este artigo.

Art. 8º As sublegendas serão assegurados os mesmos direitos que a lei concede aos Partidos Políticos, no que se refere ao processo eleitoral, especialmente, quanto à propaganda política através do rádio e da televisão,

fiscalização das mesas receptoras, juntas apuradoras e demais atos da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Os horários de propaganda política serão distribuídos, igualmente, entre as sublegendas, cabendo aos Delegados Especiais de cada uma organizarem a participação idêntica de todos os candidatos.

Art. 9º Além dos Delegados Especiais, cada sublegenda poderá credenciar fiscais para todos os atos do processo eleitoral, os quais, indicados por instituidores ou candidatos, serão apresentados à Justiça Eleitoral pelo primeiro instituidor de cada sublegenda ou seu substituto.

Art. 10. Os instituidores de cada sublegenda, para todos os efeitos desta lei, indicarão três substitutos, em ordem cronológica, para representá-la no impedimento ou ausência do primeiro.

Art. 11. Somente poderão ser candidatos os que estiverem filiados ao Partido até 12 meses anteriores à eleição.

Parágrafo único. Para as eleições municipais a se realizarem no dia 15 de novembro de 1968, fica reduzido a 3 meses o prazo referido neste artigo.

Art. 12. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de quinze (15) dias após a promulgação desta lei fixará o respectivo calendário no que se refere às eleições municipais marcadas para 15 de novembro de 1969, para cumprimento do disposto, quanto ao prazo, no artigo 1º.

Parágrafo único. Para as eleições municipais de 1968, o prazo estabelecido no artigo 1º é reduzido a quarenta e cinco (45) dias.

Art. 13. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as necessárias instruções para a fiel execução desta lei.

Art. 14. Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968.
— Antônio Carlos Konder Reis, Senador.

Justificação

A presente emenda substitutiva visa reformular as soluções que o projeto de lei número 15, de 1968 (C.N.), pretende dar aos problemas institucionais do processo eleitoral dos pleitos que se realizarão, no País, neste ano e nos próximos anos de 1969 e 1970.

Os artigos 1º, 2º, 3º e 4º disciplinam a escolha dos candidatos pelas convenções partidárias. É instituída a sublegenda — em número de duas — (artigo 3º, incisos 1, letras "b" e "c" e 3, letra "b") para as eleições aos cargos executivos — todos eles — e aos cargos legislativos de eleição majoritária, caso haja de ser preenchido

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

uma só vaga. São estabelecidos, contudo, condições que conformam o sistema com o que dispõe a Constituição e recomendam os princípios democráticos (Artigo 3º, incisos 1, letras "a", "e", "f" e "g", e 3, letra "a").

Outrossim, pelo disposto nos artigos acima referidos, a instituição de sublegenda é o meio idôneo e capaz de, numa última etapa do processo de escolha, garantir-se os direitos de uma minoria expressiva e contornar-se uma divergência superior a circunstâncias capazes de serem resolvidas no diálogo democrático.

O artigo 5º determina a vinculação dos votos, nas eleições majoritárias e nas proporcionais. Medida indispensável ao fortalecimento dos partidos e ao aperfeiçoamento do regime, através da substituição do debate em torno de pessoas, pelo de idéias, programas e realizações.

Nos artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º, são mantidos, com as adaptações indispensáveis, os dispositivos do projeto sobre o funcionamento das sub-legendas durante o processo eleitoral.

O esforço de adequação da legislação às peculiaridades sociais e políticas do País é prática de sentido realista que encontra precedentes inúmeros e importantes nas nações civilizadas. Ele se conforma com o ideal democrático que, para ser atingido, exige dos instrumentos e mecanismos legais, destinados a colher a vontade do povo, constante adaptação à dinâmica da vida social.

O "Representation of the People Act", de 1949, que revogou e atualizou a legislação inglesa sobre direito de voto, condução de eleições e práticas eleitorais, a Lei Eleitoral Federal da Alemanha, de 1956, e a reforma da legislação francesa que, pouco antes das penúltimas eleições parlamentares estabeleceu a eleição para deputados federais em dois turnos, são exemplos claros da necessidade e conveniência daquele esforço de adequação, seja na legislação eleitoral propriamente dita, seja na legislação sobre partidos políticos.

Não é, pois, de se estranhar que, no Brasil, após as profundas transformações provocadas pelo movimento de 1964, e suas repercussões institucionais e jurídicas, se procure, com renovado interesse, encontrar fórmulas legais capazes de efetivar essa adequação.

E de notar, por outro lado, que tais fórmulas são eminentemente pragmáticas, guardando fidelidade à doutrina nos limites exatos da Lei Maior.

O projeto de lei número 15, de 1968 (C.N.), visa, sem dúvida, buscar para o País aquelas fórmulas legais indispensáveis a bom funcionamento do sistema e fiéis à democracia representativa consagrada na Constituição (artigo 1º).

Teria buscado, também, conformidade com os mandamentos do artigo 149, incisos I, V, e VIII, da Constituição (regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na agarrância dos direitos fundamentais do homem, disciplina partidária, proibição de coligações partidárias) uma vez que dispõe sobre instrumentos legais a serem utilizados pelos partidos políticos.

Atentaria, ainda, para os princípios constitucionais que prescrevem sufrágio universal e voto direto e secreto para a eleição dos Governadores de Estado (Artigo 13 § 2º), voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário, para a eleição dos Senadores (artigo 43) e o que assegura a representação proporcional dos partidos políticos, na forma que a lei estabelecer (artigo 143).

Ora, é irrecusável que, pelo menos, os dispositivos do Projeto, que autorizam a soma de sub-legendas, não guardam aquela fidelidade à Constituição a que nos referimos atrás. Quem o diz não somos nós. São li-

guras das mais autorizadas das letras jurídicas do nosso País.

No que toca a Governadores e Prefeitos, com a soma de sub-legendas, o voto direto, transfere-se do candidato para o partido. No caso dos Senadores, a norma descumpra a exigência do princípio majoritário.

Sendo, justamente, a soma das sub-legendas princípio que informa o projeto, todo, ele está comprometido.

Quanto à sua conveniência, há, também, reparos a fazer.

Entre as funções de um partido político, no regime democrático, destaca-se aquela de orientar, ordenar e disciplinar a opinião pública — por diante dela, em termos de esclarecimento e informação, as questões de interesse geral, objeto de opção. Ora definidas (programas e candidatos) a face a dados concretos e proposições programas e candidatos tarefa, sempre grave, de decidir.

Pelo projeto, ficam os partidos reduzidos a meras máquinas de, sem ideal e disciplina, fazer candidatos que se distinguirão pouco pelas idéias e muito pelas ambições.

Observe-se ainda, que, pelo projeto, não se admite a sublegenda como meio heróico de contornar, em última instância, uma profunda divergência no partido, face a um determinado episódio eleitoral, e, sim, como instrumento de ação prévia para estimular a divisão, ao sabor de interesses certamente respeitáveis mas sempre transitórios e pessoais. E o que é muito sério: enfraquece-se, por demais, a autoridade dos dirigentes, volta-se ao regime — ainda que camuflado — da inflação de partidos, compromete-se a autoridade política do Presidente da República — na qual, em boa parte, repousa a eficácia do regime presidencialista — deturpa-se a instituição do voto levando o eleitor, não raro, a votar num candidato para cargo singular e concorrer para a vitória de outro, decreta-se, enfim, a falência do sistema instituído na Constituição, pela primeira vez no Brasil, disciplinando a vida partidária.

Como inovação a emenda, que só pode e deve ser examinada como um todo, consagra a vinculação — norma capaz de provocar aquela reprovação indispensável ao aperfeiçoamento da vida pública do País. Com ela, teremos campanhas eleitorais à base de idéias e programas, evitaremos os entendimentos laterais que amesquinham os candidatos e desiludem os eleitores, daremos aos partidos, a responsabilidade que de fato lhes cabe no processo democrático. O critério da vinculação não prejudica ninguém que acredite no seu partido e quem não tiver este mínimo de fé... não pode ser objeto de consideração.

Finalmente, a emenda reduz o tempo de filiação partidária, para o efeito de permitir seja o cidadão candidato, de modo a tornar a norma praticável.

Com esta justificação, submetemos a presente emenda à consideração do Congresso Nacional, dizendo, por último e com a necessária ênfase, que, ao redigi-la, nos inspiramos,

exclusivamente no desejo de servir à Democracia e ao Brasil.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968. — Senador Antônio Carlos Konder Reis.

Nº 2

O "caput" do artigo 1º terá a seguinte redação:

Art. 1º Os Partidos Políticos poderão instituir na forma prevista nesta lei, duas sublegendas nas eleições proporcionais e majoritárias, salvo nas referentes a Presidente e Vice-Presidente da República.

Brasília, 3 de maio de 1968. — Deputado Garcia Neto.

Nº 3

O Art. 1º do referido Projeto de Lei que institui o sistema de sublegendas e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Os Partidos políticos poderão instituir, na forma prevista nesta lei, até duas sublegendas nas eleições proporcionais e nas majoritárias salvo nas referentes a Presidente e Vice-Presidente da República.

Sala das Sessões maio de 1968. — Deputado Saldanha Derzi.

Nº 4

O Art. 1º do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Os partidos políticos poderão instituir na forma prevista nesta lei, até duas sublegendas nas eleições proporcionais e nas majoritárias, salvo nas referentes a Presidente e Vice-Presidente da República.

Parágrafo Único — Consideram-se sublegendas listas autônomas de candidatos concorrendo à mesma eleição dentro da organização partidária na forma da lei.

Justificativa

Embora o sistema de sublegendas possa apresentar-se como uma anomalia, a conjuntura brasileira espera e deseja encontrar, nela a fórmula de preservação da unidade partidária.

A adoção de até três sublegendas vai além do objetivo visado, visto como torna-se fonte do multipartidarismo que é a própria negação da filosofia que inspirou a organização partidária.

Sugere-se, pois, duas. Com isso preserva-se em condições melhores a estrutura do partido. Estabelece-se o equilíbrio de forças. Limita-se o conflito ao dualismo das competições, impede-se a germinação de mais de quatro partidos no caso de as sublegendas se constituírem em centros polarizados de novas organizações políticas.

Sala das Sessões em... — Hugo Aguiar.

Nº 5

Ao art. 1º Substitua-se as expressões "até três sublegendas" por "até duas sublegendas", fazendo-se as correções correspondentes nos demais dispositivos do texto do projeto

Justificativa

Parece-me demasiada a adoção de três sublegendas. Apenas duas con-

larão as eventuais discordâncias internas dos partidos, egressas do multipartidarismo anterior ao regime dos atos institucionais. Na primeira fase da revolução, quando essas discordâncias eram mais numerosas, justificava-se o regime de três sublegendas. Agora, na segunda fase, as lutas internas já bastante reduzidas, poder-se-ia conciliar as divergências a apenas duas sublegendas.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — Deputado Francelino Pereira.

Nº 6

Reduza-se para cento e vinte (120) dias, o prazo constante do art. 2º, caput do Projeto.

Justificação

Sendo de noventa (90) dias o prazo para entrada em cartório do requerimento de registro dos candidatos, ex vi do que preceitua o art. 93 Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) não se compreende que se dê termo tão longo para a instituição de sublegendas. Dentro de 120 dias, haverá tempo suficiente para esse fim, restaurando um interregno de 30 dias para as providências de registro.

São essas as razões que amparam a presente emenda.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1968. — Senador Wilson Gonçalves.

Nº 7

Art. 2º

Reduza-se o prazo para 150 dias

Justificação

Devendo realizar-se, em novembro próximo, eleições municipais em determinado ponto do território nacional, o prazo de 6 meses fixado no projeto deverá expirar, após a realização dos pleitos.

Além disso, o prazo de 150 dias é mais do que suficiente para a Convenção partidária de escolha de sublegendas.

Se não for reduzido o prazo do projeto, qual a lei que disciplinará as próximas eleições municipais, em São Paulo por exemplo?

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Ernesto Valente, Deputado.

Nº 8

Substitua-se, no art. 2º, a expressão "dentro de seis meses", por esta outra: "dentro de 9 (nove) meses..."

Justificativa

Num país continental, como o nosso, o tempo a ser dedicado às campanhas eleitorais não deve ser restrito. Restringi-lo significa, de um lado, impedir que o povo seja atingido e, de outro, que chamados "chefes políticos" "coronéis" e "cabos eleitorais" se transformem em cada Município os únicos elementos de contato entre os candidatos e os eleitores. Daí, a emenda supra, dando mais três meses aos que pleiteiam o voto popular, para atingir todas as camadas populares, em todos os quadrantes deste imenso país.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Deputado Dayl de Almeida.

Nº 9

No Art. 2º do Projeto substitua-se a expressão "decidida" por "concedida" e no § 1º do mesmo Artigo a expressão "decidir" por "constituir".

Justificativa

Deve ficar bem claro que a sublegenda constitui um direito líquido e certo assegurado por lei e nunca dependente de uma decisão de Convenção.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Deputado Melo Tâporé.

Nº 10

O art. 2º e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º As sublegendas poderão ser instituídas dentro dos 6 (seis) meses anteriores à data fixada para as eleições.

§ 1º Quando se realizarem eleições simultâneas, o Partido poderá concorrer em todas as sublegendas.

§ 2º Cada sublegenda será qualificada pela sigla do Partido, seguida de adjetivos de caráter cívico, permitido em lei, que a distinguirá.

— *Alves de Macedo*, Deputado Federal.

Nº 11

O art. 2º e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º A instituição da sublegenda será decidida pelos Diretórios Regionais dentro de seis meses anteriores à data fixada para as eleições, considerando-se constituída a que obtiver um terço, no mínimo, de seus membros.

§ 1º Quando se realizarem eleições simultâneas o Partido poderá concorrer em todas através das sublegendas instituídas.

§ 2º Cada sublegenda será qualificada pela denominação do partido, seguida dos números 1 e 2, obedecendo à ordem de preferência da sua concessão.

O critério político para as eleições a matéria que interessa diretamente ao órgão político do Partido. Dentro deste a escolha dos candidatos do Partido ao pleito é assunto pertencente aos convencionais. No primeiro caso a direção partidária cabe julgar da conveniência de se adotar critérios, nem sempre uniformes para atender aos interesses partidários dos diversos municípios. No segundo não se pode recusar ao convencional o direito de escolher os candidatos de sua preferência.

— *Hugo Aguiar*.

Nº 12

Suprima-se:

Artigo 2º, parágrafo 1º:

... "ou apenas aquelas em que a Convenção decidir"

Justificativa

Não permitir à Maioria da Convenção o direito de admitir ou não a sublegenda para eleições de fato nega o seu objetivo.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — Deputado *Alves de Macedo*.

Nº 13

O § 2º do Art. 2º terá a seguinte redação:

§ 2º. Cada sublegenda será qualificada pela denominação do Partido, seguida dos números 1 e 2, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na Convenção.

Brasília, 3 de maio de 1968. — Deputado *Garcia Neto*.

Nº 14

O Art. 2º no seu parágrafo 2º do referido Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º, § 2º Cada sublegenda será qualificada pela denominação do Partido, seguida dos números 1 e 2, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas, na convenção.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968. — Deputado *Saldanha Derzi*.

Nº 15

1) Ao art. 2º, acrescente-se o seguinte parágrafo:

"A sublegenda só poderá ser proposta quando apoiada por vinte convencionais, ao mínimo"

Justificativa

O projeto não se refere a quem vai ser a iniciativa da proposta da sublegenda. A emenda procura atingir esse objetivo.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — Deputado *Braga Ramos*.

Nº 16

Art. 2º

Acrescente-se:

§ 3º Será atribuída a sublegenda nº 1 ao bloco majoritário e, em caso de empate, entre dois ou mais blocos de convencionais, serão as sublegendas respectivamente escolhidas, mediante sorteio.

Justificativa

A hipótese de empate entre os blocos ou grupos partidários, que disputarão sublegenda, na Convenção, não está prevista no projeto.

A matéria deve ser disciplinada, para evitar que surja impasse nos trabalhos da Convenção partidária.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Deputado *Ernesto Valente*.

Nº 17

Acrescente-se mais um parágrafo ao art. 2º, com o texto abaixo:

Parágrafo. "Para as eleições municipais de 1968, a instituição da sublegenda poderá ocorrer na respectiva convenção, até três meses antes do pleito respectivo".

Justificativa

Até que esta proposição entre em vigor, como lei, estaremos a menos de seis meses do pleito de 15 de novembro próximo.

As providências para a realização das convenções e para a instituição das sublegendas, deverão desligar-se da exigência do caput do art. 2º, cujo prazo não permitiria a criação delas.

Dai a conveniência para que essas convenções se realizem até três meses antes dos pleitos municipais marcados para o corrente ano.

Brasília, 3 de maio de 1968. — Deputado *Adhemar Ghisti*.

Nº 18

Emenda Aditiva ao Art. 2º

"Acrescentem-se dois novos §§ ao art. 2º, como segue"

§ 3º. Para as eleições municipais a se realizarem em novembro de 1968 os Diretórios Municipais substituirão as convenções nas atribuições conferidas a estas na presente lei.

§ 4º. Nos Municípios em que não tenham sido constituído Diretório Municipal a atribuição da criação de sublegendas e indicação de candidatos será deferida à Comissão Executiva Regional.

Justificativa

Para que as convenções Municipais se realizem, necessário será que os Partidos já tenham processado a filiação partidária dos eleitores em número proporcional aos existentes no Município, como manda o art. 32 da Lei nº 4.740, de 15.7.65 — (L.O.)

Ora, acontece que, em muitos dos Estados em que haverá eleições Municipais no corrente ano os Partidos não procederam a essa filiação, nem tampouco dispõem de condições para realizá-la. É oportuno lembrar que, até hoje, ainda não foi dado aos Partidos o Fundo Partidário.

Manter como está no projeto, em muitos Municípios em que haverá eleições este ano, os Partidos não poderiam apresentar candidatos. Dai a solução proposta na emenda, especialmente considerando-se que a Lei nº estabeleceu a prorrogação dos mandatos dos diretórios existentes, até o ano de 1969, por essa mesma razão.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968 — *Hamilton Prado*.

Nº 19

Acrescente-se aos artigos 2º, 9º e ao § único do artigo 18 a palavra *territorial*, referente aos Territórios Federais.

1) Onde se lê:

"Art. 2º — A instituição de sublegenda será decidida pela respectiva convenção partidária estadual ou municipal," etc. ...

Leia-se:

"Art. 2º — A instituição de sublegenda será decidida pela respectiva convenção partidária estadual, territorial ou municipal" etc.

2) Onde se lê:

"Art. 9º — O registro dos candidatos do Partido, incluindo as sublegendas, se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório estadual ou municipal", etc. ...

Leia-se:

"Art. 9º — O registro dos candidatos do Partido, incluindo as sublegendas, se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório estadual, territorial ou municipal" etc. ...

3) Onde se lê:

"Art. 18 ...

Parágrafo único. O Diretório Nacional, ex officio ou mediante representação do Diretório Estadual ou Municipal", etc.

Leia-se:

"Art. 18 ...

Parágrafo único. O Diretório Nacional, ex officio ou mediante representação do Diretório estadual, territorial ou municipal" etc.

Justificativa

Como é hábito nos projetos encaminhados ao Congresso, o Projeto de Lei nº 15 omite a situação dos Territórios Federais.

A Constituição Federal estabelece no artigo 1º:

"O Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios".

Também, no artigo 41 a Lei Magna prescreve:

"Art. 41. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 5º Cada Território terá um Deputado".

Consta, outrossim, do Código Eleitoral (Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965), nos arts. 83, 90 e § 2º do art. 91, o seguinte:

"Art. 83. Na eleição do presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos Estados, senadores federais e seus suplentes, deputado federal nos Territórios, prefeitos municipais e vice-prefeitos e juizes de paz, prevalecerá o princípio majoritário."

"Art. 90. Somente poderão inscrever candidatos os partidos que possuam diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição."

"Art. 91.

§ 2º Nos Territórios far-se-á o registro do candidato a deputado com o do suplente."

O Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional também consigna:

"Art. 5º A Aliança Renovadora Nacional será dirigida, em cada Estado ou Território, por uma Comissão Diretora Regional, cujos membros poderão ser ou não parlamentares."

E' mais do que evidente, portanto, quando se estabelecem atribuições, direitos e deveres para convenções partidárias estaduais e municipais e para Diretórios estaduais e municipais que

somente por omissão não foram referidas as convenções partidárias e os diretórios *territoriais*.

As emendas, ora apresentadas, visam a corrigir essa omissão, referente aos Territórios Federais, existentes no Projeto em exame.

Brasília, 30 de abril de 1968. — Deputado *Janary Nunes*, ARENA — Amapá.

Nº 20

Suprimam-se os Artigos 3º e 4º e substituam-se pelos seguintes o Artigo 2º e seus parágrafos:

Art. 2º A instituição de sublegenda será decidida pela respectiva convenção partidária estadual ou municipal, até quatro meses antes do término do prazo para registro de candidatos na Justiça Eleitoral.

§ 1º Quando se realizarem eleições simultâneas, cada sublegenda poderá registrar candidatos a uma ou mais eleições conforme o decidam os seus instituidores.

§ 2º Cada sublegenda será qualificada pela denominação do partido, seguida dos números de 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção.

§ 3º Na votação para instituição da sublegenda, na convenção o voto será nominal.

§ 4º Proposta a sublegenda por 20% (vinte por cento) no mínimo, dos membros do diretório estadual e municipal, somente será recusada se contra a proposta votarem mais de 80% (oitenta por cento) do total dos membros da respectiva convenção, considerando-se aprovadas, para o efeito de registro na Justiça Eleitoral as três mais votadas e que tenham obtido, pelo menos, cada uma, 20% (vinte por cento) dos votos dos convencionais presentes.

§ 5º Considerar-se-ão instituidores da sublegenda além dos membros do diretório que a propuseram, os que votaram a seu favor na convenção, devendo constar da ata da convenção a relação definitiva dos instituidores de cada sublegenda.

§ 6º Instituídas as sublegendas vigorarão estas, apenas, durante o processo eleitoral a que se destinam.

Brasília, 3 de maio de 1968 — *Antônio Cruz* — *Sigefredo Pacheco*

Nº 21

Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 3º Na votação para a instituição da sublegenda o voto será secreto".

Justificativa

No nosso regime constitucional vigente, a regra geral é o voto secreto (Constituição Federal, art. 143).

Aliás se os candidatos vão receber sufrágios secretos nas eleições, por que razão a sua escolha, em convenção, deva fazer-se por voto nominal?

Demais, a votação secreta, mais imune às influências ilegítimas assegura melhor escolha e é mais conforme ao sistema democrático.

A emenda merece, por isso, aprovação.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1968 — *Wilson Gonçalves*

Nº 22

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

"Art. 3º Na votação para a instituição de sublegenda o voto será secreto".

Justificativa

A sublegenda visa a garantir o direito das minorias.

O sufrágio secreto mais se coaduna com a natureza de instituição do sistema.

Brasília, 2 de maio de 1968. — *Eurico Rezende*.

Nº 23

Art. 3º

Substitua-se a expressão "o voto será nominal"

pela expressão:

"o voto será secreto".

Justificação

A prática do voto secreto é sempre a desejável, por ser a mais conveniente, sobretudo, quando do exercício de atos sujeitos a certas pressões ou influências.

Será o clima das Convenções o de um "seio de Abraão".

Representando as sublegendas a manifestação das divergências internas dos Partidos, tudo está a indicar que, na maioria dos casos, o ambiente das Convenções será de tensão emocional e até mesmo explosivo.

Além disso, o voto secreto exige a presença física do convencional, enquanto que, o voto nominal, poderá ser expresso, mediante procuração.

Após a apuração do resultado da Convenção, os seus participantes constituirão as sublegendas, de acordo com o resultado.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968 — *Ernesto Valente*

Nº 24

Artigo 3º

Onde se lê: "nominal"

Leia-se: "secreta"

Justificação

Por que nominal?

Os convencionais devem estar a coberto das inevitáveis e costumeiras pressões, a fim de que possam votar na sublegenda que livremente haja preferido.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968 — *Alves de Macedo*

Nº 25

Dê-se ao art. 3º a redação abaixo, aditando-lhe o parágrafo que se segue.

Art. 3º Na convenção convocada para instituição de sublegendas, a votação processar-se-á por escrutínio secreto.

Parágrafo único. Os convencionais subscritores de requerimento solicitando a instituição de sublegendas serão considerados seus instituidores. — *Alves de Macedo*, Deputado Federal.

Nº 26

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo único:

Art. 3º

Parágrafo único. Nenhum convencional poderá votar pela instituição de mais de uma sublegenda.

Justificativa

— Proibição é indispensável, pois, a permitir-se a todo convencional votar em tantas listas quantas forem as postulações de sublegendas as pressões de sua instituição se tornariam incoerentes.

Sala de Sessões. — *Hugo Aguiar*.

Nº 27

Acrescente-se:

Art. 3º

Parágrafo único. A ninguém é lícito votar pela instituição de mais de uma sublegenda.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Deputado Geraldo Freire*.

Justificativa

O nobre Deputado Hugo Aguiar que apresentou anteriormente uma emenda ao artigo em questão, preferiu, conforme telefonema ao 2º signatário, a fórmula agora apresentada

que lhe parece mais abrangente e compreensível.

Dai a razão da presente emenda, que assino por ele.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Deputados Hugo Aguiar — Geraldo Freire*.

Nº 28

Art. 4º

Redija-se assim:

"Art. 4º Cada bloco de 20%, no mínimo, dos convencionais, constituirá sublegenda, até o limite fixado no art. 1º."

Justificação

A lei deve ser necessariamente, clara e explícita. Mas o óbvio não é matéria de lei.

Ora, o que se pretende assegurar no projeto é o direito de 20% dos convencionais constituírem uma sublegenda. Nessas condições, é óbvio que um número superior a 80% dos convencionais invalide qualquer esforço do bloco restante, para obtenção de sublegenda.

Definido que somente 20% poderão formar sublegenda é evidente que a existência de bloco superior a 80% torna-se impeditiva da existência da mesma.

Colocar isto numa lei, parece-nos irrelevante.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — *Ernesto Valente*, Deputado.

Nº 29

Dê-se ao art. 4º do Projeto a seguinte redação:

"Resolvida a instituição de sublegendas, proceder-se-á à votação, que será nominal, considerando-se constituídas as duas (2) mais votadas e que tenham obtido, pelo menos, cada uma, trinta por cento (30%) dos votos."

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — *Deputado Francisco Pereira*.

Nº 30

No artigo 4º:

Substitua-se as palavras "as três mais votadas" para "as duas mais votadas".

Brasília, 3 de maio de 1968. — *Dep. Garcia Neto*.

Nº 31

Redija-se o art. 4º e seus parágrafos nos seguintes termos, acrescentando-lhe outro parágrafo que será o 3º.

Art. 4º Resolvida a instituição da sublegenda, que somente, poderá ser recusada por um "quorum" superior a 80% (oitenta por cento) dos convencionais, seus instituidores procederão na forma do art. 8º.

§ 1º Será automática a constituição da sublegenda, para as eleições de Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Juizes de Paz, quando requerida por 1 (um) ou mais Deputados Federais, eleitos pela legenda partidária no último pleito de 11-XI-68, e que hajam obtido, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos válidos conferidos ao Partido.

§ 2º Os Senadores poderão firmar o requerimento de que trata o parágrafo anterior, na qualidade de instituidores, sem que sua votação seja computada para os fins nela previstos.

§ 3º Os atuais Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores e Juizes de Paz serão candidatos natos da sublegenda de que forem instituidores. — *Alves de Macedo* — Deputado Federal.

Nº 32

Suprima-se o *caput* do art. 4º, passando o seu parágrafo 1º a constituir o artigo e seu § 2º, o § 1º.

Justificativa

Face às emendas anteriores esta se torna necessária para o ajustamento necessário. — *Hugo Aguiar*.

Nº 33

Artigo 4º

Suprima-se as seguintes palavras: "... a qual somente poderá ser recusada por um "quorum" superior a 80% dos convencionais"

e "... e que tenham obtido, pelo menos, cada uma, vinte por cento (20%) dos votos."

Justificação

O espírito da Lei ao permitir a sublegenda e sobretudo o de evitar a tirania partidária dos grupos majoritários e permitir as minorias o direito de disputar as preferências eleitorais.

Ao estabelecer "quorum" e o mínimo de votos dos convencionais, permite o projeto que os grupos dominantes, detentores das direções dos Partidos, fiquem com o poder de negar aos contendores o direito à sublegenda, sobretudo quanto é fato que as nossas agremiações partidárias, com o bipartidarismo, que obrigou a convivência em duas legendas de correntes partidárias tradicionais, que se abrigavam em cerca de quinze partidos sendo que em quase todos estes era notória a subdivisão em inúmeros grupos.

As "agregações políticas para fins eleitorais", foram constituídas de cima para baixo, talvez devido à premência de tempo, quase não permitindo que os diversos grupos políticos se representassem na proporção da sua verdadeira força eleitoral.

Nada mais justo que conceder-se aos três grupos mais votados nas Convenções o direito de concorrer aos pleitos em sublegenda, independente de quaisquer outras exigências do que as já contidas em lei.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Deputado Alves de Macedo*.

Nº 34

Que institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências.

No art. 4º exclua-se as palavras: "e que tenham obtido, pelo menos, cada uma vinte por cento (20%) dos votos".

Sala das Sessões, 6 de maio de 1968. *Deputado Cícero Costa*.

Nº 35

Art. 4º

§ 2º

Redija-se da seguinte maneira:

Art. 4º

§ 2º As sublegendas vigorarão, até a realização de novas eleições gerais ou organização de novo partido político.

Justificação

Nada obsta que os candidatos eleitos para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais se organizem em blocos políticos, de acordo com as sublegendas sob as quais se elegeram.

Tais blocos ou grupos servirão, possivelmente, de embriões para os novos partidos, ensejando a vigência do preceito constitucional, que firma a pluralidade partidária.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — *Deputado Ernesto Valente*.

Nº 36

Ao Art. 4º, acrescente-se mais um parágrafo, que será o de nº 3.

§ 3º Aceita a instituição de sublegendas, nos termos deste artigo, para a apresentação delas à Convenção bastará que assinem a proposta de

candidatos ou de listas apenas dez por cento dos convencionais.

Justificação

A emenda tem por fim preencher a omissão existente no *caput* do art. 4º. Ali se diz que se considerarão "constituídas as três (3) mais votadas e que tenham obtido, pelo menos, cada uma, vinte por cento (20%) dos votos".

Está perfeito e o preceito é justo. Mas faltou explicitar quem, que número de convencionais, pode apresentar à Convenção as listas ou os nomes dos candidatos a serem sufragados. Parece-nos que, para maior liberdade de opções e mais possibilidades de escolhas, deve ser facilitada a simples "apresentação" das listas, sublegendas ou nomes. Nenhum inconveniente daí decorre uma vez que somente as três mais votadas (com um mínimo de 20% dos votos) terão direito a se tornarem, efetivas sublegendas.

Congresso Nacional, 6 de maio de 1968. — *Senador Mem de Sá*.

Nº 37

2º Ao art. 4º, acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ "Cada sublegenda, antes de sua extinção, indicará, dentre seus membros instituidores, tantos quantos proporcionalmente necessários para assegurar-lhe representação nos Diretórios Estaduais ou Municipais, conforme os pleitos a que se tenham destinado".

Justificativa

A extinção das sublegendas após os pleitos, admite-se. O que não se deve admitir é a exclusão de seus instituidores através de um ou mais representantes, na composição dos Diretórios. As sublegendas não serão espúrias aos Partidos. Se-lo-ão, contudo, se aliados dos Diretórios, se aceitarão somente, nas fases pré-eleitorais. Outras consequências a favor do que pretende a emenda, facilmente se despreendem.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — *Deputado Braga Ramos*.

Nº 38

O art. 5º, *caput*, do Projeto passa a ter o seguinte contexto:

"Art. 5º A convenção para a escolha dos candidatos será realizada, no máximo, até vinte e cinco (25) dias antes do término do prazo para o seu registro perante a Justiça Eleitoral".

Justificação

A redução do prazo visa a harmonizar o dispositivo com a orientação adotada em nossa emenda ao art. 2º, *caput*, do Projeto.

Instituídas as sublegendas e, em seguida, feita a escolha dos candidatos, haverá tempo necessário para o respectivo registro.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1968. — *Senador Wilson Gonçalves*.

Nº 39

Imprima-se ao art. 5º e a seu parágrafo único a redação seguinte:

Art. 5º A convenção partidária para escolha dos candidatos será realizada, no máximo, até 90 (noventa) dias antes do término do prazo para seu registro perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. As convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4.740, de 15.8.65), devendo o representante da Justiça Eleitoral, que as presidir, determinar o fornecimento de cópia autêntica da respectiva ata, dentro de 24 (vinte e quatro) horas após a convenção, sob pena de apreensão dos livros pela Justiça Eleitoral. — *Alves de Macedo*, Deputado Federal.

Nº 40

Substitua-se, no art. 5º, a expressão — "até 60 (sessenta) dias" — por esta outra: "até 120 (cento e vinte) dias".

Justificativa

As razões da presente emenda são as mesmas que inspiraram a apresentada, por nós ao art. 2º do Projeto em causa. A elas poderíamos acrescentar mais esta: em sessenta dias, só os candidatos providos de fortes e grandes recursos publicitários de alto custo, poderiam atingir todo o território de seus Estados, dando-lhe, em consequência, predominância ao poder econômico, contra as reais e legítimas lideranças populares.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968.

— Deputado Dayl de Almada.

Nº 41

Art. 5º

Dilate-se o prazo para 120 dias

Justificativa

Reza o art. 93 do Código Eleitoral vigente, (Lei nº 4.737, de 16.7.65):

"Art. 93. O prazo para entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do 90º (nonagésimo) dia anterior à data marcada para a eleição".

O referido dispositivo está em plena vigência, no presente, posto que a Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966, apenas reduziu aquele prazo, para as eleições de 1966.

Estabeleceu o dispositivo da referida lei:

"Art. 60. O prazo para a entrada em Cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo, nas eleições que se realizarem em 1966, terminará, improrrogavelmente, às 18 horas do 30º dia anterior à data marcada para a realização das mesmas".

Como se vê, foi apenas, uma medida de exceção.

Assim, estando de pé o prazo da Lei 4.737 (Cód. Eleitoral), torna-se indispensável que a Convenção para escolha dos candidatos, com a antecedência de, pelo menos, 90 dias da data fixada para registro das candidaturas.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Deputado Ernesto Valente.

Nº 42

Emenda Aditiva ao Art. 5º

"Acrescente-se um novo § ao art. 5º para a hipótese de aceitação da emenda apresentada visando a possibilidade dos Direitórios Municipais terem sublegendas, na impossibilidade de convenção, neste ano de 1968 como segue"

— no caso dos § 3º e 4º do Art. 5º, o prazo será o de até 60 dias antes do pleito".

aceita a emenda o atual § único ficará a § 1º

Justificativa

O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo, terminará, improrrogavelmente, nos termos do art. 93 da Lei nº 4.737 (Lei eleitoral), às 18 horas do 90º (nonagésimo) dia anterior à data marcada para a eleição. Nestas condições, dentro dos estritos termos do art. 5º do projeto, os candidatos para o pleito Municipal até o ano (15 de novembro de 1968) terão de ser escolhidos até o dia 15 de maio p.f., o que seria inexequível, face que a transformação do projeto de lei só se dará em início desse mês de junho.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968.

— Hamilton Prado.

Nº 43

O parágrafo único do artigo 5º passará a ser parágrafo primeiro;

Acrescente-se ao artigo 5º:

§ 2º para as eleições municipais a se realizarem no dia 15 de novembro de 1968, as convenções municipais serão constituídas na forma disposta no item I e II do art. 43 da Lei 4.740 de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

Justificativa

Não tendo ainda os Partidos Políticos realizado as convenções municipais previstas no art. 43 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, isto é, não tendo se processado, ainda, a arrematada partidária através do fechamento dos seus correligionários por município, ante o adiamento determinado pela Lei 5.370, de 5 de dezembro de 1967, evidentemente não se poder estabelecer a proporcionalidade de representação dos correligionários arrematados no Município na forma do item IV do art. 43 da Lei 4.740 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Assim, é justo que somente aqueles elementos, já existentes, façam parte da Convenção Municipal, nas primeiras eleições de 1968, sem o que não se poderia constituir as convenções municipais determinadas pelo art. 5º do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1968. — Deputado Arnaldo Cerqueira.

Nº 44

Suprimam-se o artigo 8º e seu parágrafo único e substituíam-se pelos seguintes o artigo 5º e seu parágrafo único:

Art. 5º As convenções para escolha dos candidatos se realizarão, no máximo, até sessenta (60) dias antes do término do prazo para o seu registro na Justiça Eleitoral e serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 4.740 de 15 de julho de 1965)

§ 1º Instituídas sublegendas, a escolha dos candidatos se fará em votações sucessivas, delas participando, para cada sublegenda, os seus instituidores.

§ 2º A escolha dos candidatos obedecerá à ordem numérica das sublegendas, lavrando-se ata da convenção abrangendo todas as votações.

Brasília, 3 de maio de 1968. — Senador Achiles Cruz — Senador Sigefredo Pacheco.

Nº 45

Inclua-se, logo após o artigo 5º do Projeto, o seguinte artigo:

"Art. Se, por ocasião da eleição dos delegados a convenção municipal ou regional, verificar-se divergência entre os membros integrantes do diretório incumbido dessa escolha, de modo que represente uma parcela igual ou superior a vinte por cento (20%) de sua composição, distribuir-se-á, proporcionalmente, tanto quanto possível, entre as correntes divergentes do diretório, o número de delegados a escolher, assegurando-se, assim, a cada uma delas o direito de enviar representantes a convenção".

Justificativa

O Projeto, no parágrafo único do seu art. 5º, determina que as convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos (Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965). Essa lei não disciplina a figura das sublegendas e, consequentemente, não poderá conter dispositivo que assegure, na convenção, a presença de delegados que representem as diversas tendências verificadas em cada agremiação partidária.

Ora, visando o Projeto a instituição de sublegendas, para atender à heterogeneidade da formação dos atuais Partidos Políticos, e atribuindo

do às convenções partidárias a competência para a criação e lógico e intuitivo, indispensável mesmo, que se leve em consideração, também, a realidade das divergências existentes na constituição dos diretores para garantir as correntes divergentes desde que correspondam, no mínimo, a vinte por cento (20%) dos seus componentes, a participação efetiva nos trabalhos e decisões das convenções.

Sem essa providência antecipadora, a maioria de cada diretório elegerá a totalidade dos seus delegados, impedindo, deste modo, que as minorias, embora ponderáveis, interfiram nas deliberações do Partido.

Esta a finalidade da emenda, que tem inteira procedência.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1968. — Senador Wilson Gonçalves.

Nº 46

Art. 6º

Redija-se o artigo, como se segue:

"Art. 6º Nas eleições para o Senado Federal, cada sublegenda poderá apresentar tantos candidatos e respectivos suplentes, quanto o número de vagas."

Justificativa

Como está redigido o art. 6º do projeto, apenas, se cogitou das próximas eleições gerais, para o Senado, quando serão renovados os 2/3 da representação de cada Estado.

A redação, que oferecemos, visa a disciplinar qualquer eleição para o Senado Federal, inclusive para preenchimento de vaga decorrente de falecimento ou renúncia do Senador, não existindo suplente.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Deputado Ernesto Valente.

Nº 47

Substitua-se pelo seguinte o artigo 6º

Art. 6º Nas eleições para o Senado Federal, quando forem quas o utras vagas a preencher, cada sublegenda poderá registrar dois ou três candidatos e os seus respectivos suplentes e o registro se fará separadamente um para cada vaga.

Brasília, 3 de maio de 1968. — Senador Achiles Cruz — Senador Sigefredo Pacheco.

Nº 48

Acrescente-se ao artigo 6º:

"Parágrafo único. Nas eleições para a Câmara dos Deputados nos Territórios Federais, em que só existe uma vaga, cada sublegenda poderá registrar um candidato e seu respectivo suplente".

Justificativa

A Constituição Federal estabelece:

"Art. 41. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 5º. Cada Território terá um Deputado".

O Código Eleitoral prescreve:

"Art. 83. Na eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores dos Estados, Senadores Federais e seus suplentes, Deputado Federal nos Territórios, Prefeitos Municipais e Vice-Prefeitos e Juizes de Paz, prevalecerá o princípio majoritário".

"Art. 91. ...

§ 2º. Nos Territórios far-se-á o registro do candidato a Deputado com o do Suplente".

O Projeto de Lei nº 15 de 1968, foi omissão em relação às sublegendas

nos Territórios Federais. A presente emenda visa a corrigir e a omissão e aperfeiçoar o Projeto.

Brasília, 30 de abril de 1968. — January Nunes.

Nº 49

Acrescente-se, como art. 6º, para ficar conjugado o art. 5º, o seguinte:

Art. 6º. A escolha de candidatos às eleições municipais previstas para 15 de novembro de 1968, obedecerá ao que dispõe o art. 2º da Lei 5.370 de 5.12.67 e se realizará até 15 dias antes do término do prazo de registro perante a Justiça Eleitoral.

Justificativa

O Projeto dispõe, no seu art. 14, parágrafo único, que "as convenções serão constituídas na forma prevista pela Lei Orgânica dos Partidos (Lei 4.740 de 15.7.65)".

Ora, a Lei nº 5.370 de 5.12.67 transferiu para 1968 a obrigatoriedade da filiação partidária, alterando, consequentemente, a constituição das convenções que se realizarem antes do referido ano de 1969.

A emenda se impõe como condição indispensável para possibilitar a escolha de candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

A realização da escolha de candidatos às próximas eleições municipais deve ter o seu prazo até bem próximo do registro devido a exiguidade de tempo para a organização dos Direitórios Municipais, aos quais sabe a indicação dos referidos candidatos. Essa a razão do mencionado prazo ficar reduzido para 15 dias.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968. — Antônio Carlos Konder Reis.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.370 DE 5.12.67

"Art. 1º

Art. 2º. Até a eleição dos diretores municipais nos termos e prazos estabelecidos nesta lei, os direitórios municipais serão organizados, independentemente de filiação partidária, pelos direitórios regionais dos partidos, nos municípios em que os mesmos hajam sido constituídos ou tenham sido destituídos ou dissolvidos, e exercerão competência plena para a escolha e registro de candidatos a funções eletivas municipais.

Parágrafo único.

Art. 3º.

Art. 4º.

Art. 5º.

Art. 6º.

Nº 50

Art. 7º.

Redija-se assim:

"Art. 7º Nas eleições proporcionais, cada partido poderá registrar tanto candidatos, quantos os lugares a preencher, acrescidos de um terço, desprezada a fração.

Justificativa

Na prática, o que vimos, em pleitos anteriores é que os partidos não conseguem sequer apresentar lista completa de candidatos, correspondente ao número de vagas.

E' que muito poucos se aventuram a concorrer a posto eletivo, sem alguma certeza de eleição.

No caso das eleições municipais, o número de candidatos torna-se cada vez mais diminuído, depois que foi estabelecida a gratuidade do exercício do mandato de vereador.

Além disso, julgamos que deve ser mantida a regra contida no art. 93 do Código Eleitoral (Lei número 4.737).

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Deputado Ernesto Valente

Nº 50-A

Art. 7º.

Redija-se assim:

"Art. 7º. Nas eleições proporcionais, cada partido poderá registrar tantos candidatos, quantos os lugares a preencher, acrescidos de um terço, desprezada a fração.

Justificativa

Na prática o que vimos, em pleitos anteriores é que os partidos não conseguem sequer apresentar lista completa de candidatos, correspondente ao número de vagas.

E' que muito poucos se aventuram a concorrer a posto eletivo, sem alguma certeza de eleição.

No caso das eleições municipais, o número de candidatos torna-se cada vez mais diminuto, depois que foi estabelecida a gratuidade do exercício do mandato de vereador.

Além disso, julgamos que deve ser mantida a regra contida no art. 93 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737).

Sala das Comissões, 30 de abril de 1933. — Ernesto Valente.

Nº 51

Dê-se ao artigo 7º, caput, o seguinte teor:

"Art. 7º Nas eleições proporcionais, cada Partido poderá registrar tantos candidatos quantos os lugares a preencher mais cem por cento (100 %)."

Justificativa

A redação da emenda está mais conforme a técnica legislativa e segue uma orientação uniforme e justa nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, permitindo, nos dois primeiros casos a apresentação de maior número de candidatos, o que contribui para o aprimoramento do regime democrático e aumenta a faixa de escolha do eleitorado.

Esta a razão da emenda.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1933. — Senador Wilson Gonçalves.

Nº 52

Substitua-se pelos seguintes o artigo 7º e seu parágrafo único:

Art. 7º Nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas cada partido poderá registrar tantos candidatos quantos os lugares a preencher mais setenta e cinco por cento (75 %) e nas eleições para as Câmaras Municipais mais cem por cento (100 %).

Parágrafo único. Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com candidatos na proporção do número dos seus instituidores: as sobras serão distribuídas, igualmente, entre as sublegendas.

Brasília, 3 de maio de 1933. — Senador Achiles Cruz. — Senador Sigefredo Pacheco.

Nº 53

Ao parágrafo único do artigo 7º, in fine, onde está "em havendo sobra, será esta atribuída à sublegenda nº 1", substitua-se por "em havendo sobra, será esta desprezada, não podendo ser atribuída a qualquer das sublegendas."

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1933. — Deputado Francelino Pereira.

Nº 54

Art. 7º

Parágrafo único.

Redija-se da seguinte maneira:

Art. 7º

Parágrafo único. Havendo sublegendas, cada qual poderá concorrer com lista autônoma e completa de candidatos, igual ao número de vagas existentes, acrescido de mais um terço.

Justificação

Cada sublegenda deverá funcionar, como verdadeiro partido. Além disso, ficará assegurado o direito de igualdade às diversas sublegendas, perante o eleitorado. Não se concebe, por exemplo, que determinada sublegenda possa concorrer com apenas 3 candidatos como seria o caso do Rio Grande do Norte, enquanto que a outra, a majoritária possa apresentar-se com 8 candidatos, nas eleições para a Câmara Federal. O mesmo ocorrerá em todos os municípios, em que as Câmaras Municipais sejam constituídas, apenas, de 7 vereadores.

Além disso, há que ter em conta que a maior participação de candidatos no pleito eleitoral constituir-se-á em estímulo para a própria democracia.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1933. — Ernesto Valente, Deputado.

Nº 55

Substitua-se o Parágrafo único do artigo 7º, pelo seguinte:

"Parágrafo único. Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com lista autônoma com um número de candidatos proporcional aos votos recebidos na convenção e o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre elas, em partes iguais, e, havendo sobra, será esta atribuída à sublegenda nº 1".

Justificativa

O parágrafo único do artigo 1º não estabelece como se distribuirão as vagas entre as sublegendas, só dispondo a respeito dos acréscimos. Ora é necessário prever essa distribuição e parece de justiça que tal distribuição seja proporcional à expressão numérica dos convencionais que criaram as sublegendas.

Sala das Comissões, 2º de maio de 1933. — Deputado Hamilton Prado.

Nº 56

Ao Artigo 7º, acrescente-se novo parágrafo, que será o 2º, passando a 1º o atual parágrafo único:

1º E' lícito a qualquer das sublegendas não constituir a sua lista com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme fôr de sua conveniência.

Justificação

O texto da emenda é bastante claro para se justificar por si mesmo. Ela visa a evitar interpretações descabidas que poderiam frustrar o direito dos instituidores de uma sublegenda.

Congresso Nacional, 2 de maio de 1933. — Senador Mem de Sá.

Nº 57

Emenda ao art. 8º

O "caput" do artigo 8º terá a seguinte redação:

Art. 8º Instituídas as sublegendas, a escolha dos candidatos far-se-á em votações sucessivas, na mesma Convenção que tomou essa deliberação, delas apenas participando os instituidores de cada sublegenda.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1933. — Deputado Garcia Neto.

Nº 58

Suprima-se o parágrafo único do artigo 8º.

Justificativa

Pela redação que propusemos para o § 2º do artigo 2º, a que o parágrafo único do artigo 8º se reporta, ficou este prejudicado, razão por que, somente através de sua supressão se pode corrigir a falta que daí resultou. — Altes de Macedo, Deputado Federal.

Nº 59

Dê-se ao artigo 9º e a seu parágrafo único a redação abaixo:

Art. 9º O registro dos candidatos da sublegenda mais votada na Convenção será requerido pelo Presidente do Diretório Estadual ou Municipal, em uma única petição para cada eleição.

Parágrafo único. Qualquer instituidor de sublegenda ou candidato dela, juntando cópia autêntica da ata poderá requerer o registro de candidatos à Justiça Eleitoral, considerando-se ele mandatário dos demais instituidores para esse fim. — Altes de Macedo, Deputado Federal.

Nº 60

Dê-se ao artigo 9º a seguinte redação:

1º O registro dos candidatos do Partido, incluindo as sublegendas, se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório Estadual ou Municipal, na forma da lei e das Instruções da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Se o Presidente do Diretório, até três dias antes do término do prazo legal para registro, não o requerer, qualquer instituidor de sublegenda, designado pelos seus companheiros de sublegenda, juntando cópia autêntica da ata (parágrafo único do artigo 8º) poderá fazê-lo à Justiça Eleitoral, como mandatário dos demais para esse fim.

Justificação

E' evidente que não será possível bitolar a ação do Presidente a uma única petição, pois até o fim do prazo, que lhe é atribuído, ele deverá esperar a designação dos candidatos e, também, a juntada de documentação necessária ao registro de candidatos de cada sublegenda. Obriga-lo a uma petição só, é altamente prejudicial aos trabalhos partidários e ao trabalho da Justiça Eleitoral.

Não há mal que, dentro do prazo, os registros sejam feitos por várias petições sucessivas, sem que o atraso dos documentos de um candidato venha a prejudicar a todos os demais.

Não é possível, também, a atual redação do parágrafo único, pois, uma vez não registrado pelo Presidente, Estadual ou Municipal, no prazo da lei, uma vez esgotado o prazo, inócuo será a autorização para que o registro se faça através dos instituidores da sublegenda, pois, o prazo não mais existirá para o atendimento do determinado em lei, se permanecer a redação do projeto ao referido parágrafo.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1933. — Deputado Arnaldo Cerqueira.

Nº 61

Substitua-se pelo seguinte o parágrafo único do artigo 9º:

Art. 9º Parágrafo único. Se o Presidente do Diretório deixar de incluir no pedido de registro qualquer candidato de sublegenda regularmente instituída até o fim do prazo para registro de candidatos, os prejudicados ou os instituidores da sublegenda reclamarão à Justiça Eleitoral que dará prazo de 48 horas para o Presidente do Diretório suprir a falta, considerando-se inexistente o pedido feito anteriormente, se não fôr completado no prazo estabelecido.

Se o Presidente do Diretório não incluir, no pedido de registro dos candidatos, uma sublegenda inteira ou qualquer dos seus candidatos, a providência de que cuida o artigo 9º do projeto nada resolverá. Se o prazo para o registro está encerrado, não há como o candidato pleitear o seu registro, diretamente, na Justiça Eleitoral. Além disso, precisaria de obter uma cópia da ata da convenção para fazê-la anexar ao seu pedido e isso talvez não conseguisse ou já o obtivesse em prazo por demais tardio. Com a modificação que se propõe, se o Pre-

sidente do Diretório não atender a determinação da Justiça Eleitoral em 48 horas, não haverá registro de qualquer candidato porque o pedido será considerado inexistente. Ecos se interessarão para que não haja omissão de qualquer natureza no pedido de registro do partido. — Sen. Sigefredo Pacheco — Senador Achiles Cruz.

Nº 62

O parágrafo único do art. 9º terá a seguinte redação:

Parágrafo único. Se o Presidente do Diretório, dentro do prazo legal para o registro, não o requerer, no dez dias subsequentes qualquer instituidor da sublegenda ou candidato dela, juntando cópia autêntica da ata (parágrafo único do art. 8º), poderá fazê-lo à Justiça Eleitoral, considerando-se ele mandatário dos demais para esse fim.

Justificativa

A hipótese prevista nesta emenda com o estabelecimento de um prazo para o registro de candidatos, parece-nos medida indicada e necessária dentro do espírito com que foi redigido o próprio parágrafo único do art. 9º.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1933. — Deputado Adhemar Ghisi.

Nº 63

Ao Art. 9º:

Acrescente-se um novo parágrafo que será o 2º, passando a 1º o atual parágrafo único.

§ 2º. Se o Presidente do Diretório não requerer o registro de qualquer das sublegendas dentro do prazo legal, ou se recusar a cópia autêntica da ata a que se refere o parágrafo anterior, ou, por qualquer outra forma, tentar procrastinar, dificultar ou impedir o registro das sublegendas, ficará sujeito às penas de 6 meses a 2 anos de detenção e multa de 1 a 5.000,00 (cinco mil cruzeiros e tantos) mediante o processo e nos termos prescritos pela legislação eleitoral.

Justificação

A emenda tem por fim estabelecer sanções efetivas que evitem toda malícia ou processos de burla de quem se pretenda valer do dirigente do Diretório para ludibriar ou frustrar o direito das instituidoras de sublegendas.

Congresso Nacional, 2 de maio de 1933. — Senador Mem de Sá.

Nº 64

Acrescentem-se ao art. 9º do P o seguinte parágrafo, passando o seu parágrafo único a ser o § do mesmo artigo:

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para registro de candidatos ficará dilatado de dez (10) dias.

§ 3º. Sob pena de perda do cargo o Presidente do Diretório é obrigado a fornecer aos instituidores de sublegendas ou a seu representante cópia autêntica da ata a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo. Caso de recusa do Presidente, apresentado o requerimento de registro com essa alusão, a autoridade eleitoral competente requisitará cópia da ata da convenção para instruir o processo.

Justificação

Os dispositivos ora sugeridos completam a providência do parágrafo único do Projeto. Ora, decorrido o prazo dentro do qual o Presidente do Diretório deveria fazer o registro, haverá mais tempo para qualquer instituidor de sublegenda requerer o registro de seus candidatos. Daí a

ociedade de, nessa hipótese prorrogar-se-á.

Por outro lado, a regra do Projeto, nesse caso, rege que o pedido do registro seja instituído com a cópia autêntica da ata da convenção. Torna-se necessária uma norma fazendo obrigatória a entrega dessa cópia.

São essas as razões que aconselham a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1963. — Senador Wilson Gonçalves.

Nº 65

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 9º do projeto:

Parágrafo segundo. Para os cargos executivos, os candidatos anexarão ao pedido de registro junto à Justiça Eleitoral um programa de ação administrativa, por ele subscrito juntamente com os demais componentes da convenção que o escolheu.

Parágrafo terceiro. O eleito elaborará, segundo a Lei, o Orçamento Plurianual. Investimentos, obedecendo aos diretrizes do programa divulgado e registrado na Justiça Eleitoral, o qual somente poderá ser alterado, mediante aprovação do Poder Legislativo correspondente.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1963. — Lyrio Bertoli, Deputado.

Nº 66

Dê-se ao artigo 10 a seguinte redação:

Art. 10. No pedido de registro de candidatos às eleições municipais serão indicadas até seis (6) Delegados Especiais, em número igual para cada sublegenda.

Acrescente-se onde convier:

Artigo. Nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador e Suplente, Deputados Federais e Estaduais, os Delegados Especiais, em número de dois (2) serão indicados pela Comissão Executiva Regional.

Justificação

Torna-se difícil ou quase impossível o Presidente da Com. Diretora Estadual cumprir o determinado no art. 9º da Lei, se não tiver que lidar diretamente com os Delegados da Com. Diretora Regional, pois, não haverá unidade de ação, o que irá provocar a confusão, sem a responsabilidade direta dos Delegados Especiais perante a Com. Diretora Regional, que perderá assim o controle jurídico do Partido e com ele a unidade de comando partidário sem quebra da autonomia de ação das sublegendas.

Sala das Comissões, em 3-5-63. — Deputado Arnaldo Cerdeira.

Nº 67

Art. 11. Redija-se o artigo da seguinte maneira:

"Art. 11. Serão assegurados às sublegendas os mesmos direitos que a lei concede aos partidos políticos".

Justificação

Dentre os direitos outorgados aos partidos políticos está a propaganda gratuita, em determinado período, além de muitos outros. Não há necessidade de citar um ou outro direito, isoladamente, deixando de mencionar outros, também de grande valia, como a prioridade postal. Art. 239 do Código Eleitoral.

Todavia, há que ser mantida a norma estabelecida no § Único do artigo em tela, porquanto disciplina a divulgação, em partes iguais, dos horários reservados à propaganda partidária.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1963. — Ernesto Valente, Deputado.

Nº 68

Art. 13

Redija-se da seguinte forma o artigo:

"Art. 13. Os convencionais instituidores de cada sublegenda escolherão, dentre eles, três representantes, em ordem numérica, que se substituirão, nos seus impedimentos, ou em caso de ausência."

Justificação

É mantido o princípio do projeto. Procuramos, tão-somente, tornar a redação mais clara. Não achamos sentido no final do artigo, quando se estabelece que "os instituidores indicarão três substitutos, para representá-la (a sublegenda), no impedimento ou ausência do primeiro". Quem é o primeiro?

A redação, tal qual se acha no projeto, pareceu-nos ambígua.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Ernesto Valente, Deputado.

Nº 69

Art. 14

Redija-se assim:

"Art. 14. Nas eleições majoritárias, havendo sublegendas, cada uma delas funcionará, como partido, sendo considerados eleitos, os candidatos mais votados, de quaisquer sublegendas dos partidos políticos participantes do pleito eleitoral."

Justificação

Como está no projeto, há visível e flagrante violação do art. 43 da Constituição, que estatui de maneira clara e inofismável:

"Art. 43. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário".

A soma das sublegendas anula, por completo, o princípio majoritário, que somente se evidencia, quando é proclamado eleito, o candidato e não o partido, mais votado.

Nas eleições proporcionais, o candidato de menor número de votos de determinado partido pode ser eleito, tranquilamente, enquanto que outro mais votado, em outro partido, não consegue eleger-se. O mesmo, porém, não ocorre, em relação às eleições majoritárias isto é, para Senador, Governador do Estado e Prefeito Municipal.

A não ser que se reforme a Constituição, torna-se impossível o pretendido somatório de votos, nas eleições majoritárias, realizadas pelo voto universal, secreto e direto.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Ernesto Valente, Deputado.

Nº 70

Dê-se ao artigo 14 a seguinte redação:

Art. 14: Nas eleições majoritárias havendo ou não sublegendas, considerar-se-á eleito para a vaga em disputa, no caso de uma só a preencher, o candidato mais votado dentre todos os registrados pelos Partidos. Tratando-se, porém, do preenchimento de mais de uma vaga da mesma espécie, considerar-se-ão eleitos os candidatos que obtiverem maior votação dentre todos os concorrentes.

Parágrafo único. Ocorrendo empate, considerar-se-á eleito o candidato do Partido que, pela soma das respectivas sublegendas, totalizar maior número de votos; se persistir o empate estará eleito o candidato que já houver desempenhado por mais tempo o mandato objeto do pleito e, se ainda não houver solução, decidir-se-á em favor do candidato mais idoso.

Justificação

A eleição para os cargos de chefe dos Executivos estadual e municipal obedece, por força de mandamento constitucional, ao princípio majoritário. Será uninominal a votação se se tratar de uma só vaga, ou binominal quando se cuidar da renovação dos dois terços do Senado Federal. Eleito estará o candidato que obtiver maior votação. É o sentido legítimo e o significado exato da expressão "princípio majoritário" de que se utiliza a Constituição.

2. A fórmula pretendida pelo artigo 14 do projeto transforma essa modalidade de eleição em proporcional. E disso resulta que um candidato menos votado será considerado eleito, contra outros mais sufragados, em detrimento, em afronta às legítimas e inequívocas tendências da vontade popular.

3. A redação proposta visa a corrigir a distorção e permitir que a espécie de eleição de que se trata se conforme com a determinação constitucional e a tradição do direito eleitoral brasileiro consagrado pelo Código Eleitoral vigente.

4. De acordo com a sugestão oferecida, considerar-se-á eleito o candidato que, dentre todos os concorrentes, captar maior simpatia popular, grangear a preferência do público através de maior votação. No caso de mais de uma vaga, eleitos serão os dois mais sufragados. Mas, se ocorrer empate entre candidatos de partido diferente, a soma das sublegendas dará a solução ou, em outras hipóteses, os subseqüentes critérios apontados no parágrafo único eliminarão o impasse.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1968. — Wilson Gonçalves.

Nº 71

Dê-se ao parágrafo 2º do artigo 14 a seguinte redação:

"§ 2º Não haverá sublegenda para a eleição de senador".

Em consequência, acrescente-se ao artigo 1º, após a expressão "Presidente da República":

"e Senadores".

Justificativa

Trata-se de restabelecer o processo tradicional para a instituição de mandatos senatoriais.

A soma de votos, em regime de sublegendas, pode oferecer resultados contrários à manifestação da vontade popular.

Justo, obviamente, é que se reconheça a eleição daqueles candidatos, que, efetivamente, na força das vagas, houverem obtido maior quantitativo de sufrágios.

Brasília, 2 de maio de 1968. — Eurico Rende.

Nº 72

Substitua-se pelo seguinte o parágrafo 2º do artigo 14:

Art. 14: § 2º Nas eleições para renovação de dois terços do Senado ou quando houver duas ou três vagas, a soma de votos das sublegendas se fará em relação aos candidatos registrados para cada uma das vagas, considerando-se eleitos os que obtiverem o maior número de votos, dentro da sublegenda para a vaga a que tiverem concorrido.

Brasília, 3 de maio de 1968. — Senadores Achiles Cruz e Sigefredo Pacheco.

Nº 73

Ao parágrafo 2º do artigo 14. Substitua-se a parte final:

"... considerar-se-ão eleitos os dois candidatos mais votados dentre os seus candidatos".

Pela seguinte redação:

"... considerar-se-ão eleitos os dois mais votados dentre os candidatos e suas sublegendas".

Justificação

Trata-se de mera emenda de redação, visando a tornar o texto mais claro e isento de interpretações ambíguas. — Mem de Sá.

Nº 74

Inclua-se no artigo 14 os parágrafos com a redação que se segue:

§ — Na eleição para Governador e Vice-Governador do Estado o Partido majoritário, se nenhum de seus candidatos inscritos em sublegendas obtiver maioria absoluta, reunir-se-á em Convenção sob a Presidência do Tribunal Regional, dentro de 15 dias após o término das apurações, para manifestar-se sobre o candidato mais votado, que se considerará eleito se, em escrutínio secreto, alcançar maioria de mais um dos votos dos convencionais;

§ — Não se verificando a maioria absoluta a Convenção, até 6 (seis) dias depois, procederá novo escrutínio, ao qual concorrerão os dois candidatos mais votados;

§ — A Convenção, organizada na forma estabelecida pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, ficará em sessão permanente até a proclamação do eleito, nos termos dos parágrafos anteriores;

§ — Da proclamação do eleito caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, se interposto no prazo de 5 dias por 30%, no mínimo, dos convencionais.

Justificativa

Esta emenda é decorrência complementar e lógica do Projeto. Visa assegurar eleito, subordinar os partidos, para eleição de Governador de Estado, Senadores e Prefeitos Municipais ao princípio majoritário.

Outro não é, sem dúvida, o sentido e alcance da soma dos votos dos candidatos inscritos em sublegendas da mesma organização política.

Procura-se consagrar, assim, o sistema que presidiu o último pleito. Força, porém, é reconhecer que a emenda traz elementos e condições de aprimorar o sistema.

Basta considerar que oferece oportunidade para que o partido vencedor reencontre a sua unidade.

Contra a forma aqui sugerida, sob as melhores aspirações, não poderia insurgir-se os candidatos mais votados, visto como a eleição deles, nos termos do projeto, dependerá de vir a ser majoritário o seu partido.

Realmente, é este que o elegerá, por conseguinte, não deverá fazê-lo em prejuízo da utilização dos meios preservadores das responsabilidades e atribuições que lhe caberão na execução de seu programa de governo.

Afigura-se-nos prudente, neste primeiro ensaio, dispor apenas sobre eleições para os cargos de Governador e Vice-Governadores dos Estados.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968. — Lindio Gomes.

Nº 75

Art. 14.

§§ 1º e 2º

Suprimam-se ambos parágrafos.

Justificação

Accepta a emenda que oferecemos ao artigo 14, não ocorrerão as hipóteses consideradas nos parágrafos 1º e 2º. — Ernesto Valente.

Nº 76

1ª) Suprima-se o artigo 14 e seus parágrafos.

2ª) Suprimam-se no artigo 16 a seguinte expressão: "tanto nas eleições majoritárias, como nas proporcionais".

Justificativa

O que mais violenta a consciência popular não é sequer a inconstitucionalidade do projeto, mas sim, o jogo sórdido e reprovável que se pretende agora com a soma de votos e o mutirão.

Será a extinção do MDB e de quaisquer perspectivas para a existência de uma oposição em termos partidário e legais.

Se são honestas as razões que inspiraram a mensagem e que consta de sua justificativa nada impede a aprovação destas emendas, com a supressão da soma de votos.

A posição contrária refletirá o desajaz e a efetiva instalação da Ditadura Branca em nosso país.

Protestamos sustentar estas emendas oralmente na oportunidade.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — *Gastone Righi*.

Nº 77

Art. 15.

Redija-se da seguinte maneira:

"Art. 15. Nas eleições proporcionais, havendo sublegendas, cada uma delas funcionará como partido político, procedendo-se para proclamação dos candidatos eleitos, na forma estabelecida pelo Código Eleitoral".

e acrescenta-se os seguintes parágrafos:

§ 1º Não será permitida aliança de sublegendas de partidos diferentes.

§ 2º Se nenhuma sublegenda alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

Justificativa

A introdução da sublegenda em nossa legislação eleitoral só terá sentido, como fórmula da transição, para que se possa atingir, por meios democráticos, a pluralidade dos partidos consagrada pelo artigo 149, item I, da nossa Carta Magna:

"Art. 149. — A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".

Donde a conveniência de considerar-se as sublegendas, como forma embrionária e provisória dos futuros partidos já que a meta constitucional é a Pluralidade Partidária.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1968. — *Ernesto Valente*.

Nº 78

Substituam-se os itens I e VI do art. 15 do Projeto nº 15-68, pelos seguintes:

"I — para efeito de obtenção do quociente partidário, somam-se os votos dados às sublegendas;

II — obtido o quociente partidário, organizar-se-á uma lista única de candidatos, em ordem decrescente de votação obtida, para o único efeito de apuração dos eleitos;

III — em caso de dúvida, aplicar-se-ão os princípios previstos, na espécie, pela Lei nº 4.732, de 15 de julho de 1965."

Justificativa

O critério sugerido pela Proposição permite que candidatos de uma sublegenda, com menor número de votos seja eleito, em detrimento de inscritos em outra, com número de votos muito superior ao daquele, o que se nos afigura um absurdo.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — *Deputado Dayl de Almeida*.

Nº 79

a) Mantendo-se o item I, dê-se aos nºs II e III do art. 15 a seguinte redação, eliminando-se os de números IV, V e VI:

Art. 15

I —

II — considerar-se-ão eleitos em cada Partido, na ordem decrescente de votação, tantos candidatos quantos o quociente partidário indicar;

III — os lugares não preenchidos em consequência da determinação do quociente partidário serão distribuídos de conformidade com as regras estabelecidas nos arts. 109, 110, 111 e 112 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral.)

b) Em consequência, suprima-se o art. 16 e seu parágrafo único.

Justificativa

O Código Eleitoral já oferece solução às questões suscitadas no artigo 15. Os arts. 106 e 112 da Lei número 4.737-65 tratam com mais precisão e melhor orientação do quociente eleitoral, do quociente partidário e da distribuição das vagas. Também ali se trata do caso dos suplentes e da dirimência dos empates ocorrentes.

Em consequência da redação proposta, torna-se desnecessário e até estorvante o art. 16, cuja eliminação se propõe.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1968. — *Deputado Wilson Gonçalves*.

Nº 80

Substitua-se, o inciso VI do artigo 15, pelo seguinte:

VI — considerar-se-ão suplentes, na ordem da votação os não eleitos, independentemente de sublegendas, e, em caso de empate na votação, na ordem decrescente de idade.

Substitua-se o parágrafo único do artigo 16 pelo seguinte:

— Nas eleições majoritárias, havendo empate entre candidatos de partidos diferentes, será nula a eleição — procedendo-se a nova votação, na forma da lei, e, em caso de empate, os dois candidatos, os dois empates:

Justificativa

O único critério legal, já da tradição eleitoral em todos os países do mundo, se firma no princípio da supremacia da idade dos candidatos, quando, realmente, haja empate entre candidatos do mesmo partido.

Não se justifica também que se decida por outra forma, que não a das eleições, o empate, nas eleições majoritárias, entre candidatos de partidos diferentes.

Sala das Comissões, em 3.5.68. — *Arnaldo Carneiro*.

Nº 81

Art. 15.

Deputado *Arnaldo Carneiro*.

Itens I, II, III, IV, V, VI

Suprimam-se todos os itens acima.

Justificativa

O Código Eleitoral vigente (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), no seu capítulo IV, cuida da representação proporcional, nos seus artigos 105 a 113. É todo um sistema harmônico, lógico, jurídico, seguro, contendo normas que atendem, perfeitamente, às exigências do País, no campo do Direito Político-Eleitoral.

As regras que se pretendem introduzir, através do projeto, surtem ao arrepio de uma legislação promulgada ontem, pois consta, no presente, menos de 3 anos de vigência. — O Código Eleitoral e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Procura-se até dar um certo direito adquirido aos que já exerceram

mandatos eleitorais, em caso de empate entre dois candidatos, atribuindo-se a vitória ao que "houver exercido o mandato por mais tempo." Trata-se de inovação no nosso Direito Eleitoral, que precisa ser examinada, em profundidade, sob o ponto de vista ético, para que não sejamos todos apontados pela Nação, como legisladores em causa própria.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — *Deputado Ernesto Valente*.

Nº 82

O artigo 16 do Projeto nº 15, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16. Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo Partido, tanto nas eleições proporcionais como nas majoritárias, considerar-se-ão eleitos os mais velhos e, se novo empate se verificar, o que houver exercido, por mais tempo, mandatos populares.

Suprima-se o Parágrafo único do presente artigo."

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968. — *Dayl de Almeida*.

Nº 83

Art. 16 e seu Parágrafo único:

Suprimam-se, tanto o *caput* do artigo 16, como o seu Parágrafo único.

Justificativa

Trata-se, tão somente, de repetição de hipóteses, já consideradas de certa forma, no art. 15 e seus diversos itens.

Propomos a rejeição, tanto do artigo 16, como do seu parágrafo único, pelas mesmas razões, com que fomos levados a rejeitar o art. 15 e seus itens.

Gratia argumentandi, suponhamos dois candidatos ao cargo de Governador, tendo um deles já exercido o mandato. Se ocorrer empate, será proclamado eleito aquele foi Governador e por mais tempo (art. 16 do projeto.)

Tenho a impressão de que nenhum Senador ou Deputado poderá votar os artigos 15 e 16 do presente projeto, porque, de fato e de direito, estarão legislando em causa própria. Assim, todo o Congresso deverá dar-se, como suspeito pelo menos em relação aos dispositivos ora incriminados.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — *Deputado Ernesto Valente*.

Nº 84

Diminua-se, para seis (6) meses, o prazo indicado no art. 17, *caput*, do Projeto.

Justificativa

O prazo de dois anos, estabelecidos no Projeto, é scrapia de toda a nossa tradição democrática. Além do privar grande parcela da sociedade de concorrer aos pleitos eleitorais, à falta de inciação partidária, poderá criar obstáculo invencível à adoção de fórmulas superiores para solução de crises políticas arguidas nos Estados e Municípios.

A prática tem revelado que, muitas vezes, são escolhidos para candidatos, como fórmula de conciliação, patricios ilustres que merecem a confiança das correntes em divergência, mas que não têm atividade partidária.

A redução do prazo evita êsses inconvenientes e permite que, mais próximo à fase eleitoral, se tenha melhor conhecimento da realidade política e possa decidir-se quanto ao ingresso em uma agremiação partidária.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1968. — *Senador Wilson Gonçalves*.

Nº 85

Artigo 17

Ordre-se 10: ... "até dois (2) anos"

Leia-se:

... "até seis (6) meses."

Justificativa

Essa medida é inconveniente e sobretudo inconstitucional.

Inconveniente porque transforma os políticos em uma casta profissionalizada e, vedado acesso à vida pública a inúmeros brasileiros capazes, mas que preocupados com suas profissões não se animaram a requerer inscrição partidária dois anos antes do pleito. Esse o caso de inúmeros técnicos, clérigos, militares e outros. Trata-se, também, de medida visivelmente inconstitucional desde quando estabelece uma nova inelegibilidade, matéria restrita e privativa da Lei Magna.

Considere-se ainda o problema de cidadãos que não hajam atingido idade para o alistamento e consequente filiação no período estabelecido no projeto em tela, que ficam assim, privados de usar direitos prerrogativas concedidas pela Constituição.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Deputado Alves de Macedo*.

Nº 86

3) Redija-se assim o art. 17:

"Sejam ou não, instituídas sublegendas, somente poderão ser candidatos os cidadãos filiados ao Partido até seis meses anteriores à eleição"

Justificativa

O prazo estabelecido no projeto demasiadamente longo. Impedirá aumento dos quadros partidários afastará dos pleitos bons candidatos por um motivo de pouco sentido político. De fato, se a intenção do legislador pretende exigir do cidadão pleno conhecimento e vivência política dos partidos, não se poderá justificá-la a preço tão alto. De outro lado, o rigor da medida proposta dilui, e até se anula, na exceção prevista, mesmo que aceitemos o pretexto dos prazos curtos para eleições municipais.

Nem país em que o voto partidário jamais teve qualquer expressão será absurdo consagrar o princípio sobredito, quando se recordem os origns do atual bi-partidarismo.

Sala das Sessões, 30-4-68. — *Deputado Braga Rarros*.

Nº 87

No art. 17 substitua-se a expressão:

... "dois (2) anos" para: ... "até seis (6) meses."

Sala das Sessões, 6 de maio de 1968. — *Deputado Clóvaldo Costa*.

Nº 88

Ao Art. 17:

Ordre-se diz: "até dois (2) anos anteriores à eleição"

Diga-se: "até um (1) ano antes à eleição."

Justificativa

O prazo de 2 anos, fixado neste artigo 17, é demasiado longo. Admitindo que o projeto se torne lei decorrer do mês de Junho, haverá apenas 5 meses (até novembro) para ser possível a filiação a um partido e o cidadão aspirar a uma candidatura. O prazo de um ano, proposto na emenda é suficiente e assegura finalidade que a disposição tem mira.

Há a considerar que, prevalecendo o prazo de 2 anos, praticamente esta lei tornaria impossível a criação de novos partidos, pois estes teriam de ser constituídos em cinco meses. E não nos parece lícito que uma

seu objetivo é instituir as sublegendas, torne inequívoco e fruste um direito assegurado na Constituição e nas leis.

Congresso Nacional, 2 de maio de 1968. — Senador Mem de Sá.
Nº 89

O art. 17 passa a ter a seguinte redação:

Art. 17. Sejam ou não instituídas sublegendas, somente poderão ser candidatos a Governador, Vice-Governador, Deputado Estadual e Federal os cidadãos filiados ao Partido até um (1) ano da data da eleição e a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores os filiados até seis (6) meses da data da eleição.

Justificativa

A alteração proposta não visa ensinar mais tempo aos indecisos. O prazo de filiação é que é exigido. Os partidos ainda serão organizados e somente após isso a exigência é cabível.

Com o prazo de dois anos de filiação poucos meses sobriam o que seria materialmente impossível atender à exigência pretendida.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1968. — Hugo Aguiar.

Nº 90

O Art. 17 terá a seguinte redação:

Art. 17. Sejam ou não instituídas as sublegendas, somente poderão ser candidatos os cidadãos filiados ao Partido até um (1) ano anterior à eleição.

Justificativa

O prazo de um ano é suficiente, a nosso ver, para a filiação partidária, antes de um pleito eleitoral.

Dois anos, como objetiva o projeto, seria fator negativo para carrear novos integrantes à grei partidária.

A emenda objetiva, ainda, permitir que os moços sejam atraídos para os partidos, facilitando-lhes o seu ingresso nos organismos políticos.

Em 3 de maio de 1968. — Deputado Adhemar Ghisi.

Nº 91

No artigo 17, transmutado o ponto final em vírgula, acrescente-se:

mesmo que seja para eleições indiretas.

Justificativa

Cuida o artigo da eleições diretas, mas a imposição haverá de ser exigida, ainda que se trata de eleições indiretas.

Se para representar uma fração do povo brasileiro, como é o caso do Senador, quer o projeto governamental que os candidatos contem, no mínimo, dois anos de filiação ao Partido, para representar toda a Nação a exigência não pode ser diversa.

O convívio no seio do Partido, de certo modo, já vai preparando o candidato. E' indiscutível que os cidadãos afeitos à disciplina de uma organização política poderão ser considerados como tendo vencido o noviciado partidário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — Deputado Veiga Brito.

Nº 92

Emenda ao art. 17.

Dê-se a seguinte redação ao artigo 17 e seu parágrafo único:

Art. 17. Sejam ou não constituídas sublegendas, somente poderão ser candidatos os cidadãos filiados ao partido até seis meses antes do prazo legal para registro de candidatos na Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Para as eleições municipais a se realizarem no dia 15 de novembro de 1968 poderão candidatar-se os cidadãos filiados ao partido até a data de inscrição na Justiça Eleitoral.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1968. — Deputado Cid Sampaio.

Nº 93

Substituam-se pelos seguintes o artigo 17 e seu parágrafo único:

Art. 17. Sejam ou não instituídas sublegendas, somente poderão ser candidatos os cidadãos filiados ao partido até um ano antes da eleição, nas eleições federais e estaduais, e seis meses, nas eleições municipais.

Parágrafo único. Para as eleições municipais a se realizarem no dia 15 de novembro de 1968, fica reduzido a 100 (cem) dias o prazo referido neste artigo.

Justificação

O prazo de que cogia o projeto é demasiado. O domicílio eleitoral foi reduzido a dois anos, nos últimos quatro, para as eleições estaduais e federais e a um ano, no município, nas eleições municipais.

Razoável será estabelecer a filiação partidária na metade dos prazos que a Constituição exige para o domicílio eleitoral.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1968. — Senador Achilles Cruz. — Senador Sigefredo Pacheco.

Nº 94

Art. 17. Redija-se o artigo da seguinte maneira:

Art. 17. E' obrigatória a filiação partidária, pelo menos, seis meses antes das eleições, para os candidatos a postos eletivos.

§ 1º A inscrição far-se-á mediante assinatura do candidato em livro próprio, devidamente rubricado pelo Juiz Eleitoral da circunscrição a que pertencer, ou pelo Juiz Eleitoral da sede do partido.

§ 2º Para as eleições municipais a se realizarem, no dia 15 de novembro de 1968, ficará reduzido a 100 dias o prazo estabelecido neste artigo.

Justificação

O prazo de dois anos é demasiado longo, contribuindo para o alijamento de muitos jovens, em todo o Brasil, das pugnas eleitorais.

E' verdade que a lei fixa o alistamento eleitoral aos maiores de 18 anos, mas grande parte somente procura o Cartório Eleitoral, a partir dos 20 anos, quando começa a trabalhar ou a cursar as Escolas Superiores.

Realizada 6 meses antes da eleição, a filiação partidária passa a ser ato integrante do período pré-eleitoral.

Cumpram-se, finalmente, que o Código Eleitoral deixou o problema da fixação do prazo para filiação partidária dos candidatos, a critério dos próprios partidos, através dos seus estatutos e somente, em relação às eleições proporcionais. (art. 53, parágrafo único do Código Eleitoral.)

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Ernesto Valente, Deputado.

Nº 95

Acrescente-se ao artigo 17: § 2º O disposto neste artigo não se aplica às pessoas que por dispositivo constitucional estejam impedidas de exercer atividades partidárias.

Justificação

Um Juiz não pode exercer atividade partidária e a ele não é dado estar filiado a qualquer partido. Ora, em caso de aposentadoria, nada o impediria de levar seus conhecimentos jurídicos e sua experiência para as casas legislativas.

Entretanto, se essa aposentadoria ocorrer dentro do prazo previsto no

projeto, isto é, dois anos, estaria o Juiz impedido de participar da vida política da nação como candidato.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — Deputado Carneiro de Loyola.

Nº 96

Transformar o parágrafo único do artigo 17 em § 1º e acrescentar mais dois, os quais deverão ficar com a redação seguinte:

§ 1º Para as eleições municipais a se realizarem no dia 15 de novembro de 1968, fica reduzido a 45 dias o prazo referido neste artigo.

§ 2º A filiação partidária para as mencionadas eleições municipais será feita em livros, nos quais os interessados aponham as suas assinaturas, ilhas, 45 dias antes do pleito do requerimento de registro, e os Tribunais Regionais Eleitorais e, nas demais cidades, pelos Juizes Eleitorais respectivos.

§ 3º O prazo para entrada em cartório do requerimento de registro de candidato às eleições municipais, referidos neste artigo, terminará às 18 horas do dia 14 de outubro de 1968.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968.

Justificação

Quanto ao § 1º:

A Lei 5.370, de 5-12-67 transferiu para 1969 a obrigatoriedade da filiação partidária. Nem a ARENA, nem o MDB se preocuparam muito com esse problema. A exigência contida no projeto (parágrafo único do artigo 17) face à proximidade do pleito municipal, marcado para 15 de novembro deste ano, torna espremidido o tempo para tal providência.

Quanto ao § 2º:

A filiação partidária, nos termos da Lei Orgânica dos Partidos é muito complexa e demorada. Exige nomeação de Delegados, Abonadores de Assinaturas, conferência das mesmas pelo escrivão eleitoral, despacho do juiz eleitoral e comunicação aos Tribunais Regionais Eleitorais, o que demanda tempo, relativamente longo.

A filiação por intermédio da assinatura do interessado, em livro próprio, que será encerrado pela Justiça Eleitoral, atenderá a emergência imposta pela proximidade das eleições municipais.

Quanto ao § 3º:

O prazo para entrada em cartório do pedido de registro de candidatos terminará no dia 17 de agosto próximo (art. 93 do Código Eleitoral) o que virá dificultar a ARENA e o MDB, porque o Projeto, pelo artigo 5º, preceitua que a convenção para escolha de candidatos será, no máximo, até 60 dias antes do término para registro dos candidatos. Teremos então, que as convenções para escolha de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores deverão realizar-se até o dia 18 de junho próximo.

Ora, o Projeto somente será lei em princípios de junho, pois a sua tramitação, pelo calendário, vai até fins do corrente mês de maio.

O tempo que fica entre a promulgação da Lei e o final do prazo para as Convenções será de apenas alguns dias. Cerca de 8 a 10 dias.

Desnecessário prosseguir na Justificação para provar ser imperioso cada um dos parágrafos constantes da presente Emenda.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968. — Antonio Carlos Konder Reis.

Nº 97

O artigo 18 do Projeto nº 15, de 1968, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18. Será nulo qualquer acordo, devidamente comprovado, entre

candidatos de Partidos diferentes para fins eleitorais."

Sala das Sessões, 29 de abril de 1968. — Dayl de Almeida.

Nº 98

Substitua-se pelo seguinte o artigo 18 e suprima-se o seu parágrafo único.

Art. 18. Fica revogado o artigo 99 da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Justificação

A Constituição proíbe as coligações partidárias. Já o Código Eleitoral (artigo 105) estabelece que "nas eleições pelo sistema de representação proporcional não será permitida aliança de partidos." Quanto, porém, às eleições das majoritárias, a Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965, admite a coligação ao estabelecer que "nas eleições majoritárias poderá qualquer partido registrar na mesma circunscrição candidato já por outro registrado, desde que o outro partido e o candidato o consentam, por escrito, 10 dias antes da eleição observadas as formalidades do artigo 91 (artigo 99 do Código Eleitoral).

O presente projeto permite proibir acordos ou entendimentos de direito ou de fato, o que estaria proibido pela Constituição, no que diz respeito ao registro de candidatos em aliança. Será nulo qualquer acordo expresso na lei que, em face da Constituição, não pode mais prevalecer o que se contém no artigo 99 do Código Eleitoral. A supressão do parágrafo único do artigo 18 se impõe, visto como a atribuição que se pretende dar ao Diretório Nacional contraria a Constituição (artigo 149 nº VI e prejudica a normalidade da vida partidária.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968. — Senador Achilles Cruz. — Senador Sigefredo Pacheco.

Nº 99

O parágrafo único do artigo 18 terá a seguinte redação:

"O Diretório Nacional, "ex officio" ou mediante representação dos Diretores Estadual ou Municipal, ou dos instituidores de uma sublegenda, promoverá o cancelamento do registro do candidato que violar o disposto neste artigo, decidindo a matéria em 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da representação."

Justificativa

O dispositivo por si mesmo, já se justifica.

Não podemos compreender como os responsáveis por uma sublegenda, minorias nos Diretórios Estadual ou Municipal, não possam fiscalizar o princípio inscrito no dispositivo, zelando pela unidade e fidelidade partidárias.

O prazo de 30 (trinta) dias para o Diretório Nacional decidir sobre a representação parece-nos medida de alcance, inquestionável, visto que precisará estar atento ao desdobramento eleitoral nos diversos municípios e estados brasileiros.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — Deputado Adhemar Ghisi.

Nº 100

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do artigo 18.

Parágrafo único. O Diretório Nacional, ex-officio ou mediante representação do Diretório Regional, nas eleições gerais, e o Diretório Regional, ex-officio ou mediante representação do Diretório Municipal, nas eleições municipais, promoverá o cancelamento do registro do candidato que violar o disposto neste artigo.

Justificação

E' natural que somente o Diretório Regional poderá ter o controle do que se passa nos municípios sob o seu comando político, melhor conhecendo

da peculiaridade de ação dos seus correligionários locais, melhor podendo, com a autonomia que lhe empresta a lei, aplicar as sanções necessárias à boa ordem e disciplina partidária, como, também, somente a direção nacional poderá controlar a ação política dos Estados, para que não hajam distorções na aplicação da lei e no princípio necessário da disciplina partidária que deve ser mantida sem os excessos drásticos previstos no parágrafo único do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1968. — Deputado Arnaldo Cêrdeira.

Nº 101

Suprima-se o art. 18.

Justificativa

Parece-me que este dispositivo não pode prosperar, as suas consequências serão ruinosas. Está claro que o seu objetivo; o de vedar acordos ou entendimentos não expressos entre candidatos de partidos diferentes (ARENA e MDB). Em outras palavras, veda as alianças partidárias de fato. Ora, estas, de direito ou não, já são proibidas pelo artigo 149 da Constituição, quando esta trata da organização dos partidos. Proibir-se simplesmente acordos ou entendimentos, sem definir-se o instrumental de prova, como faz o projeto, será abrir-se a porta para as lides temerárias, os recursos protelatórios, a delação, as denúncias, sempre antes das eleições, com o objetivo de criar dúvidas no eleitorado quanto ao registro de candidatos. Ademais, o texto proposto, quando permite que os diretórios municipais apelem diretamente para a direção nacional, postulando o cancelamento de registro de candidatos, quebra a hierarquia partidária.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968. — Deputado Francisco Pereira.

Nº 102

Eliminam-se do Projeto o artigo 18 e o seu parágrafo único.

Justificativa

Entendemos que esse dispositivo é excessivo e inconveniente.

Para regular a matéria, basta o disposto no art. 149, item VIII, da Constituição Federal. Mais do que isto, é excesso.

Na prática, a aplicação criteriosa do preceito proibitivo é difícil e perigosa, parecendo contribuir para sacrificar ou prejudicar a verdade eleitoral. Sendo o voto secreto, como saber, com segurança, que um determinado candidato realizou entendimento de fato com outro para beneficiar a sua eleição? De direito, esse entendimento é simplesmente impossível.

Ademais, estabelecendo a pena de nulidade, poderá tornar-se numa fonte inexaurível de demandas judiciais. Por exemplo, verificada durante a apuração, uma votação expressiva para certo candidato, poderá um seu competidor ou adversário impugnar essa votação alegando que aquele recebeu votos de pessoas não filiadas a seu Partido e que isto fôra decorrente de acordo ou entendimento de fato com candidato de Partido diferente. Embora seja difícil prová-lo, propicia uma demanda a mais, com todos os seus inconvenientes.

Eis a razão da emenda, que esperamos vê-la aprovada.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1968 — Wilson Gonçalves

Nº 103

Suprima-se o art. 18 e seu parágrafo único.

Justificativa

Pretende o art. 18 seja considerado nulo qualquer acordo, com finalidade eleitoral, seja de fato, seja de direito, entre candidatos de Partido diversos.

Ora, até o correligionário, com o fito de prejudicar o candidato, pode inculcar tratar-se de apoio de cassado, se não se lembrar de algo mais grave.

Aprovando o artigo, estaria o candidato na dependência exclusiva do procedimento correto dos adversários e dos candidatos do mesmo Partido.

A supressão atinge o parágrafo único, por que este cuida da penalidade a que estaria sujeito o infrator ao artigo 18. Isoladamente, pois, não teria sentido.

Como a supressão proposta na presente Emenda acautelará os interesses eleitorais de todos os candidatos, sem distinção alguma, confiamos vê-la a merecer a devida aprovação. — Alves de Macedo

Nº 104

“Suprimam-se o art. 18 do Projeto e seu parágrafo único”.

Justificativa

A proibição de coligações partidárias pela Constituição (Art. 149, item VIII) e a filiação partidária exigida pelo Art. 17 do Projeto, definem de maneira clara cada Partido como agremiação política de vida própria e estabelecem obrigações para os registros dos candidatos. O Art. 18 do Projeto, se aprovado, ensejaria oportunidades para provocação descabida motivadas por paixões e por interesses políticos. Não havendo definição exata para o que seja “entendimento de fato ou de direito”, qualquer candidato honrado estaria sujeito a interpretações duvidosas de sua ação política. Por outro lado, o Diretório Nacional do Partido, sem acesso aos diferentes recantos do País, ficaria em situação difícil, tendo de dar guarida a denúncias ou deixar de tomá-las em consideração.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1968 — Edilson Melo Távora

Nº 105

Art. 19.

Redija-se, assim:

“Art. 19. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de 10 dias, após a publicação desta lei, fixará o calendário eleitoral para as eleições municipais de 15 de novembro de 1968”.

Justificativa

Prevendo-se, na melhor das hipóteses, que a presente lei esteja promulgada, em fins de maio próximo, torna-se imprescindível a publicação do calendário eleitoral, até adta de 10 de junho, para que possam ser preenchidas todas as formalidades, tais como, Convenção para instituição das sublegendas, Convenção para escolha dos candidatos, inscrição partidária, registro das candidaturas e tudo mais.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1968 — Ernesto Valente

Nº 106

Acrescente-se:

Art.

O “caput” do Art. 36 e seu § 1º e o Art. 37, da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Estatuto dos Partidos Políticos), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. Cada grupo de pelo menos 10% (dez por cento) dos filiados poderá requerer registro de uma chapa e os delegados às convenções municipais e regional, com os respectivos suplentes.

§ 1º Poderão ser escolhidos tantos suplentes quantos forem, respectivamente, os membros do diretório e os delegados à convenção municipal.

Art. 37. As chapas que obtiverem votação superior a 1/3 (um terço) dos votos apurados serão representadas no diretório e nas convenções, proporcionalmente aos votos alcançados, distribuído-se entre elas o número dos votos das chapas que não tiverem obtido

do aquela votação, na proporção dos votos conseguidos pelas vencedoras.

§ 1º Feita a distribuição e havendo sobra de lugar a preencher, será a mesma atribuída à chapa registrada pelo maior número de filiados.

§ 2º O diretório municipal será composto pelos candidatos inscritos nas chapas com direito a representação, observada a ordem de inscrição no pedido de registro.

§ 3º Os delegados às convenções municipais e regional, constantes das chapas com direito a representação, se credenciarão observando-se a ordem de inscrição no pedido de registro.

§ 4º Se a soma dos votos obtidos pelas chapas registradas não alcançar 20% (vinte por cento) da totalidade dos filiados ao partido, não se constituirá o diretório, fazendo-se a necessária comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 5º Se não fôr obtida votação correspondente ao mínimo fixado para eleição do diretório, o Juiz comunicará ao Tribunal Regional Eleitoral que o partido não preencheu o requisito para obtenção do registro.

Justificativa

Sem uma modificação no que prescreve a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Estatuto dos Partidos Políticos), com relação à forma de composição de diretórios regionais e nacionais dos partidos políticos, não será atingido o principal objetivo do Projeto de Lei nº 15-68, que ao nosso ver é o de vitar a formação de verdadeiras ditaduras nas cúpulas partidárias.

O embrião da idéia da participação das minorias nos órgãos de decisão dos partidos políticos, se encontra na própria lei acima citada, quando reza nos seus artigos 36 e § 1º do art. 37 com relação à formação dos diretórios municipais:

“Art. 36. Cada grupo de pelo menos 10% (dez por cento) dos filiados poderá requerer registro de uma chapa completa, da qual constarão os diretórios e os delegados à convenção regional”.

“Art. 37

§ 1º Registradas duas chapas se a menos votada alcançar 1/3 (um terço) dos votos apurados, assegurar-se-á aos candidatos nela inscritos, na ordem do pedido de registro, o direito de compor a terça parte do diretório eleito.

Na nossa emenda estamos propondo a modificação, em parte, desses artigos.

Pela nova redação do art. 36 foram incluídos para serem escolhidos também pelo voto direto dos eleitores, os delegados às convenções municipais e não como estatue a referida lei que estipula sejam esses delegados indicados mediante lista de 50 eleitores, na forma do art. 43 e seu parágrafo único:

“Art. 43. Para efeito do disposto no artigo anterior, constituem a convenção municipal:

I — o diretório municipal;

II — os vereadores, e os deputados e senadores com domicílio no município.

III — Vetado.

IV — 1 (um) delegado para cada grupo de 50 (cinquenta) eleitores, se o número de filiados ao partido não exceder de 10.000 (dez mil) e de mais de um delegado para cada grupo de 200 (duzentos) eleitores a partir de 10.001 (dez mil e um) filiados.

Parágrafo único. A credencial dos delegados, além das assinaturas dos eleitores e do número dos seus títulos, deverá ser conferida, à vista das fichas de inscrição partidária, pelo escrivão eleitoral, dentro de 3 (três) dias a contar da sua apresentação”.

A forma de escolha dos delegados às convenções municipais, além de não

ser perfeitamente democrática, irá dificultar profundamente o processo de formação das convenções municipais, por isso que estamos propondo nova redação para o citado art. 36, pela qual esses delegados serão eleitos pelo voto direto das eleições, na forma da eleição dos membros do diretório municipal e dos delegados à convenção regional.

A redação que demos ao art. 37 do Estatuto dos Partidos Políticos, ao nosso ver, sintoniza melhor com a idéia de representatividade das minorias no diretório e nas convenções municipais e regional, pois fica garantida uma representação das minorias tanto do diretório municipal como nas convenções, representação essa proporcional ao número de votos obtidos pelas chapas que alcançaram mais de um terço dos votos apurados.

E' bem verdade que o art. 37 assegura a representação da chapa minoritária no diretório, porém não na convenção regional, na eleição dos delegados, que é de maior interesse, pois as convenções são os órgãos do Partido que podem tomar as decisões mais importantes.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968 — Garcia Neto

Nº 107

Acrescente-se onde convier:

O Fundo Partidário, será distribuído dentre as sublegendas que concorrerem à eleição.

Justificativa

Reconhecendo o direito à sublegenda, logicamente, deve-se assegurar à mesma participar dos recursos que couberem ao partido para as despesas com o pleito.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1968 — Tourinho Dantas

Nº 108

Acrescente-se onde couber:

As chapas que concorrerem na Convenção Municipal, será assegurada o direito de se representarem tanto nos Diretórios como nas delegações às Convenções Regionais, proporcionalmente aos votos que hajam obtido, considerando-se eleitos os candidatos inscritos pelas referidas chapas, na ordem do registro na Justiça Eleitoral.

Justificativa

A instituição da sublegenda é o reconhecimento da necessidade de possibilitar a convivência das diversas correntes, que, por força do bipartidarismo, foram forçadas a coexistirem em apenas duas agremiações políticas.

Mas, não basta criar as sublegendas, é preciso que sejam dadas condições para o seu pleno exercício sem a possibilidade de burlas nem das inevitáveis coações por parte dos que detenham o poder.

O artigo 37 da Lei nº 4.740, de 21 de julho de 1965, no seu parágrafo 1º assegura participação no Diretório Municipal e na Delegação à Convenção Regional apenas a chapa vitoriosa, admitindo à chapa que tenha 1/3 participação no Diretório, ser que lhe assegure, no entretanto, acesso à Delegação que o representar na Convenção Regional.

Não nos parece acertado o critério pois, cada chapa, deve ser representada proporcionalmente às suas forças.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — Tourinho Dantas.

Nº 109

Acrescente-se:

Art. Nas eleições dos diretórios regional e nacional, bem como dos delegados à convenção nacional poder cada grupo de pelo menos 10% (dez por cento) dos convencionais apre-

sentar chapa completa da qual constarão os nomes dos membros do diretório, dos delegados e respectivos suplentes.

Parágrafo único. Poderão ser indicados tantos suplentes quantos forem, respectivamente, os membros dos diretórios e os delegados à convenção nacional.

Art. Nas eleições estipuladas no artigo anterior, as chapas que obtiverem votação superior a 1/3 (um terço) dos votos apurados serão representadas nos diretórios regional e nacional e na convenção nacional, — proporcionalmente aos votos alcançados, distribuindo-se entre elas o número de votos que não tiverem obtido aquela votação na proporção dos votos conseguidos pelas chapas vencedoras.

§ 1º Feita a distribuição e havendo sobra de lugar a preencher, será a mesma atribuída à chapa registrada pelo maior número de convencionais.

§ 2º Os diretórios regional e nacional serão compostos pelos candidatos inscritos nas chapas com direito à representação, observada a ordem de inscrição no pedido de registro

Justificativa

Segundo o mesmo raciocínio que usamos para justificar a modificação dos artigos 36 e 37 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Estatuto dos Partidos Políticos), concluímos que se tornava necessário modificar os processos de formação dos diretórios regional e nacional e das convenções nacionais dos partidos políticos, a fim de dar-lhes maior autenticidade.

Assim é, que pela emenda que apresentamos ficará garantida a representação das minorias partidárias nesses diretórios e na convenção nacional.

Sem serem feitas essas modificações no Estado dos Partidos Políticos da Lei vai valer a criação das sublegendas no sentido do fortalecimento democrático dos Partidos Políticos.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Garcia Neto*.

Nº 110

Onde couber:

Art. Não vigorará o sistema de sublegendas nos Estados não divididos em municípios.

Justificativa

A finalidade da implantação do sistema de sublegendas traduz-se na necessidade de dar solução a problemas regionais e municipais dentro do partido majoritário. Sendo o Estado da Guanabara composto de um único município e onde ambas as agremiações partidárias existentes sempre se manifestaram contra tal processo, é lícito impedir que aí venha a vigorar um sistema por todos rejeitado. A vigência ou não do sistema de sublegendas no Estado da Guanabara é assunto que diz respeito somente a seus Diretórios Regionais partidários. Trata-se de uma unidade federativa "sui generis" e que portanto deverá assim ser encarada, como o foi na Constituição do Brasil em seu artigo 19, inciso III, § 5º. Visa a presente emenda a atender as peculiaridades da Cidade-Estado, bem como aos superiores interesses das seções regionais da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro da Guanabara, que melhor que ninguém têm o direito e o dever de decidir em matéria política que somente a elas afetará.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1968. — *Arnaldo Nogueira*.

Nº 111

Acrescente-se onde couber:

Art. Para as eleições proporcionais de 1968, 1969 e 1970, prevalecerão as cédulas individuais.

Justificativa

O emprego da cédula única não rendeu os resultados que dele anunciaram.

Inúmeros votos se perderam, prejudicando mais, consequentemente, aqueles que maior número de votos contavam.

Portanto, os resultados da apuração das urnas não configuraram a vontade eleitoral, que lhes cumpria expressar.

Nessa conformidade, como transmutada em texto legal a presente Emenda beneficiará a maioria dos candidatos, concorrendo eficaz e decisivamente para maior justiça dos resultados finais, confiamos em sua aprovação.

Sala das Sessões, maio de 1968 — *Saldanha Dória*.

Nº 112

Inclua-se:

As Convenções Regionais obrigatoriamente homologarão as candidaturas dos Deputados Federais e Estaduais que pretendam disputar reeleição.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Alves de Macedo*.

Nº 113

Acrescente-se onde couber:

As Comissões Executivas serão eleitas pelos Diretórios, guardando-se a proporcionalidade entre as correntes nele representadas.

Justificação

Representando a instituição da sublegenda um reconhecimento da necessidade de uma boa convivência entre diversas correntes que compõem os partidos, é indispensável para prevenir futuras divergências que sejam respeitados os direitos das correntes minoritárias.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Tourinho Dantas*.

Nº 114

Acrescente-se onde couber:

Os Diretórios Regionais serão representados na Convenção Nacional por três delegados e mais um por cada 500 mil eleitores inscritos, não podendo nenhum deles ter menos de quatro delegados, escolhidos pelos respectivos Diretórios, respeitada a proporcionalidade das correntes nêles existentes.

Justificativa

Pelo ato constitutivo dos partidos cada Diretório Regional tem direito a representar-se na Convenção Nacional por três delegados. A Lei Orgânica dos Partidos dispõe que os referidos Diretórios tenham na citada convenção número de Delegados que corresponda ao dobro dos Deputados eleitos pela legenda na circunscrição.

Não nos parece justificável que os congressistas que atualmente somam mais da metade na Convenção Nacional passem a representar menos de um terço, no referido conclave.

Propomos pois, que a delegação dos Diretórios Regionais seja a mesma prevista na Constituição Federal — Artigo 16 — para a representação dos Estados no Colégio Eleitoral.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1968 — *Tourinho Dantas*.

Nº 115

Acrescente-se onde couber:

A escolha dos membros do Diretório Regional será feita por eleição secreta, concorrendo chapas previamente inscritas no Juiz Eleitoral, cabendo a cada uma delas participar do Diretório, na preparação dos votos que haja obtido.

Justificação

A Lei dos Partidos é omissa quanto ao processo de eleição para os Diretórios Regionais. Estabelece data, número de membros, constituição da convenção, mas não determina o modo de realizar-se a eleição de modo a garantir a todas as correntes partidárias a participação no órgão máximo do Estado. O dispositivo que propomos disciplina a matéria evitando futuras divergências e incertezas.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1968. — *Tourinho Dantas*.

Nº 113

Inclua-se onde couber:

Art. Na hipótese de serem instituídas apenas duas sublegendas, será facultado aos convencionais que constituírem menos de 10% (vinde por cento) dos votos presentes requerer ao Diretório Nacional a criação de uma terceira sublegenda à qual aplica-se, no que couber, o disposto nesta lei, inclusive quanto aos direitos assegurados às demais sublegendas instituídas por decisão da respectiva convenção.

Justificativa

A presente emenda visa a abrir uma possibilidade para que o Diretório Nacional dos Partidos em casos especiais, em que não seja alcançado o quorum de 20% dos convencionais, possa decidir sobre a criação de sublegenda, desde que tenham sido criadas apenas duas. — *Minoru Miyamoto*.

Nº 117

Inclua-se onde couber:

Art. Será facultado aos Diretórios Nacionais, desde que as respectivas convenções estaduais ou municipais tenham deliberado a criação de apenas duas legendas, instituir uma terceira, à qual são assegurados os mesmos direitos e prerrogativas garantidos por esta lei às sublegendas criadas por decisão das convenções

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, a sublegenda instituída pelo Diretório Nacional será constituída pelos membros que representarem a minoria da Convenção, o que não tiverem assinado a ata de instituição das demais sublegendas.

Justificação

Objetiva a presente emenda a assegurar às minorias das convenções partidárias estaduais e municipais, que não constituam pelo menos 20% dos votos, obter a concessão de sublegenda, através da interferência do Diretório Nacional, em casos especiais, desde que só tenham sido instituídas duas sublegendas, atendendo-se assim ao objetivo da Mensagem que admita até três. — *Minoru Miyamoto*.

Nº 118

(aditiva)

Acrescente-se onde couber:

Art. Mediante concordância de oitenta por cento (80%) dos convencionais, manifestada em documento por eles firmado, as sublegendas para disputa dos cargos de governador e vice-governador; do Prefeito e vice-prefeito, reduzidas a duas, serão reciprocamente vinculadas, obedecido o seguinte:

I — Cada sublegenda indicará um candidato a Governador ou a Prefeito, sem o respectivo vice;

II — Obtendo o partido a maioria de votos decorrente da soma dos sufrágios de seus dois candidatos, o mais votado deles será eleito Governador ou Prefeito, cabendo ao segundo votado o cargo de vice-governador ou vice-prefeito;

III — O eventual empate se decidirá em favor do mais idoso.

Justificativa

Por mais que se queira justificá-las, as sublegendas representam uma auto-trituragem partidária. Necessária, embora, na atualidade essa anomalia, é curial deixar-se uma porta por onde se possam aproximar, ainda que parcialmente, as correntes que se digladiarão através das sublegendas.

A emenda que propomos pretende ser essa porta, pois, sem abolir nada do que o projeto governamental proporia vem através da sublegenda vinculada fazer um convite (que poderá ser aceite ou não) para que as sublegendas encontrem uma forma de aproximação entre si.

SS. em ... de maio de 1968. — *Weimar Torres*.

Nº 119

Onde couber:

Art. Passa a vigorar com a seguinte redação o § 1º do art. 41 da Lei nº 4.740 de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos)

"Art. 41

§ 1º O número de delegados a que se refere o item II, eleitos pelo Diretório Regional, será igual ao de deputados federais do partido na representação da respectiva circunscrição"

Justificação

A Lei previa o dobro. O número alto de convencionais, entretanto, dificulta a realização de convenção, com o deslocamento de elementos de todos os Estados.

Sala das Sessões 3 de maio de 1968 — *Rui Santos*.

Nº 120

Ao art. 15:

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 15. Nas eleições proporcionais, se forem registrados candidatos em sublegendas, serão observadas as seguintes normas:

I) Para efeito da obtenção de quociente partidário somam-se os votos dados às sublegendas ou aos candidatos nêles inscritos;

II) os votos dados às sublegendas somam-se para o efeito de se apurar quocientes eleitorais foram obtidos;

III) considerar-se-ão eleitos, na ordem de votação alcançada dentre os inscritos em sublegendas, tantos quantos corresponderem aos quocientes eleitorais alcançados;

IV) a sobra que couber ao Partido será preenchida de acordo com o disposto no item I, do artigo 109, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965;

V) considerar-se-ão suplentes na ordem da votação os não eleitos, independentemente de sublegendas, em caso de empate na votação, o que já houver exercido por mais tempo o mesmo mandato; se ainda persistir o empate, na ordem decrescente de idade".

Justificação

A redação oferecida pela presente emenda simplifica o processo de interpretação do dispositivo, escolhendo-o, ainda, de excessos prejudiciais à sua perfeita execução.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1968. — *Dinarte Mariz*.

Nº 121

Ao Art. 2º:

Inclua-se os seguintes parágrafos:

§ 3º Ao candidato é vedado, na sua propaganda, acrescentar, à legenda do Partido, sigla, slogan, símbolo, distico ou expressões ficando a identificação da sublegenda adstrita ao número que adotar

§ 4º Será cancelada, pela Justiça Eleitoral, a sublegenda do candidato que viole a norma do parágrafo anterior, mediante requerimento de eleitor registrado no Estado em que se processar a eleição.

§ 5º No caso de cancelamento da sublegenda, nos termos dos parágrafos 3º e 4º deste artigo, os votos dados ao candidato serão aditados aos das sublegendas restantes, sem alterar a colocação dos candidatos por votação recebida.

Justificação

Trata-se de providência moralizadora, que objetiva enquadrar a propaganda eleitoral do candidato em termos partidários, evitando, assim, a utilização, pelo mesmo, de expressões incondizentes com a programática de seu partido.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1968. — *Dinarte Mariz*.

PARECER

Nº 20, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1968, que "dá nova redação ao artigo 100 da Constituição do Brasil (Aposentadoria dos funcionários públicos)".

Relator: Deputado Raymundo Parente.

RELATÓRIO

Pelo nobre Senador Lino de Mattos foi apresentado o presente Projeto de Emenda à Constituição, que tomou o nº 1, de 1968, e pela qual pretende S. Exa., juntamente com os demais subscritores, acrescentar ao art. 100 da Constituição do Brasil, mais dois itens, de ns. IV e V, e pelos quais regulamenta a aposentadoria voluntária dos funcionários públicos por tempo de serviço, com percentuais que variam de 80% a 55% dos vencimentos para os de sexo masculino e de 95% a 75% no caso de serem do sexo feminino.

Justifica S. Exa. a emenda apresentada afirmando vir a mesma "atender de forma racional e técnica, aos propósitos do Governo", e tendendo a mesma, se aprovada, reduzir os gastos com pessoal da administração direta e indireta.

Constituída a Comissão Mista, foi o projeto a mim distribuído para parecer.

E o relatório.

PARECER

Ao justificar o projeto de Emenda à Constituição, diz o seu autor que a mesma viria ao encontro dos propósitos do Governo, atendendo de forma racional e técnica a redução dos gastos com o pessoal da administração direta e indireta.

Entretanto, é bem lembrar que o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional e já se transformou na Lei nº 5.413, de 10 de abril de 1968, o projeto que estabeleceu a licença extraordinária aos funcionários da União, com o qual o Governo pretende resolver o problema da redução dos gastos com o pessoal da administração centralizada ou autárquica.

Além do mais, é de notar-se que o projeto não iria reduzir despesas, já que com a aposentadoria de numerosos funcionários, os cargos que estes atualmente ocupam terão, forçosamente, de ser providos com a promoção de servidores de menor categoria funcional e os cargos iniciais deverão ser preenchidos por concurso.

Também devemos atentar para o fato de a Constituição atual ter pouco mais de um ano de vigência, decorso de tempo extremamente exiguo para recomendar quaisquer alterações em seu texto.

Nestas condições, sou contrário à aprovação do presente Projeto de Emenda à Constituição.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1968. — Senador Adalberto Senna, Presidente. — Deputado Raymundo Parente, Relator. — Senador Atílio Fontana. — Deputado Adhemar Ghisti. — Senador Manoel Villaga. — Senador Aloysio de Carvalho. — Senador Milton Menezes. — Deputado Elias Carmo. — Senador Luiz de Barros. — Senador Sebastião Archer. — Senador José Leite. — Deputado Marcelino Lima. — Deputado Sadi Bogoibo, votel contrariamente ao parecer do relator, por entender que o projeto de emenda constitucional está conforme o princípio de justiça e equidade, para com o funcionalismo público e até mesmo com o espírito do Governo, manifestado na exposição de motivos que originou a Lei nº 5.413, de 10 de abril de 1968 visando resolver o problema da redução de gastos com o pessoal da administração centralizada e autárquica.

Entendo que a fórmula proposta no projeto além de ser mais racional, viria em parte atender aos justos anseios do nosso funcionalismo, de aposentadoria aos 20 anos, já assegurada aos servidores do sexo feminino.

PARECER

Nº 21, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Emenda à Constituição número 2, de 1968, que suprime o art. 58 e seu parágrafo único da Constituição.

Relator: Deputado José Lindoso.

1. RELATÓRIO

Nos termos do art. 50, § 3º, da Constituição do Brasil, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda à Constituição que tomou o nº 2-1968, de iniciativa do nobre líder do MDB, Deputado Mário Covas.

O projeto objetiva a supressão do art. 58 e seu parágrafo único, da Constituição vigente.

Constituída a Comissão Mista, na forma regimental, abriu-se prazo para apresentação, perante esta, de emendas que, no tríduo, não foram oferecidas.

II

Na Justificação os requerentes arguem a necessidade de supressão do art. 58 e seu parágrafo único. Alegam que o conjunto de medidas de que se acha armado o Poder Executivo, como delegação legislativa (artigo 49, IV e 55 a 57), *aceleramento de tramitação de projetos de iniciativa do Presidente da República* (art. 54 e parágrafos), *competência exclusiva para a iniciativa das leis sobre matéria financeira* (art. 60, § 1º) e *competência para propor emendas à Constituição* (art. 50, II), representa um excesso de poderes detidos pelo Executivo na área da elaboração legislativa.

Sustentam que o Movimento Democrático Brasileiro, já na Comissão Mista que opinou sobre a Reforma Constitucional, criticou severamente aquele dispositivo.

Referem-se, em abono de seu ponto-de-vista, aos termos da Justificação da Emenda nº 702, do eminente Senador Milton Campos, perante aquela Comissão, a qual mandava eliminar do Projeto os arts. 47 e 57.

Ainda, no entender dos requerentes, aquele dispositivo contrariaria a tradição legislativa brasileira e teve por modelo os arts. 13 e 14 da Constituição estadonovista.

Reportam-se aos AI nº 2 (art. 30) e nº 4, que conferiram ao Presidente da República prerrogativas de baixar decretos-leis.

2 PARECER

Em que pese à extensão da Justificação do Projeto de Emenda, que se relata, na mesma não foi colocada e nem poderia sê-lo, face ao seu objetivo político, a questão nos seus exatos termos.

No estudo da matéria, que é, indiscutivelmente, polêmica, não de ser situadas as funções do Parlamento, nos dias contemporâneos. O Estado — e o caso brasileiro tipifica essa situação — desenvolve múltiplas atividades, dentre elas as de finanças, na sua complexidade vital para o país, e as de segurança nacional, que exigem vigilância permanente de modo a dotar o Governo de instrumentos legais imediatos para que se contraponha a importação de revoluções e se defenda da agitação tecnicamente organizada.

Em derredor do problema da função do Parlamento, hodiernamente, Aderson de Menezes, um dos autorizados cientistas do Estado em nosso país, em "Ideias e Problemas do Estado" (Sérgio Cardoso & Cia. Ltda. — Editores — Manaus), fazendo "Reflexões sobre a feitura da lei", discorre:

"... Não há negar que a tarefa do Legislativo, em princípio, é fazer as Leis. Foi essa, aliás, a concepção inicial que vingou entre os estatólogos e os estadistas. Porém, ante a própria feição desse Poder, geralmente constituído na sua totalidade por mandatários do povo ou, quando bicameral, possuindo pelo menos uma de suas casas integrada de representantes populares, passou a Legislativo a desempenhar um papel mais largo na organização do Estado, sem mais ser cogitado como o específico e exclusivo elaborador das leis. A sua competência cresceu, se ampliou e tomou vulto, porque, em seu recinto democrático por excelência, ecoou daí por diante a voz mesma do povo, através de crítica e fiscalização aos atos governamentais na defesa e vigilância dos supremos interesses da coletividade governada.

Então, o encargo do Legislativo, como um dos poderes do Estado deixou de ter aquela singularidade na feitura das leis, que, entretanto, continuou a ser a sua principal função, ao lado daquela outra de julgamento e apreciação das ações públicas, em todos os planos da atividade estatal. Não mais, portanto, uma atuação privativa e restrita, relacionada com o processo permanente da legislação por meio de novas normas e regras de conformidade com as circunstâncias, necessidades e problemas da vida social, a estruturar-se positivamente através de preceitos jurídicos escritos. Mas, bem diversamente, o seu funcionamento mais ativo e mais presente, mais enérgico e mais eficiente, como um respiradouro dos anseios e das pretensões da massa, cujos mandatários em seu nome falam e profligam as autoridades desviadas de programas e roteiros em prol do público para tanto resguardados e defendidos por suas benditas imunidades parlamentares.

Essa tendência, observada aqui e algures em todos os climas de democracia possibilita aliás a melhor participação das minorias, que organizando-se em oposições aos governos legalmente constituídos, tantos serviços prestam ao regime representativo. Desde que façam sua interferência num sentido construtivo, edificante, verdadeiramente patriótico. E tal propensão, acentuada dia a dia nos di-

ferentes Estados, acaba de formular um conceito recente, segundo o qual "o Congresso é, na democracia moderna, acima de tudo, o órgão crítico, onde a ação do Governo passa pelos filtros da opinião pública, manifestada na palavra dos representantes do povo". Foi por isso que CHURCHILL, com seu atilado gênio político, já observara que o Parlamento tende a transformar-se num *grand forum of debate*, o que quer dizer que continua a ser o poder controlador do Governo, mas vai deixando de ser órgão incumbido da elaboração dos textos legislativos." (págs. 129 e 1).

O Parlamento adquiriu, efetivamente, na sociedade moderna, novas dimensões e no caso brasileiro, cumpre aparelhá-lo aperfeiçoá-lo, enfim, em organização e prática, a exemplo do que vem fazendo o Congresso Americano, e de que nos dá notícia HARVY WALKER ("O Congresso Americano e o Parlamento Britânico" — Fundação Getúlio Vargas — 1954).

III

O Projeto em análise, visa a supressão do:

Art. 58. "O Presidente da República, em caso de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

I — segurança nacional;

II — finanças públicas.

Parágrafo único. Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se nesse prazo não houver deliberação, o texto será tido como aprovado."

Tem-se buscado identificar a fonte inspiradora desse dispositivo. Muitos o fiam ao art. 77 da Constituição italiana que (Les Constitutions Européennes — por BORIS MIRKINEGUETZEVITCH) diz:

Art. 77. Le Gouvernement ne peut, sans délégation des Chambres, prendre des décrets ayant une valeur de loi ordinaire. Lorsque, dans des cas extraordinaires de nécessité et d'urgence le Gouvernement adopte sous sa responsabilité, des mesures provisoires ayant force de loi, il doit, le jour même, les présenter pour conversion aux Chambres qui, même si elles sont dissoutes, sont convoquées tout exprès et se réunissent dans les cinq jours.

Les décrets perdent toute efficacité dès leur date d'origine ne sont pas convertis en loi dans les soixante jours suivant leur publication. Les Chambres peuvent toutefois régler par des lois les rapports juridiques créés sur la base des décrets non convertis."

GEORGES LANGROD ("O Processo Legislativo na Europa Ocidental" — Fundação Getúlio Vargas — Rio de Janeiro — 1954), examinando o instituto italiano comenta:

"Por outro lado, em casos extraordinários de necessidade de urgência, o Governo pode, sob sua responsabilidade, adotar medidas provisórias com valor de leis ordinárias, sob a condição de que as apresente no mesmo dia às Câmaras para que tais medidas sejam regularmente convertidas em lei. Elas perdem toda eficácia *ab initio* se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias a partir de sua publicação (art. 77)" (pág. 52).

Como se vê o dispositivo inovador da constituição peninsular não se limita, como o da Constituição brasileira, a esta ou aquela matéria, mas produz efeitos jurídicos definitivos, se não homologados, se não convertidos em lei propriamente dita, no decurso de 60 dias.

Embora seja complexo, em face do peculiar mecanismo do Governo da República Federal Alemã, há, ali, o princípio do estado de necessidade legislativa inscrito na Constituição de Bonn, que traz a marca da Democracia Cristã, com certa semelhança, sobretudo quanto aos efeitos jurídicos definitivos e um excepcional papel do Executivo, ao art. 58 da Constituição Brasileira. O art. 61 da Lei Fundamental de Bonn é do seguinte teor:

"Art. 81. I. Si, dans le cas prévu par l'article 68, la Diète fédérale n'est pas dissoute, le Président fédéral peut, à la demande du Gouvernement fédéral et avec l'assentiment du Conseil fédéral, proclamer l'état de nécessité législative pour un projet de loi que la Diète fédérale a repoussé bien que le Gouvernement fédéral l'eût déclaré urgent. Il en est de même en cas de rejet d'un projet de loi auquel le chancelier fédéral avait joint la demande prévue par l'article 68.

2. Si, après que l'état de nécessité législative a été déclaré, la Diète fédérale repousse à nouveau le projet de loi ou si elle l'adopte dans une rédaction que le Gouvernement fédéral a déclaré inacceptable, la loi est considérée comme adoptée au seul fait que le Conseil fédéral y donne son assentiment. Il en va de même lorsque la Diète fédérale n'a pas voté sur le projet dans un délai de quatre semaines à compter de son dépôt à nouveau.

3. Au cours de la durée des fonctions d'un même chancelier, tout autre projet de loi rejeté par la Diète fédérale peut également, dans un délai de six mois à compter de la première déclaration de l'état de nécessité législative, être voté dans les conditions définies aux alinéas 1 et 2. A l'expiration de ce délai, l'état de nécessité législative ne pourra pas être déclaré à nouveau pendant la durée des fonctions du même chancelier.

4. La présent loi fondamentale ne peut être ni abrogée, ni modifiée, ni suspendue, en totalité ou en partie pour une loi adoptée dans les conditions définies à l'alinéa 2.

Ainda a sobre de GEORGES LANPROD já referido, que vamos explicitá-lo:

"Caso a Dieta Federal não esteja dissolvida (art. 68), o Presidente Federal pode, a pedido do Governo Federal e com o assentimento do Conselho Federal, proclamar o estado de necessidade legislativa (Gesetzgebungsnotstand) para um projeto de lei que a Dieta Federal haja rejeitado, embora o Governo Federal o houvesse declarado urgente. Acontece o mesmo no caso de rejeição de um projeto de lei, ao qual o Chanceler Federal houvesse juntado o pedido de confiança previsto no artigo 68 (art. 81). Esta regra constitucional quanto ao processo legislativo excepcional acha-se consagrada pela lei fundamental de 8 de maio de 1949, sobre o estado de necessidade legislativa. Assim, quando o Chanceler não dispõe de confiança da maioria absoluta da Dieta federal quando ela, entretanto, não pede a dissolução desta última, quando, enfim, os projetos governamentais das leis

declaradas urgentes são rejeitadas pela Dieta. — o estado de necessidade legislativa pode ser declarado. Se, em seguida, a Dieta Federal rejeita o projeto por uma segunda vez ou se o votar numa redação declarada inaceitável pelo Governo Federal, ou, enfim, se a Dieta não o votar no prazo de quatro semanas, o projeto pode ser levado diretamente ante o Conselho Federal e tornar-se lei quando esse Conselho o aceitar. Assim, pode-se nessa situação excepcional, porém possível, deixar de lado o voto negativo reiterado da Dieta Federal.

Mas o caráter excepcional desta situação se acha acentuado pelo fato de que, durante a vigência do mandato de determinado Chanceler Federal, ele não pode lançar mão desse processo de urgência senão por um período de seis meses, a contar do primeiro recurso; findo este prazo, não pode prorrogar o estado de necessidade legislativa, nem o fazer declarar de novo até sua demissão. Mas tais leis não podem, em caso algum, ab-rogar, modificar, ou suspender, na totalidade ou mesmo em parte, a lei fundamental. Por consequência, um governo minoritário, não dispondo mais do apoio da maioria da Dieta Federal, pode governar durante todo um semestre, se o Presidente federal e o Conselho Federal se pronunciarem a seu favor (salvo se, nesse interim, uma maioria absoluta se formar no seio da Dieta para apoiar um novo governo federal). (págs. 59 e seg.)

O instituto do estado de necessidade legislativa sobre o qual o constitucionista ORLANDO BITAR ("A Lei Fundamental de Bonn e o Sistema Parlamentar do Governo da República Federal Alemã" — in R. Cl. Jurid. econ. soc. Belém, 2 — 1/2 — 57 191 — out. 1964 — Imprensa Universitária) diz que "alguns rebatizam estado de necessidade governamental (Regierungsnotstand), pois é o Governo que se encontra em aflição, diante do legislativo, vindo em seu amparo o Presidente e o Conselho Federais", pode ser considerado, também, uma das fontes de inspiração do legislador brasileiro.

V

Da comparação entre os arts. 77 da Constituição italiana, 81 da Constituição da República Federal Alemã, ambas alimentadas por cristalinhas águas democráticas e o art. 58 — parágrafo único da Constituição brasileira resalta, em princípio, que nem uma das três se furta em submeter os Projetos ao referendo do Congresso. A italiana é a mais dependente pois, se o Projeto for recusado pelas câmaras perde, ab initio, a sua eficácia.

Para a manifestação do órgão legislativo competente, as Constituições italiana e Brasileira concedem idênticos prazos e a alemã, com as características singulares do estado de necessidade legislativa, concede à Dieta, um prazo de 4 semanas.

Observa-se que pela Constituição brasileira os decretos-leis alcançam eficácia imediata, com a publicação. Embora sujeito à aprovação do Congresso, este não o poderá emendá-lo, devendo aprová-lo ou rejeitá-lo e se não o fizer, em tempo hábil, pelo decurso do prazo ganhará o fóro de lei ordinária, particularidade que se não verifica com a figura italiana.

Já o instituto do estado de necessidade legislativa, previsto na Lei Fundamental de Bonn, desde que proclamado esse estado, de caráter singularmente excepcional, representa um fortíssimo predomínio do Executivo sobre a Dieta, embora por tempo limitado de até seis meses.

Relativamente às matérias objeto dos projetos, constata-se que, na italiana, é extensiva a todas as matérias de lei ordinária, e que, na alemã, abrange as matérias em geral, exceto o que diga respeito a Lei Fundamental.

Já a Constituição Brasileira apresenta uma terceira solução, que nos parece mais lógica, no sentido de, reconhecida a urgência ou o interesse público relevante, autorizar a expedição de decretos-leis somente em matéria de segurança nacional e finanças públicas, desde que isso não acarrete aumento de despesa.

A característica do instituto brasileiro está em que ele é, de certo modo, normal, autônomo mesmo, embora sofra limitações no concernente a matéria e, ainda, quanto a aumento de despesa.

Sem dúvida nenhuma, a fórmula brasileira nos parece mais racional e consentânea com o espírito democrático e respeito às tradicionais prerrogativas do Congresso.

Se nos fosse lícito tomar emprestada, ao Direito Alemão, a denominação para o nosso instituto, classificá-lo como estado de necessidade legislativa governamental, ampliando o conceito referido por BITAR. É rigorosamente um estado de necessidade legislativa governamental, porque autoriza o governo, na defesa da ordem estatal e no interesse urgente do bem público, utilizar o instrumento de natureza normativa em caráter heróico e sem audiência prévia do Congresso.

VI

Em face do exposto, é evidente não se poder afirmar que a inovação constante da Constituição do Brasil, de outorgar ao Poder Executivo relevante papel na iniciativa e participação do processo de elaboração de leis como se configura no art. 58, parágrafo único, se constitui em fenômeno isolado no Direito Constitucional moderno.

Ao contrário, encontra similares em outros Estados democráticos, como assinala Harvey Walker, quando estuda aspectos do problema no Congresso Americano e no Parlamento Britânico. Na França, na Índia e em outros Estados são permitidos decretos-leis, embora durante o recesso dos órgãos legislativos.

Mas, os dois exemplos, da Itália e da República Federal da Alemanha, cumpridamente apresentados, confirmam a procedência democrática desses Institutos, comuns, embora sob variações, a aqueles Estados, onde seguramente se inspirou o constituinte brasileiro.

Isto posto, não vemos motivo que justifique a supressão do art. 58 — parágrafo único da Constituição, objeto de que trata o Projeto de Emenda Constitucional nº 2-968 e opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1968. — José Leite, Presidente em exercício. — José Lindoso, Relator. — Raymundo Brito. — Elias Carmo. — Achemar Ghisi. — Marcílio Lira. — Raimundo Parente. — Wilson Martins. — Josaphat Marinho. — Manoel Villaga. — Antônio Carlos. — Meneses Pimentel. — Luiz de Barros. — Fernando Corrêa. — Alvaro Maia vencido. Votou pela aprovação da emenda, nos termos do pronunciamento feito perante a Comissão.

PARECER

Nº 22, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Mista sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1967, que "acrescenta um item ao art. 45, um parágrafo ao art. 161 e altera a redação do art. 150 da Constituição".

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista incumbida de estudar e parecer sobre o Projeto de

que "acrescenta um item ao art. 45, emenda à Constituição nº 5, de 1967, um parágrafo ao art. 161 e altera a redação do art. 150 da Constituição", tendo em o parecer do Sr. Relator, Deputado Wilson Martins, opinando contra a aprovação da Emenda, nos termos do voto verbal proferido pelo Sr. Senador Milton Meneses.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1968. — Fernando Corrêa, Presidente. — Milton Meneses, Relator do voto. — Atílio Fontana — Monsenhor Vieira — Luiz de Barros — Manoel Villaga — Antônio Carlos — Alvaro Maia — José Lindoso — João Campos — Hélio Navarro — Wilson Martins, vencido, Carvalho Leal.

VOTO EM SEPARADO

Deputado Wilson Martins

1. As aquisições de terras por parte de estrangeiros têm suscitado, de algum tempo a esta parte, enorme controvérsia. A opinião pública, a imprensa e os círculos político-administrativos do país estão voltados para esse assunto. As compras feitas a particulares e aos Estados por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras são vultosas. Alguns dos maiores latifúndios estão em poder de alienígenas. Surgiram irregularidades nas operações realizadas na área Rural por estrangeiros. Abriam-se, por isso, inquéritos na esfera parlamentar, bem como na administrativa. Abusos de ordem estão sendo cometidos, e os meios contra o patrimônio de elementos nacionais começam a ser praticados por estrangeiros ávidos de lucros. Não será demais dizer que apenas um dos Grupos estrangeiros que operam no setor de terras neste país, o de Stanley Selig, já adquiriu para si 1 milhão de hectares, com o único propósito de especulação, já que, decorridos os anos, não fundou fazendas, nem introduziu melhoramentos nas inúmeras glebas compradas. Cerca de 92% da superfície do Município Goiano de Ponte Alta do Norte pertencem, atualmente, ao mencionado especulador, residente em Indianapolis, Indiana, nos Estados Unidos. Que fez ele dessa fabulosa massa de terras? Vendeu-a, em lotes, a compatriotas seus, obtendo lucro fácil, e dispõe-se ainda a vender a remanescente, na suposição de ter descoberto o melhor dos negócios do planeta. Outro adquirente de terras brasileiras, que não tem medido as sequências para ampliar os seus já vastos domínios, é um certo Sr. Henry Fuller, conhecido pelos mais antigos posseiros de Piauí, no Estado de Goiás. Auxiliado pelas autoridades do Município, Henry Fuller responde pela perseguição e expulsão de cerca de 20 posseiros, radicados na região há mais de 30 anos.

As violências cometidas por ele foram narradas pelo Juiz de Direito de Porto Nacional e por outras testemunhas agora ouvidas pela CPI de Furtos. Tais violências incluem expulsão, à mão armada, de brasileiros que detêm posse trintenária, mansa e pacífica; compreendem, também, o incêndio das moradas e o abate riminoso de animais pertencentes aos posseiros.

Esses fatos, divulgados pela imprensa, despertaram na opinião nacional e nos homens públicos do país duplo interesse: o da punição dos responsáveis e da adoção de medidas e providências capazes de tranquilizar a Nação.

2. No regime da Constituição e leis brasileiras, puderam sempre os estrangeiros adquirir ou alienar bens de raiz, em igualdade de condições com os nacionais. Raros são os diplomas que abrem exceção à regra. Podem ser lembrados o Decreto-Lei nº 1.164, de 18.3.9, que dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas; o Decreto-Lei nº 1.968, de 17.1.40, sobre idêntico assunto; o Decreto-Lei

nº 2.610, de 20.9.40, que interpreta disposições do Decreto-Lei nº 1.539, citado; o Decreto-Lei nº 4.103, de 11.3.42, que dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil; o Decreto-Lei nº 4.612, de 24.8.42, que cassa a autorização de funcionamento aos Bancos que menciona, e dá outras providências; e, finalmente, a Lei nº 2.597, de 12.9.55, que dispõe sobre a Lei nº 1.224, de 4.11.50, liberou os bens de propriedade dos súditos do Eixo, sujeitos antes aos encargos impostos pelo Decreto-Lei 4.166, referido.

A Constituição em vigor assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade (art. 150); e o § 22, desse artigo, dispõe:

"É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157, § 1º. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior".

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30.11.64) não estabelece qualquer distinção entre brasileiros e estrangeiros colocando-os, ao contrário, em pé de igualdade, como se vê, exemplificativamente, nos arts. 3º e 55. A própria distribuição das terras desapropriadas para fins de reforma agrária é feita sem ordem de preferência para os elementos nacionais (arts. 24 a 26 da Lei nº 4.504, mencionada).

3. A análise que acaba de ser feita demonstra a inspiração liberal da legislação brasileira, no que toca à propriedade imobiliária, incorporada, através dos anos, com a mesma simplicidade ao patrimônio de brasileiros e estrangeiros. Uma nova realidade,

porém, revela ao país a conveniência da auto-defesa. Aventurheiros que aqui aportam com intenção forte em se mostrar capazes de adquirir estas extensões de terras, rapidamente, levando a cabo a resistência de autoridades, de um lado, e de outro, retirando a paz e o bem-estar dos patrióticos nossos entregues à labuta do campo. A situação já comprovada de uns compromete agora o desenvolvimento tranquilo de um dos setores da produção do país, cuja estrutura própria é deficiente e cujos métodos agrícolas são antiquados. Compromete o desenvolvimento, porque mantém estas extensões de terras inativas, impedindo o acesso a estas terras daqueles trabalhadores que querem e precisam produzir. A ameaça agora é contra o desenvolvimento da Nação e a segurança interna dos seus filhos, mas poderá ser mancha contra a sua segurança externa, se a legislação não se afletar à palpitante realidade dos dias presentes. A política de colonização não poderá jamais permitir a formação de "quintos" dentro do país. Constituem eles sério problema político, como o Brasil já testemunhou antes de 1937. Devemos, pois, estar permanentemente advertidos contra a infiltração de grupos de ascendência comum que, vindos do exterior, possam constituir entre os aquelas "minorias" a que as Nações Unidas reconheceram o direito de não ser hostilizadas. O Brasil é um país continental e grande parte do seu território permanece desprotegido. Carecemos de capital, de técnica e de força de trabalho, mas temos de sujeitar a colaboração externa a uma disciplina que garanta a segurança nacional.

4. Essas reflexões não são inspiradas em sentimentos menos nobres em relação a outros povos, propugnando antes uma proteção maior dos nossos objetivos nacionais. Os parlamentares brasileiros estão preocupados em dotar o país de um Corpo de Leis capaz de bem regular a matéria. Na Câmara dos Deputados, tramitam nesta hora dois projetos com esse objetivo. O primeiro, sob o nº 493-67, do no-

bre Deputado Gastone Rigli, disciplina a aquisição de terras, com área superior a 20 hs, por estrangeiros não domiciliados no país. O artigo 1º da proposta sujeita semelhantes aquisições à prévia autorização legislativa. O outro projeto tem o nº 628-67 e foi apresentado pelo nobre deputado Aldo Fagundes. "A aquisição de terras rurais por estrangeiros, diz o art. 1º dessa proposta, passa a ser de competência do Poder Judiciário, em qualquer parte do território nacional, dependerá, para a sua validade, da aprovação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), nas condições estabelecidas na presente lei".

O ilustre Senador Marcellos de Alencar entende que a matéria ficará melhor disciplinada em Emenda Constitucional. Por isso, pretende acrescentar um item ao art. 45 e um parágrafo ao art. 161, ao mesmo tempo que propõe se altere a redação do art. 159 da Constituição. O ensinamento do nobre Senador pela Guanabara se orienta no sentido da preservação da Segurança Nacional. "Ao se compreender — diz a justificativa de S. Exa. — que possa o Brasil, em pleno século XX, ficar insensível ao processo de infiltração estrangeira, que consiste na aquisição de imensas áreas de terras, o que pode constituir uma base econômica, válida para futuras pretensões".

O novo item, de nº 11, proposto ao art. 45 da Constituição Federal, daria ao Senado Federal competência privativa para "autorizar a alienação de propriedade territorial rural a estrangeiro ou a pessoa jurídica dirigida por estrangeiro ou constituída com a participação de capitais estrangeiros".

O artigo 161, da Carta em vigor, incluído no Título III — Da Organização Econômica e Social — seria acrescido de mais um parágrafo — § 5º — assim redigido:

"A não ser com prévia autorização do Senado, nenhuma propriedade territorial rural pode ser transferida a estrangeiros ou a pessoa jurídica dirigida por estrangeiro ou constituída com a

participação de capitais estrangeiros."

Conforme se vê, a Emenda subordinaria qualquer transferência de propriedade judiciária rural à prévia licença do Senado, quando o adquirente for estrangeiro ou a pessoa jurídica for dirigida por estrangeiro ou constituída com a participação de capitais estrangeiros.

A nova redação proposta ao § 1º do art. 150 é simples decorrência dos acrescentos aos arts. 45 e 161.

Inevitavelmente, a necessidade de licença do Senado para os negócios de terras de estrangeiros daria, antes de tudo, a respectabilidade e a seriedade que muitos desses negócios perde. O Senado passaria a fiscalizar as operações, ajuizando da sua conveniência ou não. A lei ordinária teria de regular a forma pela qual essa fiscalização se processaria, uma vez que a Emenda silencia a respeito.

Parece-nos que a autorização para as transferências não deveria abranger a totalidade das operações, como quer a Emenda, mas apenas as relativas a propriedades territoriais rurais com área superior a 200 hectares, de acordo com a Subemenda de autoria do ilustre Senador Mário Martin.

A Subemenda evitaria o inconveniente do congestionamento do trabalho no Senado, que decidiria os casos realmente mais complexos, e não dos gíbios pequenas, quase sempre chácaras, fora da exigência de autorização.

Seria realmente incompreensível que se buscasse antes a licença do Senado para conceder um título de 10 ou 15 hectares de terras a um colono estrangeiro. Seria passar do regime da imprevidência à da compreensão. Não pode ser essa a orientação do Legislativo.

Face, pois, ao que foi explanado, opinamos pelo acolhimento da Emenda e da Subemenda de nº 1, visto que esta última aprimora a inovação contida naquela.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1968. — Fernando Corrêa, presidente. — Wilson Martins, Relator.

ATA DA 67ª SESSÃO, EM 2 DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESENCIA DOS SRs: GILBERTO MARINHO, GUIDO MONDIN, LINO DE MATTOS E VICTORINO FREIRE.

As 10 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guilomard
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Arcer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Jos. Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Lui de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Pessoa de Queiroz

SENADO FEDERAL

Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Dylton Costa
Jos. Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Paulo Torres
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedito Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Péricles Pedro
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Milton Menezes
Alvaro Catão
Antonio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 173-68 (nº de origem 256-68), de 7 de corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei nº 12-68 (C.N.), que dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei nº 5.432, de 7.5.68).

OFÍCIO:

Do Sr. Presidente do Banco Nacional de Habitação, nos seguintes termos:

OF. GP-19.11-19-68.

Em 1º de março de 1968

Senhor Presidente:

Nos termos do parágrafo 1º do art. 24 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, encareço a Vossa Excelência colocar à disposição do Banco Nacional de Habitação, sem ônus para a repartição de origem, o servidor do quadro da Secretaria do Senado Federal, Cláudio Idebúrgue Carneiro Leal Neto, para exercer as funções de Assessor do Diretor Supervisor da Carteira de Operações Especiais.

Atenciosas saudações. — Mário Trindade — Presidente.

PARECERES

(Pareceres 387, 388, 389, 390, 391, 392 e 393, de 1968, publicados em Suplemento).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Aarão Steinbruch

Nº 100-68, enviada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores (Aviso nº G-661, de 29.4.68);

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 591-67, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 113-AP-Br, de 30-4-68);

Nº 910-67, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 116-AP-Br, de 30-4-68);

Nº 975-67, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 117-AP-Br, de 30-4-68);

Nº 1.118-67, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 97-AP-Br, de 30-4-68);

Nº 1.150-67, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 98-AP-Br, de 30-4-68);

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 327-68, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 114-AP-Br, de 30-4-68);

De autoria do Senador João Cleofas

Nº 9-68, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 111-AP-Br, de 30-4-68);

SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, vários requerimentos de informação, de autoria dos Senadores Lino de Mattos e Vasconcelos Torres. Serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 479, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1) Qual o valor da redução do ICM que pretende o Governo aplicar no global incidente sobre o café, visando o fortalecimento da cafeicultura nacional?

2) Além daquela medida que constitui fator importante para a consolidação econômica daquele produto, quais as outras providências que estão sendo tomadas pelo Governo visando a evitar o agravamento da determinação dos rendimentos da cafeicultura?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 480, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes o seguinte pedido de informações:

1) Em quanto importará o fornecimento de materiais e equipamentos por parte da indústria nacional, na construção dos 36 navios contratados pelo Governo brasileiro?

2) Se a indústria nacional de construção naval tem capacidade de fabricar em quantidade e qualidade o referido material? Em caso afirmativo, qual o motivo que determinou a encomenda do Exterior do referido material?

3) Qual o motivo por que não foi ainda iniciada a construção dos citados navios?

4) Se algum planejamento foi efetivado visando ao adequado emprego dos equipamentos e materiais necessários e quais os preços orçados na construção dos navios comparativamente aos vigentes no mercado internacional?

5) Se esse Ministério já atendeu a algum pedido de modificação dos projetos de construção dos citados navios?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 481, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — informações sobre irregularidades no pagamento de horário integral.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — se todos os que trabalham mais de 10 (dez) horas por semana, e, assim, com direito a receber pagamento de horário integral, têm recebido normalmente nesse Ministério.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 482, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — informações sobre nomeações de concursados.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder

Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — porque, até a presente data, não foram nomeados candidatos habilitados em concurso realizado em 1954, para aquele órgão.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 483, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações sobre liberação de verbas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, quais os motivos da não liberação, até esta data, de verbas destinadas à Comissão Nacional de Energia Nuclear, prejudicando, enormemente, suas atividades e o progresso nacional, bem como quando serão liberadas.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 484, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre reedição da obra intitulada "Tipos, curiosidades e esquisitices dos homens célebres", de Múcio da Paixão.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, que providências foram tomadas para que seja feita a reedição da obra intitulada "Tipos, Curiosidades e Esquisitices dos Homens Célebres", de Múcio da Paixão?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 485, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do MECOR — DNOS — sobre dragagem do ribeirão das Areias, no Distrito de Laranjais, município de Itaocara, Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do MECOR — DNOS — se foi tomada alguma providência visando efetuar a dragagem do Ribeirão das Areias, no Distrito de Laranjais, município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 486, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — BNH — informações sobre construção de imóveis em Paraíba do Sul, no Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, de acordo com as disposições regimentais vigentes, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — BNH — sobre o seguinte:

1) Existem planos para financiamento de casas ou apartamentos em Paraíba do Sul, no Estado do Rio? Em que fase estão?

2) A que faixa da população da cidade se destinam esses imóveis, em caso afirmativo ao item 1?

3) Para quando estão previstos o início e o término da obra?

4) Com que entidade firmou, ou firmará, o BNH convênio para tal? Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 487, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, informações sobre construção de rede de abastecimento d'água em Guia de Pacobaíba — ex-Mauá — Município de Magé, no Estado do Rio.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — se consta, entre as obras prioritárias do Departamento, a construção de rede de abastecimento d'água em Guia de Pacobaíba — ex-Mauá — Município de Magé, no Estado do Rio.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 488, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre sua reforma administrativa pela Fundação Getúlio Vargas.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o seguinte:

1) Em quanto montou para o referido Ministério da Fazenda a reforma levada a efeito pela Fundação Getúlio Vargas?

2) Qual a origem da importância paga a Fundação Getúlio Vargas?

3) Quais os efeitos mediatos e imediatos dessa reforma?

4) Qual o montante pago a funcionários e técnicos para a realização da reforma?

5) Quais os efeitos na receita da União, após essa reforma?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 489, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do D.A.P.C., informações sobre contagem de tempo de serviço prestado em tempo de guerra.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do D.A.P.C., sobre o seguinte:

1) O Poder Executivo tem dado aposentadoria aos funcionários que, tendo prestado serviço militar em tempo de guerra, o qual é contado em dobro, completam 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, conforme preceitua a legislação atinente?

2) Em caso negativo, por que? Qual o número de funcionários em tal situação?

3) Qual tem sido a orientação do Governo a respeito do assunto?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 490, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — IPASE — informações sobre assistência hospitalar pelo Instituto.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Considerando ser o IPASE o único Instituto de Previdência que cobra

de seus segurados vultosa percentagem em qualquer assistência hospitalar, pois o segurado é onerado num simples curativo que se veja obrigado a fazer em qualquer Hospital com que mantenha convênio o IPASE;

Considerando ser o IPASE um Instituto que mantém invejável situação financeira;

Considerando que a Previdência Social deve ser de um só modo no que tange à assistência aos seus segurados;

Considerando, enfim, que a forma com que o IPASE enquadraria os seus segurados no cálculo da percentagem para pagamento dos serviços de assistência hospitalar é, por demais, onerosa.

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — IPASE — o seguinte:

— por que o IPASE, somente o IPASE, cobra do seu segurado vultosa percentagem sobre toda e qualquer assistência hospitalar, desde uma simples autorização ou chamado de ambulância, quando se verifica que os demais Institutos dão toda cobertura gratuitamente aos seus segurados?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 491, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre venda da Fábrica Nacional de Motores.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, sobre o seguinte:

1) Quais os motivos que levaram o Governo a efetuar a venda da Fábrica Nacional de Motores?

2) Antes de chegar a esta solução procurou o Governo, através de seus órgãos específicos, recuperar a FNM, a fim de que a mesma atingisse os objetivos para que foi criada?

3) Quais os critérios que nortearam a transação? Houve concorrência interna ou internacional?

4) Qual o valor do patrimônio da FNM; do seu capital social; o valor nominal de suas ações e cotação no mercado de capitais?

5) Qual a parte da União, bem como o destino que será dado à importância recebida pela venda e qual o valor da mesma, bem como as condições de pagamento?

6) A firma compradora responsabilizar-se-á pelo passivo da FNM ou este será deduzido do valor da venda?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 492, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através dos Ministérios da Justiça e da Fazenda, sobre cumprimento do que preceitua o Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através dos Ministérios da Justiça e da Fazenda, o seguinte:

1) Se o Poder Executivo vem cumprindo, através de seus inúmeros órgãos administrativos, o Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, que concedeu anistia ampla e irrestrita a todos aqueles envolvidos em fatos acontecidos no País, no período de 16 de julho de 1934 até a promulgação do Ato Adicional?

2) Em caso negativo, por quê?
3) Se o mesmo Poder Executivo determinou o cancelamento das punições disciplinares aos servidores civis, militares e autárquicos e as faltas ocorridas ao serviço, sem prejuízo dos que foram assíduos, de acordo com o art. 1º, letra "c", do referido diploma legal?

4) Em caso negativo, por que, tendo em vista que o Decreto Legislativo nº 18, fundamentou-se no art. 66, nº V, da Carta Magna de 1946, que compete privativamente ao Congresso Nacional a concessão de anistia?

5) Se o Poder Executivo tem conhecimento que os funcionários do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos e Superior Tribunal do Trabalho e outros órgãos judiciários, assim como os servidores de ambas as Casas do Congresso Nacional, foram beneficiados por aquela medida?

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

Há vários oradores inscritos.

Tem a palavra o primeiro deles, o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontram-se em Brasília dois dirigentes da Associação de Plantadores de Cana do Município de Campos, no Estado do Rio, os Srs. Roosevelt Cristóvão de Oliveira e Amaro Gomes da Silva.

Estão aqui, para pleitear uma audiência ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, que deverá ser concedida nas próximas horas. Nesta entrevista relatarão o drama por que vem passando a lavoura canavieira do Estado do Rio — eu poderia acrescentar do Brasil inteiro — em virtude do Plano de Safra 1968-1969 ter omitido certas particularidades de ordem financeira e que agravaram ainda mais o problema social na agro-indústria do açúcar, que, nos últimos anos, vem apresentando periodicamente quadros de tristeza e de quase miséria.

Conforme V. Exª sabe, Sr. Presidente Gilberto Marinho, a lavoura canavieira é associada à produção industrial do açúcar um dos processos sociais, mais bem imaginados neste País pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas.

Houve uma lei, que determinava, e determina, que um percentual da matéria-prima a ser esbagaçada nas moendas das usinas seja proveniente das lavouras canavieiras ou de propriedade dos plantadores de cana-de-açúcar, e a outra parte, pertencente à usina, para que não sofresse o risco de, por uma intemperie ou um fato independente da vontade do agricultor, a cana-de-açúcar não chegar nas moendas, na devida oportunidade. Era assim como que uma espécie de fundo de reserva.

Sr. Presidente, essa lei, porém, foi sendo relegada e não cumprida.

O fato é que se está estabelecendo e verificando um conflito social, onde aquele que deve ser protegido pelo Estado, não o é, infelizmente, porque, o Instituto do Açúcar e do Alcool, uma sociedade de economia mista, uma autarquia intervencionista na

área privada, porque determinadora do contingenciamento da produção, tem tribunais próprios, específicos, para julgar os processos relacionados com a agro-indústria em nosso País. A Lei a que me refiro é a de número 4.870, de 1º de dezembro de 1965, que prescreve, no seu art. 9º, (16):

Que o Instituto do Açúcar e do Alcool, deverá fazer o levantamento dos custos de produção agrícola e industrial apurando, em relação às usinas de cada região produtora, as funções custo dos respectivos fatores de produção.

No art. 10º determina: (16)

O preço da tonelada de cana fornecida às usinas será fixado para cada Estado, por ocasião do Plano de Safra, tendo-se em vista a apuração dos custos de produção referidos no artigo anterior.

E no art. 11: (16)

Ao valor básico do pagamento da cana, fixado na forma do artigo anterior, será acrescida a parcela correspondente à percentagem da participação do fornecedor no rendimento industrial situado acima do rendimento médio do Estado, considerado, para esse fim, o teor de sacarose e pureza da cana que fornecer.

Sr. Presidente, diante do que acabo de mencionar, vê-se um contraste, pois o órgão intervencionista praticamente não pode exercer a política de preços confiscatórios. No caso é o Instituto do Açúcar e do Alcool que tem levado a organização de tabelamento em desacordo com os custos reais de produção.

Frisei que não é só em meu Estado. O fato também se verifica no Nordeste canavieiro. Ainda há dias, o Senador João Cleofas prestava-nos informação de certo modo grave, e S. Exª falava com conhecimento de causa, porque é produtor de cana. Dizia que sua lavoura atingira a uma safra elevadíssima, e mesmo assim não lhe deixara qualquer lucro, dado a essa política de desnivelamento entre o que deve ser feito e o que não está sendo realizado.

É justamente o achatamento. O lucro vai num percentual maior para o usineiro, e o fornecedor de cana praticamente tende a ser eliminado. Joga-se, assim, por terra toda a estrutura sociológica e econômica do Instituto do Açúcar e do Alcool, criado justamente para estabelecer equilíbrio entre a lavoura e a indústria.

Não é demais frisar, nesta oportunidade, que o lavrador de cana merece continuar recebendo, como já obteve em algum tempo, apoio especial do Estado através do Instituto. Isto porque apenas durante seis meses, ou seja no período de safra é que a sua atividade é remunerada. É como a formiga, tem que acumular durante seis meses, para no semestre correspondente à entressafra gastar o que recebeu das usinas no período de atividade, em despesas de ordem familiar, seja habitação, colégio dos filhos, alimentação, transporte.

No meu município de Campos, Sr. Presidente, há um mal-estar generalizado e os lavradores feridos e chocado, não sabendo mais para quem apelar, vieram de avião a Brasília procurar os representantes do Estado

na Câmara dos Deputados, e, como não pôde deixar de ser, também no Senado, onde compreensivelmente os acolhi, como de resto acolho a todos os "papa-goiabas" que se perdem no Planalto, quer tratando de assuntos sérios como este, quer aqueles que vêm conhecer Brasília, na vigilância diuturna da missão que tenho, de representar os interesses do Estado.

E eles, dando conta diretamente das amarguras por que estão passando, me pediram que reforçasse esse apelo de audiência, que deverá ser marcada dentro de poucas horas, com o Sr. Presidente da República.

A causa é evidentemente simpática, defensável, humana. Para ela, de preço a compreensão de S. Exª o Marechal Arthur da Costa e Silva, bem como o indispensável apoio desta Casa do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, se V. Exª permitir, e para que eu não me alongue na tribuna, encaminharei à Mesa, para que sejam publicados no corpo do meu discurso, as razões apresentadas em memorial pela Federação dos Plantadores de Cana do Brasil. É um documento que, julgo, deve figurar nos anais da Casa, pela maneira como os dados são alinhados, pela sinceridade com que é feita a exposição, sem subterfúgios.

V. Exª sabe que o homem da lavoura tem aquela rudeza, sinônimo de sinceridade. Ele não fala através de palavras poéticas, fantasistas ou em luminárias de estilo; vai direto aos fatos, numa exposição sensata, correta e exatíssima do que realmente ocorre.

E, Sr. Presidente, para não me alongar, repito, peço a V. Exª, que nos termos regimentais, faça publicar, junto ao meu discurso, o memorial aludido.

Aguardo que o Sr. Presidente da República receba esses homens do interior, e já que a agricultura precisa de estímulo governamental, suplico que S. Exª, apertando as mãos calosas dos plantadores de cana do meu Estado e do Brasil, tenha deles uma fonte de inspiração, um alerta para a realidade que esses patriotas nossos estão vivendo, que é difícil e cruel.

Eis o que tinha a dizer. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE, EM SEU DISCURSO, O SR. SENADOR VASCONCELOS TORRES.

Em, 6 de maio de 1968

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A lavoura canavieira nacional, integrada por 49.000 plantadores, que respondem por uma produção global de 25 milhões de toneladas de cana e em torno da qual militam mais de um milhão de brasileiros, não se conformando com a marginalização a que foi condenada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, vem à presença de Vossa Excelência com o devido respeito, expor na linguagem franca e eloquente dos números, o drama que afflige e as preocupações que a dominam, em virtude da revogação de conquistas por ela anteriormente realizadas e de ilegalidades praticadas pela autarquia açucareira, em detrimento do interesse de uma economia

setorial em regime de acentuado empobrecimento.

A Constituição Federal de 1961, facultou ao Estado intervir no domínio econômico, mediante Lei da União, assegurados os direitos e garantias individuais — e, entre estes, a captação do justo rendimento da exploração econômica da propriedade privada.

O sistema produtor açucareiro vive sob regime de intervenção estatal controlada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e disciplinada pelo Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941 — Estatuto da Lavoura Canavieira — e pela Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965 — Lei da União — que têm como posturas fundamentais:

a) separação das atividades agrícolas e industriais — obrigando as usinas açucareiras a adquirirem da lavoura autônoma 60% da cana necessária a e do açúcar.

b) contingenciamento da produção industrial;

c) tabelamento dos preços da cana da cana e do açúcar.

Ao disciplinar o tabelamento dos preços da cana e do açúcar, a Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, prescreve no seu artigo 9º que o Instituto do Açúcar e do Alcool, deverá fazer o levantamento dos custos de produção agrícola e industrial apurando, em relação às usinas de cada região produtora, as funções custo dos respectivos fatores de produção. A seguir, tratando especificamente do preço da cana dispõe:

Art. 10. O preço da tonelada de cana fornecida às usinas será fixado para cada Estado, por ocasião do Plano de Safra, tendo-se em vista a apuração dos custos de produção referidos no artigo anterior.

Art. 11. Ao valor básico do pagamento da cana, fixado na forma do artigo anterior, será acrescida a parcela correspondente à percentagem da participação do fornecedor no rendimento industrial situado acima do rendimento médio do Estado, considerado, para esse fim, o teor de sacarose e pureza da cana que fornecer.

Diante dos princípios transcritos resulta pois que é vedado ao órgão de intervenção do Poder Público preços confiscatórios que eliminem o lucro da atividade econômica privada e, no caso do Instituto do Açúcar e do Alcool fazer o tabelamento dos preços em desacordo com os custos reais de produção.

Com o achatamento do preço básico da tonelada de cana na safra passada e exclusão da participação dos fornecedores nos rendimentos médios dos Estados e das usinas, o Instituto do Açúcar e do Alcool assumiu o comando de uma batalha inglória, investindo contra aqueles que sempre confiaram em sua ação tutelar e lutam, tão somente para ver respeitada a égide da lei e do direito, apanágio do Governo de Vossa Excelência.

No quadro alaiço, que fala por si só, Senhor Presidente, a lavoura sintetiza o seu drama, em cifras, mostrando, excluídos os custos tributários, o tratamento dos preços da tonelada de cana, exacerbando a situação da lavoura e do açúcar, a partir da safra de 1967-68:

Centro Sul	Preço da Tonelada de cana sem custo Tributário	Saco de Açúcar	Custo Industrial	Salário Mínimo	Mês de Obra na Tercina da Cana
Safra 65-66	9.82	12.18	3.67	66.00	2.70
Safra 66-67	9.06	11.69	3.51	81.65	2.43
Safra 67-68	13.63	16.59	5.71	105.69	4.34
Safra 68-69	12.59	20.33	6.80	129.60	5.21

A leitura desses dados oficiais comprova a saciedade que enquanto o preço da tonelada de cana no período de 1965 a 1968 se elevou de 28%, o custo, industrial da produção do açúcar subiu de 84,5% e os salários mínimos foram majorados em 98%, sem o aditamento dos encargos sociais, que os oneram em 47,5% e que se estendem à lavoura desde 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Indica, ainda a perda do poder aquisitivo da lavoura, pois enquanto na safra 65-66 a tonelada de cana permitia a compra de 4.958 kgs. de açúcar cristal, ou o pagamento de 4,45 salários mínimos dia, na safra 68-69, somente dará para comprar 2.920 kgs. de açúcar ou pagar 3,71 salários mínimos dia.

Para sustentar o seu arbítrio, a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool resolveu na safra 67-68, não só não apresentar a estruturação dos custos e preços da tonelada de cana, como lhe compete privativamente e ordena a Lei nº 4.870, como ainda, negar à lavoura através artifício de apuração e aplicação tendenciosa da Lei o direito de participação nos rendimentos médios industriais dos Estados e das usinas, direito que tradicionalmente lhe vinha sendo assegurado desde a safra de 1945-46, estimado em quinhentos cruzeiros velhos por tonelada fornecida, não obstante compromisso formal assumido pelo Doutor Evaldo Inojosa de fazer respeitar a norma inscrita no § 2º do art. 11 da Lei nº 4.870, como consta das atas do Instituto do Açúcar e do Alcool até agora não cumprido.

Assim agindo, o Instituto do Açúcar e do Alcool reduziu a participação da tonelada de cana no preço do açúcar de 65,45% e 70,30% nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste para respectivamente 54,18% e 60,14%, desviando, em consequência do setor agrícola para o industrial, vultosos recursos que geraram como não podiam deixar de ocorrer, o agravamento da crise que, dia a dia, mais se exacerbava nos meios rurais canavieiros com o seu acelerado empobrecimento.

Nesse período, a provisão fixada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para o pagamento da mão de obra foi elevada de apenas 24%, enquanto em termos financeiros deveria se achar representada, com o aumento de 98%, decorrente dos aumentos de salários mínimos na estrutura de preços da tonelada de cana por NCr\$ 3,20 e não NCr\$ 5,24, acarretando assim uma descapitalização, somente na rubrica da ordem de NCr\$ 2,96 por tonelada, contra um aumento global aprovado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para a safra 68-69, de apenas NCr\$ 1,97.

Eis, Senhor Presidente, a situação criada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool por se negar a cumprir as diretrizes fixadas pela Lei nº 4.870, Capítulo II, em suas Seções 1ª e 2ª, que tratam do "Levantamento dos Custos e do Preço da Cana", para impor preços políticos, ilegais e fora da realidade da atual conjuntura.

E com quais recursos irá contar a lavoura para arcar com as demais despesas integrantes do custo da produção agrícola, dos encargos diversos, entre os quais se incluem o seguro do acidente no trabalho e a manutenção de hospitais e ambulatórios de sua responsabilidade, a primeira expressa pelo Instituto do Açúcar e do Alcool em cifras fora da realidade, inexplicavelmente omitida, não obstante constar de Leis estaduais e do art. 8º do Decreto-lei nº 308?

Mas, o Instituto do Açúcar e do Alcool insatisfeito com as benesses conferidas ao setor industrial na safra 67-68, resolveu completar o aniquilamento da lavoura canavieira, oferecendo à apreciação do Conselho Monetário Nacional um esquema financeiro, para defesa da safra 68-69 montado em preços majorados em

18,52% — aumento correspondentes à majoração do dólar de NCr\$ 2,70 para NCr\$ 3,20, quando todas as luncões custo dos fatores de produção sofreram valorização muito mais acentuadas, em virtude da conjuntura econômica.

Vale lembrar que somente no ano passado a desvalorização da moeda foi da ordem de 25% e os valores das propriedades agrícolas, de acordo com o Departamento do Imposto de Renda, sofreram correções de 36% no ano de 1966 e de 22% em 1967 o que vem reforçar a caracterização das distorções supra referidas.

Na verdade, Senhor Presidente, o Instituto do Açúcar e do Alcool não apresentou ao ensejo de formulação dos preços para a safra 68-69, não obstante expressa determinação contida na Lei nº 4.870, de 19 de dezembro de 1965, qualquer estruturação de custos e preços da tonelada de cana. Não entretanto, o Instituto do Açúcar e do Alcool vem sustentando pela imprensa que tem os custos médios levantados conforme determina a Lei 4.870, com base na contabilidade das usinas, por ele escolhidas a seu critério.

Mas, se possui tais levantamentos, por que se negou a trazê-los à colação, não obstante provocado, como o foi na reunião do seu Conselho destinada a aprovação do chamado Plano de Defesa da Safra 68-69, votado com a ausência da representação da lavoura, que se retirara do plenário, para não sacramentar um esquema único, mormente após a declaração do Presidente Dr. Ivaio Inojosa, de que o Governo marca a regra do jogo e não obriga ninguém a plantar canas.

A prevalecer essa orientação de seu Presidente, o Instituto do Açúcar e do Alcool estará fraudando o princípio legal da reparação das atividades agrícola e industrial e lançando as bases para a implantação do monopólio da agro-indústria do açúcar, enfiando nas mãos das 270 usinas existentes no País. Em síntese a política preconizada pela Autarquia Açucareira objetiva levar o desespero e o desestímulo às áreas canavieiras para forçar a redução das lavouras aos fornecedores, em benefício da ampliação das lavouras das usinas, o que não acreditamos esteja nos propósitos de Vossa Excelência.

Mas, a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool, insuflando consumidores e operários contra nossa classe teve em mira desviar a atenção do Governo de Vossa Excelência do mercado real do açúcar cristal, hoje em regime de sub-faturamento.

O mercado real do município de Campos, em que se sedia a usina Paraisópolis, da qual é principal sócio o Dr. Inojosa e de NCr\$ 22,00 por saca, com o faturamento de apenas NCr\$ 19,00, com prejuízo, portanto para o fisco, para o consumidor de quem o Instituto do Açúcar e do Alcool se diz defensor, e para os fornecedores.

Para a região Centro-Sul, o preço oficial será de NCr\$ 20,38, inferior, portanto, ao do mercado real, o que praticamente homologará a instituição do sub-faturamento.

A lavoura jamais pretendeu, como vem insinuando pela imprensa o Instituto do Açúcar e do Alcool, a elevação do preço da cana de modo que remunerasse todas as unidades produtoras, do ponto de vista econômico, em face de sua baixa produtividade, pois aceita o preço encontrado na contabilidade das usinas, já pesquisado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, desde que essa contabilidade seja como manda a legislação em vigor e que venha a registrar todos os custos dos fatores de produção, diretos e indiretos, apropriados como manda a Lei nº 4.870.

O exposto nos leva, Senhor Presidente, a solicitar a apuração das denúncias aqui formuladas e que se de cumprimento às diretrizes fixadas

pela Lei nº 4.870, através de comissão de alto nível designada por Vossa Excelência, que seja alheia aos interesses em conflito, para que a verdade possa ser restabelecida e devolvida a indispensável tranquilidade ao homem do campo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Álvaro Catão.

O SR. ÁLVARO CATÃO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo abordar desta tribuna assunto que me parece de magna importância para o futuro do nosso País, para o seu desenvolvimento e aprimoramento cultural. Refiro-me ao problema da educação.

A propósito, pretendia eu encaminhar ao Governo requerimento de informações tratando de vários aspectos desse setor, de interesse do País e de meu Estado, inclusive versando a morosidade com que se arrastam, há vinte anos, as obras da Cidade Universitária situada no Rio de Janeiro.

Uma das mais difundidas e conceituadas revistas semanais de nosso País, justamente aquela fundada pelo saudoso brasileiro, grande homem público, jornalista, embaixador, Senador que foi Assis Chateaubriand a Revista "O Cruzeiro", em seu último número, que está nas bancas, faz oportuna e bem aprofundada reportagem sobre a situação em que se encontram as obras da Cidade Universitária, estabelecendo comparações que nos entristecem, com o seguinte título: "Cidade Universitária. Desculpe, estudante".

Mostra, entre outras coisas que, levando-se em conta a data das primeiras providências, ao tempo do Governo do Presidente Getúlio Vargas em 1935, ou a data da criação da primeira entidade que teve como objetivo a sua construção, a ETUE, em 1944, ou ainda a data do início de seus trabalhos, ou seja, em 1948, verifica-se que o México iniciou sua cidade universitária depois e a construiu em cerca de 28 meses.

E lá está ela a produzir seus magníficos frutos, para educar e formar a sua mocidade e conduzir aquele grande país da América Latina para os seus altos destinos, acelerando o seu progresso e aprimorando a sua cultura.

E mais, daquela data para cá o povo brasileiro, numa demonstração da sua capacidade de realização, soube construir essa magnífica Brasília, a sua atual Capital: Brasília, que há pouco aniversariava e merecia de uma das mais conceituadas e bem apresentadas revistas de arte da França, que é um dos países líderes da arte e da cultura, a revista "Croniques des Arts", significativa homenagem ao apresentar na sua capa sugestiva fotografia de um dos mais belos edifícios desta Capital, o do Ministério das Relações Exteriores, com um título também sugestivo: "Brasília Continua". Pois bem, o nosso Governo o nosso País, que soube construir não só Brasília, que nos orgulha: que soube construir tantas e tantas obras, como Três Marias, Furnas, Urubitinga, várias empresas siderúrgicas de grande porte, que soube implantar a indústria automobilística, não soube concluir, já decorridos vinte anos, a Cidade Universitária da Guanabara a antiga Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

E' uma dívida que temos não só para com aquela Cidade Estado mas também, com aqueles que estudam mas para com o povo brasileiro e para com a sua mocidade estudantil porque naquela Universidade estudam e estudarão não só aqueles nascidos na Guanabara mas, em grande parte, aqueles nascidos em outros Estados ou para lá correm em busca de estudo, do saber, do conhecimento

que são a principal moeda propulsora do progresso, do desenvolvimento econômico, social e político. Não podemos negar a essa mocidade esse valioso instrumento. Haveremos de encontrar meios e fórmulas, haveremos de imaginar soluções para esse verdadeiro desafio que é a conclusão da Cidade Universitária da Guanabara.

Parece-nos outro desafio ainda a conjuntura dramática, diante do número de analfabetos que temos em nosso País, da percentagem mínima daqueles que depois de ingressar no Curso Primário o terminam. Para cada 100 alunos, 18 terminam o curso primário; desses 18, 9 iniciam o Curso Ginásial e apenas 1,7, desses, sim, ingressa nas Universidades, mostrando o quanto se precisa fazer para resolver esse problema.

São realmente dados que nos entristecem e nos preocupam, relativos a esse tão importante para o desenvolvimento de nosso País, que é o da educação.

Assistimos conforme nos mostra aquela reportagem a doação orçamentária para esse setor, cada vez, eis que em 1965 correspondiam a 11% do orçamento: em 1966, a 9,7% e em 1967, a 8,7%, sendo na proposta orçamentária para o exercício orçamentário corrente, de 7,7%. Além disso, a participação das Universidades Federais nos gastos também vem caindo. Assim é que, em 1965, era de 3,9%; em 1966, de 3,5% e em 1967 de 3,4%. A proposta para o presente orçamento é de 2,2%.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendemos encaminhar à Mesa dos Termos regimentais, requerimento de informações a respeito da situação das Universidades não só da Guanabara, como dos demais Estados do País, a fim de saber como anda realmente esse setor e verificar quais as providências em curso, quais as possibilidades e de que maneira esta Casa e o Congresso podem colaborar para resolver esse problema, tão sério e tão dramático do setor educacional em nosso País, sem o que não podemos resolver nossos problemas de desenvolvimento, nem a curto nem a médio, nem a longo prazo.

Isso ocorre num País de tantas potencialidades e consagrado para esse problema, para a necessidade que tem de sair da atual situação de renda média per capita de 240 dólares anuais apesar de contar com algumas áreas que não podem realmente ser consideradas subdesenvolvidas, mas com um terrível desequilíbrio regional que precisa ser eliminado, para que haja a integração de todas essas regiões que compõem o grande arquipélago econômico que é o Brasil. Tal objetivo só poderá ser alcançado através de mais e mais comunicações e com uma infraestrutura adequada onde a educação deve representar o setor mais importante a fim de que possamos alcançar nos desenvolvimentos e embrear as grandes potências mundiais, pois temos os requisitos e condições que, escamoteados, tornam o Brasil um líder entre os demais países capaz de melhorar a posição dos povos deste planeta ultimamente tão sofrido. Quem sabe até mesmo com este verdadeiro humanismo brasileiro, que alguns anunciam e que acredito exista, com esse ambiente de fraternidade, falta de preconceitos e daz social que, infelizmente tem sido confundido, vez por outra nos últimos tempos, mas que os homens mais tranquilos e mesmo a grande maioria da nossa mocidade sabem e comear para encontrar a verdadeira filha do progresso e do bem-estar para o povo brasileiro.

Ei solicitação, Sr. Presidente, nos termos regimentais, dada a importância e a oportunidade dessa reportagem em vista dos números e dados interessantes que contém, dos vários aspectos que aponta fosse ela incluída no meu discurso para que constasse dos Anais desta Casa.

E o próprio fato de uma revista de tanta divulgação como O Cruzeiro dedicar várias de suas páginas, que, como sabemos, são de grande valor do ponto de vista publicitário a este assunto é uma demonstração de que o Brasil está começando a dar atenção àquelles assuntos que a merecem. Congratulo-me por conseguinte com a revista O Cruzeiro, por essa iniciativa.

Sr. Presidente, não quero alongar-me. Desejava anunciar à Casa que, confirmando a sua promessa, como anunciei semana passada, desta tribuna, o Sr. Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, chegará ao meu Estado, à cidade de Joazeiro, a porta de entrada e a capital econômica do Centro-Oeste catarinense, para uma visita, que, estou certo, será das mais oportunas e valiosas para a solução dos diversos problemas daquela região.

S. Ex.^a será acompanhado de uma comitiva altamente expressiva, com representantes do D.N.O.S. (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), do B.N.H. (Banco Nacional de Habitação), do SENAM, do SERFHAU. Aguardando essa comitiva estarão em Joazeiro não só o Senhor Governador do Estado, Senhor Ivo Silveira, mas também o Superintendente da SUDESUL, engenheiro Paulo Melo, e três ou quatro dezenas de prefeitos municipais, além de representantes de bancadas federal e estadual do Estado que, neste verdadeiro conclave, debatem com S. Ex.^a o Sr. Ministro os principais problemas daquela Região, objetivando em essência, a elaboração de um plano integrado de desenvolvimento regional, para maximizar e bem orientar e utilizar os recursos disponíveis.

Mencionei, demoradamente, desta tribuna, há pouco, o problema das rodovias no meu Estado, principalmente a BR-282, que se vai beneficiar com esta reunião e a elaboração deste plano diretor, desse plano integrado de desenvolvimento regional, porque a estrada surtirá incontestavelmente como um dos fatores condicionantes, promotores e propiciadores do desenvolvimento dessa região.

E a essa visita, criou certo, seguir-se-á outra, e do Sr. Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza, o do seu eficiente colaborador, o Engenheiro Misael Rendeiro, Diretor-Geral do DNTR, para, inclusive, participarem das manifestações de regozijo daquela região, pela reiniciação das obras de construção e implantação da ET-002, há tantos anos interrompida, esse que é a estrada de integração econômica, social e política do meu Estado. Essas trabalhos serão entretanto através de convênio entre a DUT (Divisão de Via de Transporte) do DNTR e o DNTR, ao valoroso e denso Segundo Batalhão Rodoviário, hoje sediado na Cidade de Joinville, que já está autorizado, e, a esta altura, o seu equipamento e os seus técnicos especializados em construção de estrada devem estar se deslocando para a cidade de Joinville do Oeste, gêmeada com a cidade de Joinville, numa demonstração inconfundível de que a construção da estrada será realmente reiniciada.

Desejava solicitar a todos os meus compatriotas de Joinville não deixassem de prestigiar a visita do eminente Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, tão importante para aquela região e, especialmente, para o nosso Estado, comparando, no próximo dia 11, a Joinville.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO CATÃO EM SEU DISCURSO.

O Hospital das Clínicas da Cidade Universitária do Rio de Janeiro ficou apenas nas estruturas.

"O México sabe que seu futuro cultural depende da axita ou do fracasso

que vai ter em seu funcionamento a Cidade Universitária, e, por isso, não considera sua construção como uma mera renovação física, e sim como exigência de uma nova estruturação abrangendo sistemas pedagógicos, a concepção espiritual do ensino, com o propósito de preparar a integração do homem no mundo, na certeza de que o novo universitário será um homem à altura de nosso tempo".

Em junho de 1950 um exército de mexicanos começou a construir a sua Cidade Universitária. Para o governo do México, era de grande importância a conclusão da obra. 28 meses depois ela estava pronta.

O governo mexicano, em sua proposta orçamentária para o ano de 1953, destina 540 milhões de dólares para a Educação.

"A Educação é matéria de salvação pública" — Getúlio Vargas.

"A Educação é essencial ao desenvolvimento econômico" — frase contida na exposição de motivos que precede o "Programa Estratégico do Desenvolvimento Econômico" do Governo Costa e Silva. Seu autor, o atual ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Hélio Beltrão.

Em 1935 foi assinado um decreto, pelo Presidente Getúlio Vargas, para a criação de uma Cidade Universitária. No ano de 1949 as obras foram iniciadas. E hoje, dezesseis anos depois, ainda não foram concluídos os trabalhos da primeira etapa do programa, ou seja, nem a metade do que se previa construir chegou a ser construído.

Durante o governo do Dr. Miguel Alemán, o México resolve construir a sua Cidade Universitária. É feito um concurso nacional, e ganha a Escola de Arquitetura. Nasce o projeto do conjunto, realizado por professores e alunos. Mais tarde, durante o transcurso das obras, este projeto se enriqueceu, com grandes e entusiasmadas colaborações de arquitetos e engenheiros. Numa área de 7 milhões e meio de metros quadrados, foi construída a Cidade, num período de 23 meses. Uma grande equipe trabalhou nesta realização: 150 arquitetos e engenheiros, cerca de 100 companhias contratadas e mais de 10.000 operários. Foram investidos cerca de 200 milhões de pesos. A Cidade Universitária do México foi projetada inicialmente para 26.000 estudantes. Depois, no decorrer das obras, foram feitas modificações, e hoje sua capacidade é de 30.000 alunos. Além disso, a Cidade Universitária do México está dentro de um roteiro turístico obrigatório, pois seus pontos (dignos) das na arquitetura asteca. Uma grande obra do governo mexicano. Esta é a pequena história da Cidade Universitária do México.

A GRANDE HISTÓRIA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O Escritório Técnico da Cidade Universitária do Brasil teve sua origem nas transformações sucessivas por que passou o Escritório do Plano da Universidade, criado em 17 de setembro de 1925, mediante Portaria do Ministro da Educação e Saúde. Esse escritório estava subordinado a uma comissão designada pelo Ministro Campanha, nos termos de sua portaria do dia 19 de junho do mesmo ano, para elaborar um plano de organização da Universidade Nacional que permitisse, simultaneamente, a instalação na Cidade Universitária.

Nesta mesma época, o ministro convidou o grande arquiteto Le Corbusier para projetar a Cidade Universitária na Quinta da Boa Vista. O arquiteto fez o seu projeto, mas não foi aproveitado devido aos inconvenientes da localização. Mais tarde, em 1937, pela lei 452, foi instituída a Comissão do Plano da Universidade do Brasil como decorrência da primeira localização adotada na Quinta da Boa Vis-

ta. Esta lei foi regulamentada, passando a comissão a funcionar com três membros. Criou essa mesma lei, para a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, além de uma secretaria, o Serviço de Arquitetura e o Serviço de Engenharia.

A 23 de dezembro de 1944, o ministro da Educação e Saúde cria o atual Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, que só começaria a trabalhar na construção da Cidade em 1949, pois já os anos de 1943, 47 e 48 foram perdidos pelo ETUB por falta de recursos, reduzido que esteve a seu chefe e um assistente. Neste período os trabalhos consistiram em preservar as nove ilhas que a lei havia destinado à Cidade Universitária e em esclarecer os sucessivos responsáveis pelo governo, bem como a opinião pública, sobre o acerto da solução adotada. Antes disso, em 1945, haviam sido selecionados vários lugares para a construção da Cidade: Caselo, Praia Vermelha, Niterói, Ilha do Governador (Marinha e Aeronáutica) e Vila Valqueire. Mas foi escolhido o arquipélago do Fundão, devido a vários estudos, principalmente o de crescimento demográfico, que acusou um maior acúmulo de estudantes na Zona Norte (Tijuca), entendendo a se expandir pelas zonas suburbanas.

Foram então reiniciadas, em janeiro de 1949, as atividades normais do ETUB, com aprovação de um programa de prosseguimento dos estudos ligando as ilhas, terraplenagem e regularização das ilhas, estudos do zoneamento e dos aspectos urbanísticos fundamentais, além de organogramas e planejamentos das seguintes unidades pela ordem dos recursos de que dispunham e da premência de novas acomodações: Hospital das Clínicas, Instituto de Puericultura, Faculdade Nacional de Engenharia, Faculdade Nacional de Arquitetura e Pontal Osvaldo Cruz. Este plano foi elaborado em 1949 e está sendo executado até hoje.

Houve também o surgimento da Prefeitura Universitária, concebida para ter a seu cargo a conservação dos edifícios e seus equipamentos, inclusive recuperação de móveis e aparelhos, limpeza e manutenção das áreas, jardins e todos os serviços gerais. A ela cabe também a administração dos almoxarifados centrais, garagens, oficinas de todos os tipos, lavanderia central, usinas de gás vapor, eletricidade, estações centrais de tratamentos de esgotos, água, redes de telefones, etc.

Uma perfeita ordem dos trabalhos de construção da Cidade Universitária seria aquela em que, numa primeira etapa, fossem projetadas especificadas e orçadas todas as suas obras urbanísticas e todos seus edifícios. Numa etapa posterior, seriam efetuados os trabalhos de construção propriamente ditos. Mas não houve outra saída senão a de juntar as duas fases, isto é, construir ao mesmo tempo que se planejava.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

O plano inicial de construção da Cidade Universitária, elaborado em 1949, previa a construção de 54 edifícios para escolas e institutos isolados, com uma área total de construção de cerca de 1.000.000 m². Dentro do espírito da Reforma Universitária, o projeto atual revisado prevê a criação de grandes centros, congregando unidades a reduzindo, assim, a área total de construção a 300.000 m².

Mas em 2.9.50, dentro do plano inicial, iniciava-se a construção do Hospital das Clínicas. Até 31.8.55 executaram-se as fundações dos Blocos A, B, e C, a estrutura de concreto armado de onze pavimentos de bloco A e metade da dos blocos B e C. A área desses pavimentos atinge a 140.000 m². Do total projetado de

cerca de 240.000 m² ainda faltavam, naquele data, 21.400 m².

As clínicas cirúrgicas dispõem de 19 enfermarias com um total de 27 leitos por clínica, além de 4 quartos para isolamento.

Para as clínicas médicas existiam 15 enfermarias com um total de 27 leitos e 10 quartos para isolamento, com um total de 105 camas por clínica. A Universidade disporia, ainda, no Hospital das Clínicas, de 160 leitos particulares distribuídos em 12 apartamentos.

O número total de leitos ascendia, portanto, a 1.503.

Admitindo-se a permanência média de 10 dias por doente-leito, o Hospital das Clínicas poderia internar, anualmente, 62.200 doentes. Em seus ambulatórios, seria possível atender a 2.500 consultantes por dia, ou seja, 700.000 em um ano.

Mas, por ser o Hospital das Clínicas uma obra complexa, o seu programa inicial que originou a estrutura já executada se aca, ultrapassado, tendo em vista o progresso das técnicas médicas e a reformulação aos conceitos hospitalares, tendo assim, já existido, estudos para uma adaptação do enorme esqueleto do prédio. O mais provável consiste na utilização do Bloco A (o principal — de frente) para hospitalização, e centro cirúrgico. Os serviços complementares de diagnósticos de tratamento, que eram previstos para cada andar dos blocos laterais, serão concentrados no térreo do edifício, a fim de economizar equipamento com mais rendimento, bem como área de construção. Serão reduzidos os números de leitos para 900, devido aos novos conceitos e técnicas hospitalares.

As áreas restantes da estrutura existente (parte lateral) serão aproveitadas para pesquisa, medicina preventiva e serviços correlatos às clínicas médicas e cirúrgicas. Essa reformulação seria interessante para o Ministério da Saúde, que administraria esta parte e a Cidade Universitária, o Hospital propriamente dito, reduzindo de muito a manutenção, que ficaria assim dentro das possibilidades econômicas do governo.

Mesmo que apenas estudos e hipóteses, como muitas que têm aparecido para solucionar os problemas da Cidade Universitária. Enquanto isso, os arquitetos e engenheiros do ETUB esperam as verbas para vestir o monumental esqueleto do Hospital das Clínicas.

DIFICULDADES DE TRABALHO

Há 19 anos que as obras da Cidade Universitária se arrastam. Essa demora é explicada por três fundamentais motivos: 1) capacidade financeira, ou seja, obtenção de disponibilidade de verbas, a fim de atender a um cronograma físico-financeiro (as obras são feitas de acordo com as verbas que vêm, em vez de as verbas virem de acordo com as obras que precisariam ser feitas); 2) dificuldade na coleta de dados para a elaboração dos programas básicos que darão origem aos projetos (muitos interesses pessoais e políticos estão em jogo); 3) continuidade administrativa no âmbito universitário (as constantes mudanças de diretores e responsáveis, que, em geral, têm idéias diferentes sobre o aproveitamento de suas faculdades).

A Cidade Universitária do México foi construída com cerca de 150 arquitetos e engenheiros, num prazo de três anos. O ETUB trabalha com 22 arquitetos e 7 engenheiros há 20 anos, e, até hoje, a primeira etapa do programa de obras não foi concluída. Se por curiosidade usássemos a matemática, veríamos numa regra de três simples (150 está para 3 assim como 29 está para x) o tempo necessário e lógico para a conclusão da nossa Cidade Universitária. O resultado desta operação é 15. Portanto em 15 anos a Cidade estaria pronta. Deveria estar pronta. Mas completamos 19 anos

de trabalho e as inúmeras dificuldades e obstáculos impediram a lógica deste resultado. E se a partir de hoje quiséssemos terminar a Cidade Universitária num plano quinquenal, o número de arquitetos e engenheiros atualmente no ETUB seria insuficiente para absorver o trabalho.

Na Cidade Universitária, os únicos prédios totalmente concluídos são o do Instituto de Puericultura (premiado na 11 Bienal de São Paulo, em 1953, na categoria de Hospitais), inaugurado no dia 1 de outubro de 1953, e a Escola de Arquitetura, inaugurada em julho de 1931 (premiada na Bienal de São Paulo, em 1957).

O Instituto de Puericultura mede 16.074 m². É formado por 4 blocos: a) ambulatório; b) hospital; c) pupileira e abrigo maternal; d) banco de leite humano, laboratórios e biotério. Esse Centro Médico da Cidade Universitária pode, em seu ambulatório de dois pavimentos, atender, em cada turno de três horas, a 200 crianças. O bloco hospitalar possui três pavimentos e cinco enfermarias, com um total de 107 leitos distribuídos em boxes. O bloco da pupileira composta 72 crianças das quais 13 com suas nutrizes. Este é o Instituto de Puericultura, o único que tem um equipamento completo em perfeito funcionamento na Cidade Universitária.

A Escola de Engenharia teve os seus trabalhos de construção iniciados em 29-12-50. Foi construída com capacidade para 2.000 alunos e seu projeto baseou-se em escolas dos Estados Unidos, França, Itália, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça, Inglaterra e Índia. O edifício compreende uma área total de 140.000 m². Após 18 anos, estão prontos 50.000 m².

Outro caso interessante é o da Ponte Oswaldo Cruz. Com 200 metros de comprimento, 26 metros de largura, seis faixas de rolamentos e dois passeios, a Ponte Oswaldo Cruz foi totalmente construída por arquitetos e técnicos do ETUB, faltando apenas a rampa de acesso que a ligará ao continente. Esta rampa deveria ser construída pelo Governo Federal (DNER), mas devido a certas implicações com um estaleiro que deveria ser desapropriado para a viabilidade da obra e também por problemas de verbas, até hoje a ponte não tem rampa. A sua construção começou em fins de 1952 e o reitor da UFRJ já inaugurou a ponte (entrou com seu carro até a parte construída da ponte e voltou de marcha à ré).

A população da Ilha da Cidade Universitária é de cerca de 8.000 pessoas, das quais 6.000 pertencem à Universidade. Tal movimento requer a mais urgente utilização da Ponte Oswaldo Cruz. Falta, entretanto, além da rampa de acesso a via de ligação da ponte à Avenida Brasil, que será cruzada mediante um tivo, de modo a alcançar uma grande avenida em construção até o Méier. A Ponte Oswaldo Cruz é a principal via de acesso à Cidade Universitária e sua utilização redundará em redução de 5 km de percurso, além de assegurar melhores condições de utilização dos meios de transporte coletivo existentes.

DIFICULDADES DO ESTUDANTE

Orçamento da União para a Educação:

1965	— 11%
1966	— 9,7%
1967	— 9,7%

Proposta orçamentária de 1968 — 7,7%.

A parâmetros das Universidades Federais em relação ao Orçamento vem decrescendo:

1955	— 3,9%
1963	— 3,5%
1967	— 3,4%

Proposta orçamentária para 1968 — 2,8%.

(Do Livro: *Conjuntura Atual da Universidade Brasileira*)

Embora com uma das populações mais jovens do mundo, constituída em 2/3 por pessoas de menos de 25 anos, apenas 174.694 jovens brasileiros têm o privilégio de frequentar a Universidade. 47% dos brasileiros entre 15 e 25 anos ainda são analfabetos. De cada 100 crianças que ingressam no curso primário, apenas 18 chegam ao final. 9 destas iniciam o ginásio ou curso técnico. E apenas 1 ingressa numa Universidade.

Uma única universidade americana, a da Califórnia, tem 170.000 alunos.

Além de outras dificuldades, na Escola de Engenharia, por exemplo, salvo uma meia dúzia de bolsistas, a grande maioria é obrigada a trabalhar para custear seus estudos. Segundo um levantamento feito pelos próprios estudantes do 2º ano, é mais ou menos o seguinte o orçamento anual de um universitário cursando engenharia: 1) NCr\$ 28,00 em anuidades.

2) NCr\$ 150,00 em transportes (no caso da Ilha do Fundão).

3) NCr\$ 32,00 em refeições se comer no restaurante universitário.

4) NCr\$ 150,00 em livros técnicos, em média apolando-se à bibliografia mais reduzida possível, às apostilas impressas pelo diretório acadêmico.

5) NCr\$ 120,00 para a aquisição de instrumentos, como réguas de cálculo, réguas, esquadros, material de desenho, papel, porta-cadernos e classificadores.

Ao todo cerca de NCr\$ 480,00 por ano.

Outros aspectos ainda vão demonstrar as dificuldades do estudante universitário. O aluno de Arquitetura enfrenta, na Ilha do Fundão, dois grandes problemas: transporte e alimentação. No primeiro caso que é também do aluno da Escola de Engenharia, o jovem, para poder chegar cedo à faculdade e não perder a primeira aula tem hoje que ter o seu carro, pois os ônibus da Faculdade estão sempre superlotados partem de horários imprevisíveis e saem geralmente de Bonfussoso, quando deveriam ter fim de linha no centro da cidade. Da frota de 12 ônibus que servem à Cidade Universitária, a maioria está quase sempre em conserto. E um carro, que em condições normais levaria 50 a 70 passageiros, tem sempre lugar para mais um, atingindo lotações que vão por vezes a mais de 130 pessoas.

O outro problema é o da alimentação. O restaurante da Arquitetura até agora não abriu e os alunos são obrigados a almoçar na Escola de Engenharia. A distância até o restaurante é longa e a refeição terá que ser feita dentro do prazo de uma hora, pois as aulas continuam. O restaurante da Arquitetura não funciona por falta de verba, segundo informa a direção, cabendo a reitoria da Universidade Federal.

Mes as maiores dificuldades passam os alunos moradores na Cidade de Universidade. Em princípio, os seus alojamentos estão localizados num prédio que foi especialmente construído para ser um presídio, subordinado ao Exército para presos políticos. Mesmo assim, 200 alunos moram nos 40 quartos (5 por quarto) do antigo presídio, instalados precariamente. Constantemente há falta de água, devido às instalações ruins de encanamento da Cidade Universitária. Todos esses problemas e mais alguns outros de menor importância fizeram com que os alunos moradores se reunissem e formassem uma diretoria própria, a fim de conseguir melhoramentos para os seus alojamentos. Atualmente os alunos administram o prédio, com a Prefeitura fazendo a manutenção de limpeza e fornecimento de equipamento essencial. Existe agora uma certa esperança nos jovens estudantes moradores na Cidade Universitária, pois a Fundação

ção Guibenkian (cerca de 1 milhão de cruzeiros novos) para a construção específica de residências para estudantes.

O QUE FOI E O QUE FALTA

Nas diversas obras e serviços já executados, foram aplicadas as dotações orçamentárias recebidas desde 1945 e cujos valores reais tomaram, até 1958 inclusive NCr\$ 18.898.383,18. O valor atualizado desse investimento, feitas, anualmente as correções pelos índices da Fundação Getúlio Vargas, monta a NCr\$ 120.224.979,78.

As edificações, como área total de 614.000 m² a construir, e os diversos serviços a implantar necessários à total execução do projeto em curso, estão hoje estimados em NCr\$ 223.000.000,00.

O equipamento (instrumentos, aparelhos, máquinas, mobiliário etc.), ainda por adquirir o necessário à instalação de todas as unidades previstas, está avaliado, hoje, em NCr\$ 60.000.000,00.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro é o ponto de convergência de inúmeros candidatos ao ensino superior, provindos de todas as partes do território nacional. Mais do que isso, a UFRJ recebe, em quantidades ponderáveis, estudantes de diversos países da América Latina e da África, assumindo o caráter de instituição com significado internacional.

O número de alunos de origem estrangeira matriculados na Universidade representa cerca de 25% do corpo discente, enquanto que é de 34,3% a proporção de alunos provenientes de outros Estados da União. A UFRJ contava, em 1934, com 16.224 jovens matriculados, representando 34% dos estudantes superiores do Brasil e 32,3% do Estado da Guanabara.

De acordo com o relato sobre a situação das cifras da Cidade Universitária apresentado ao Presidente da República pelo Reitor da UFRJ, o desenvolvimento do país impõe às universidades a ampliação das matrículas, o contínuo aprimoramento de seus padrões de ensino e o incremento das atividades de pesquisa. Tais solicitações terão que ser atendidas e curto prazo. A conclusão da obra da Cidade Universitária é tecnicamente possível em quatro anos, desde que haja recursos suficientes oriundos tanto de dotações orçamentárias como de outras fontes.

OS PRESIDENTES

Getúlio Vargas — Apoiou a Cidade Universitária desde a sua criação, em 1933, até o início da obra, dispendo verbas e iniciando a implantação na atual localização.

Enrico Gaspar Dutra — Apoiou, dispôs verbas, incentivou a continuação da obra num ritmo considerado bom.

Getúlio Vargas — Continuou apoiando. Inaugurou o Instituto de Puericultura em 1953.

Juscelino Kubitschek — Interessado na construção de Brasília esqueceu a Cidade Universitária. Fêz muitas promessas, mas nada realizou.

Jânio Quadros — Organizou um plano quinquenal para o término das obras, porém com sua renúncia quase paralisou por completo as obras da Cidade Universitária.

João Goulart — Promessas, mas nada de concreto.

Castelo Branco — Reorganizou o escritório técnico implantou a Reforma Universitária dando novos conceitos ao planejamento global da Cidade Universitária. Aumentou as verbas porém insuficientes pelo vulto da obra e sem obedecer a um cronograma físico-financeiro. Contatos com organizações internacionais procurando dotar a Cidade Universitária de empréstimos estrangeiros.

Costa e Silva — Ainda uma incógnita.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins. (Pausa)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Alcides de Carvalho. (Pausa)

S. Ex.^a não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a das 14 horas e 30 minutos a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42, DE 1933

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42-63 (nº 1.100-B-63 na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer, sob nº 250, de 1968, da Comissão

— de Finanças, favorável ao projeto na parte relativa ao "Programa: Assistência e Previdência" e pela rejeição das duas emendas apresentadas

2

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42, DE 1933

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: COMERCIO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42-68 (nº 1.100-B-68 na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer, sob nº 379, de 1968 da Comissão

— de Finanças, favorável ao projeto na parte relativa ao "Programa: Comércio e à emenda supressiva apresentada.

3

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42, DE 1933

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: COMUNICAÇÕES)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (nº 1.100-B-68 na Casa de origem) que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo Parecer da Comissão de:

Finanças sob nº 378, de 1968, favorável ao projeto na parte referente ao Programa Comunicações e às duas emendas a ele apresentadas.

4

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42 DE 1933

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: INDUSTRIA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42-63 (nº 1.100-B-68 na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer sob nº 377, de 1968, da Comissão:

— de Finanças, favorável ao projeto na parte relativa ao "Programa Indústria" e às Emendas ns. 1, 2 e 3.

5

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42, DE 1933

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: POLÍTICA EXTERIOR)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42 de 1968 (nº 1.100-B-63, na Casa de origem),

que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer, sob nº 383, de 1968 da Comissão de Finanças, pela aprovação do Projeto, na parte concernente ao Programa Política Exterior.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42 DE 1968

(ORÇAMENTO FLURIANUAL — PROGRAMA: PROGRAMAÇÃO A CARGO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (nº 1.100-B-68 na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer, sob nº 384, de 1968, da Comissão de Finanças, favorável.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

(ORÇAMENTO FLURIANUAL — PROGRAMA: RECURSOS NATURAIS)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer, sob nº 381, de 1968, da Comissão:

— de Finanças, favorável ao projeto sobre o "Programa — Recursos Naturais" e às duas emendas a ele oferecidas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA 69ª SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores.

Adalberto Sena
José Guimard
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Manoel Villaga
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Rui Palmeira
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à re-

visão do Senado, autógrafos do seguinte projeto:

Projeto de Lei da Câmara Nº 63, de 1968

(Nº 539-C-67, NA ORIGEM)

Acrescenta dispositivos ao Código Penal estabelecendo punição por fraude nas competições esportivas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao art. 171, § 2º, do Código Penal, acrescentem-se os seguintes incisos:

"VII — Fraudar competição esportiva ingerindo ou ministrando substância excitante ou depressante.

VIII — Fraudar competição esportiva de animais ministrando-lhes substância excitante ou depressante."

Art. 2º Ao Art. 171, acrescente-se um parágrafo, que será o 4º, com a seguinte redação:

e VIII do § 2º, incorre na mesma pena quem usar ardil, pagar ou receber qualquer recompensa ou valor, com objetivo de fraude."

Art. 3º As penalidades previstas nesta Lei não excluem as punições estabelecidas nos regulamentos esportivos próprios.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua promulgação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposições a sanção:

Nº 2.021, de 7 do corrente mês — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18-68 (nº 955-68, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67 de 21 de novembro de 1966. Projeto enviado à sanção em 7.5.68.

Nº 2.022, de 7 do corrente mês — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21-68 (nº 960-68, na Casa de origem), que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 7 de maio de 1968.

Nº 2.023, de 7 do corrente mês — com referência à aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27-68 (nº 969-68, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica dessa atividade da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 7.5.68.

PARECERES

(Parecer 394 — 395 e 396, de 1968, publicados em Suplemento).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Catão. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Mário Marins. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, e meu propósito, neste momento, ao ocupar a tribuna do Senado, fazer um registro para mim todo especial.

Quero referir-me a um acontecimento que se verifica hoje no Estado de Mato Grosso, com a presença do Sr. Ministro dos Transportes, Coronel Mario David Andreazza.

Trata-se da inauguração da Estação Internacional da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, na Cidade de Corumbá.

Esse empreendimento é uma decorrência do Tratado de Petrópolis, de 1911, intimamente ligado à solução da Questão do Acre, Tratado pelo qual o Brasil, num processo de indenizações, se obrigava a construir a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, da cidade de Santa Cruz de La Sierra à cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Mas, Sr. Presidente, para a região corumbense, face a outras reivindicações da nossa geografia e da nossa economia, é quase secundária essa inauguração. Disso se acha muito bem ciente o Sr. Ministro dos Transportes. S. Exa. é sabedor de que a reivindicação máxima da região, no momento, pelos interesses de sua economia e das suas responsabilidades de fronteira, dos seus compromissos internacionais e de incentivo à pecuária mato-grossense, seria a construção da Estrada de Rodagem — a BR-262, no trecho mato-grossense da cidade de Corumbá, Aquidauana e Campo Grande. Não pude integrar a comitiva estadual, pois dela faz parte toda a Bancada de Mato Grosso, pelo fato de ter de estar, aqui, presente, amanhã, na reunião da Comissão Mista do Congresso Nacional que vai decidir sobre o Projeto de Lei nº 13, do Poder Executivo, proposição essa que cassa a autonomia de 69 municípios brasileiros e, entre esses, o de Corumbá.

Já ocupei, no dia em que a matéria ingressou no Congresso Nacional, esta tribuna, para mostrar sua injustiça, a improcedência das razões invocadas pela autoria.

Os municípios atingidos pela medida, no caso particular de Mato Grosso, e acredito, nos dos demais Estados, em tempo algum, pelas suas eleições, criaram quaisquer dificuldades à segurança nacional, e seus prefeitos eleitos sempre se puseram à disposição das autoridades e comandos militares federais da região, para cooperar com os interesses de nossa Nação. Nenhum caso concreto de periculosidade ou de perigo foi citado para justificar o projeto, e nem poderia ser feito.

A cidade de Corumbá, que hoje recebe a honrosa visita, sofre assim um duro golpe na sua reconhecida e sábia vocação democrática. Mas outros graves a mesma cidade vem recebendo dos poderes públicos federais, de 1964 aos nossos dias. Nos seus serviços de navegação, a numerosa e dedicada coletividade marítima, tem sofrido o desemprego, a redução de salários, a ameaça de mais despedidas, a supressão de direitos.

Outra velha e justa reivindicação do povo da região, de alto interesse nacional, a retomada dos trabalhos de construção da BR-262, de Vitória, do Espírito Santo, a Corumbá, no trecho mato-grossense de Campo Grande - Aquidauana - Corumbá, será hoje posta em frente ao ilustre Ministro dos Transportes.

A autorização da obra, por emenda aprovada no Senado, constará da nova lei do orçamento plurianual para 1968-69-70 e dezenas de vezes, com pronunciamentos, projetos e requeri-

mentos de informações, venho tomando a atenção desta Casa.

Agora, dá-nos esperança, o coronel Andreazza, e diga-se de passagem que na sua recente visita a uma Comissão do Senado, Sua Excelência deixou magnífica impressão, em todas as bancadas. E de crer, que no contacto direto da região e seu povo, o Ministro dos Transportes seja sensível a esse anseio, fácil de atender, e de imensa e imediata repercussão nacional.

Perdendo sua autonomia municipal, que não se sacrifique de vez a existência econômica. Área pecuarista, a mais densa do Estado, a região corumbense enfrenta a crise do comércio do gado e o arrocho fiscal do IMC. Tenho em mão, há alguns dias, patético e procedente apelo, do Sr. Belmiro Maciel de Barros, presidente do Sindicato Rural, contra a prepotência e os desmandos do fisco.

Não sei como o esforço dos homens do interior, os quais, na realidade, sustentam e salvam o Brasil, possa ser tão alvejado pela incompreensão dos que governam.

Os poderes públicos meditem sobre a importância histórica e econômica da região fronteiriça de Corumbá. O que hoje lá se inaugura decorra, expressamente do que foi previsto no Tratado de Petrópolis, de 1911, grande triunfo diplomático do Barão do Rio Branco.

Sejamos dignos da antevisão destes gloriosos antepassados. Não poderá haver panamericanismo objetivo relegando-se a região de Corumbá. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
José Cândido
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Domicio Gondim
Pessoa de Queiroz
Teotônio Vilela
Arnon de Melo
Hilton Costa
José Leite
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Mário Martins
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Fernandes Corrêa
Milton Menezes
Mello Braga
Alvaro Catão
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais orador inscrito.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Esta Presidência esclarece que todos os itens constantes da pauta se referem ao Projeto de lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970, matéria que, por sua natureza, nos termos cons-

itucionais, só poderá ser emendada perante a Comissão de Finanças. Determina ainda a Constituição dessa Comissão sobre as emendas apresentadas, salvo se um terço dos Membros da Casa solicitar sua votação em plenário, sem discussão. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item I PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 42-68 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo: Parecer, sob nº 380, de 1968, da Comissão

De Finanças, favorável ao projeto na parte relativa ao "Programa Assistência e Previdência" e pela rejeição das duas emendas apresentadas.

As duas emendas têm parecer contrário da Comissão de Finanças e são de autoria dos Srs. Senadores Ruy Palmeira e Teotônio Vilela, e Arnão de Mello e o seu relator é o Senador Bezerra Netto.

O SR. MARIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, depois desta revolução a que chamam de Revolução, e, depois dela, da constituição, o que chamam de Constituição, realmente, o Congresso não só perdeu a sua autonomia como perdeu, inclusive, muito de sua dignidade, passando a funcionar em regime de amputação, perdendo a iniciativa de alterar determinados projetos governamentais, bem como a iniciativa de propor matéria que envolva despesa. Enfim, todos nós sabemos a que ficou reduzido o Congresso com os acontecimentos de 1º de abril de 1964, para cá.

O próprio Regimento Comum das duas Casas teve que se cingir à intromissão do Poder Executivo entre nós. De modo que, estamos funcionando, como disse, com perda, inclusive, de dignidade funcional, de dignidade do Poder Legislativo.

Quando veio este Orçamento plurianual tive oportunidade de chamar a atenção do meu nobre companheiro, Presidente da Comissão, Senador Argenir de Figueiredo para o seguinte fato: no dia, precisamente, em que findava o prazo para emendas, foi que tanto eu como os que não estavam na Comissão que examinava o Projeto tivemos dele conhecimento.

Sua Excelência me informou que havia ordenado a remessa de avulso a cada um dos Senhores Senhores. Não recebi e depois, sem a necessidade de confrontar a declaração, o depoimento do Presidente da Comissão, verifiquei que vários Senadores não tinham recebido.

Nestas condições deixei de apresentar a emenda porque não recebi cópia do projeto e, quando tive conhecimento da matéria, faltavam três ou quatro horas para encerrar o prazo.

Como tudo mudou no Congresso, em matéria de trabalhos de Comissão, verificamos que, para fazer um Orçamento Plurianual de diferentes Ministérios, tudo ficou afeito a uma Comissão, que é presidida por um dos Senadores mais eminentes.

Mas tenho a impressão de que, dificilmente, uma Comissão tem capacidade, condições para aplicar as peculiaridades de cada Ministério.

Em nossos debates, Sr. Presidente, sei que esbarremos logo no tempo e V. Exª vai dizer que não há possibilidades: quem conduz a Casa e o tempo, como quem conduz o País, etc. aqui, ninguém sabe quem seja.

Se nós vamos, como no caso presente, votar o anexo de Assistência e Previdência, parece-me que o mesmo seria que esta matéria, este projeto, este anexo fosse analisado, planejado, pela Comissão de Legislação Social; quando chegasse ao Anexo do Comércio, pela Comissão de Indústria e Comércio; e assim sucessivamente: Comunicação, pela de Comunicações; Política Exterior, pela Comissão de Relações Exteriores, para depois então, como subsídio ser encaminhado à Comissão encarregada de zelar por tudo, no seu conjunto.

Reconheço que se não tive oportunidade de receber o avulso com tempo útil para ler o trabalho, lá não digo para apresentar emendas, muito menos teria tempo agora, quando a matéria será redistribuída a diferentes Comissões, cada qual com um anexo específico.

Cada vez mais teremos que acompanhar o deliberado pela Comissão, que, embora nos mereça, muito respeito e consideração, reconheço não ser a fórmula ideal para se legislar a propósito de Orçamento.

A Revolução, que pela voz dos seus intérpretes, por conta própria, dizia que desejava que os Poderes se tornassem mais eficientes mais uma vez dá uma demonstração de que as Casas legislativas estão atuando muito em função de pequenos grupos, ou seja, de Comissões que estudam, lambuzam tangidas pelo tempo, e que depois devem nos orientar na apreciação da Comissão.

Estou expendendo esses argumentos porque, ainda hoje, conversei com um funcionário de alta categoria do Ministério das Relações Exteriores que nos disse que no Orçamento deste ano, independentemente de o Ministério do Planejamento ter feito os cortes que bem entendeu, a Câmara dos Deputados fez um corte que passou de 500 milhões de cruzeiros. Então, a situação é a seguinte: foram cortadas verbas destinadas a compro-

missos do Brasil com órgãos internacionais. Pela primeira vez o Brasil vai apresentar-se como caloteiro diante das Nações Unidas porque a Câmara resolveu cortar a verba e aqui, no Senado, não houve oportunidade de se fazer reexame da matéria. Por sua vez, quanto à OEA, o Brasil, que percentualmente figura entre aqueles que contribuem de maneira mais expressiva dos que a maioria das repúblicas da América Central, o Brasil, também este ano, terá que pedir à Organização dos Estados Americanos, que tenha paciência. Pode ser que, no ano que vem, através do Congresso, coloque verbas para que o País honre esse compromisso. Todos os compromissos com entidades internacionais, de um modo geral, tiveram suas verbas cortadas. Em todos os compromissos internacionais o Brasil aparece como relapso, como um país que, de uma hora para outra, resolveu não honrar seus compromissos. Acontece que esses compromissos terão que ser saldados. Então, no ano que vem, ao invés de aumentarmos as verbas "X" teremos que dobrá-las para pagar o ano de 1968 e o ano de 1969.

Acredito, Sr. Presidente que nós no Senado, quando votamos essa matéria, com esta rapidez que está se realizando o Congresso, muito embaraço a ela tenha sido examinada na Comissão competente, o fato é que passou despercebida essa circunstância.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Exª um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — V. Exª se refere às contribuições internacionais?

O SR. MARIO MARTINS — Eu me refiro às cotas aos organismos internacionais.

O Sr. Mem de Sá — Não poderia estar neste Orçamento.

O SR. MARIO MARTINS — Não, não é neste Orçamento.

O Sr. Mem de Sá — Eu entendia que V. Exª estava se referindo a este, este e ao investimento.

O SR. MARIO MARTINS — Exato. O que eu estava tentando demonstrar é que o Senado aceitou o corte feito pela Câmara, de cerca de quinhentos milhões, entre os quais foram atingidos os encargos que tínhamos junto aos organismos internacionais. Tudo pela pressa. Tenho receio de que neste momento, estejamos a cometer outras faltas, dessa ordem, muito embora a Comissão me inspire a maior confiança.

O Sr. Mem de Sá — V. Exª foi Deputado, e dos mais atuantes, durante muitos anos.

O SR. MARIO MARTINS — Bondade de V. Exª.

O Sr. Mem de Sá — ... e V. Exª sabe que também no regime anterior a 1964 o Orçamento era feito de forma trabalhada. V. Exª deve recordar que a Câmara demorava muito a enviar os Projetos ao Senado. Quando os enviava, os Senadores apresentavam centenas e até milhares de emendas, a respeito das quais não havia tempo de se fazer nenhum exame. Então, o Senado aprovava as

suas emendas em bloco e mandava, para a Câmara, fazendo, as vezes, três ou quatro dias para o prazo fatal. A seguir, a Câmara, rejeitava em bloco ou salvava uma ou outra emenda. V. Exª se lembra disto.

O SR. MARIO MARTINS — Recordo-me.

O Sr. Mem de Sá — Infelizmente, nessa questão não se progrediu e os erros que já se registravam há tantos anos continuam. A Câmara corta, o Senado, depois, não tem tempo de corrigir e, quando o faz, às vezes, a Câmara não atende à correção do Senado e restabelece o erro.

O SR. MARIO MARTINS — V. Exª tem razão.

O Sr. Mem de Sá — Infelizmente, este problema Orçamentário exigiria uma reformulação verdadeira.

O SR. MARIO MARTINS — Estou inteiramente de acordo. A invocação de V. Exª é legítima. Apenas, quero demonstrar que muito embora fossem apreciados os Anexos, distribuídos em diferentes Comissões ou, pelo menos, cada Anexo tinha o seu relator. Mas o ideal seria precisamente — e é o que acontecia — se o anexo se refere ao Ministério da Educação, seria feito junto com parlamentares que fossem membros da Comissão porque eles estariam capacitados a dizer da conveniência ou inconveniência de determinada verba.

Meu pronunciamento é mais para dizer, se vier a pecar nesta matéria, as penas sejam debilitadas à Comissão, porque vou votar de acordo com ela, vou votar como um cego. Se houver pecado, ou de omissão ou de excesso quero pelo menos alguém na minha companhia, quando tiver que purgar esse pecado. Serão os ilustres membros da Comissão. Porque, como disse, terei de votar exclusivamente baseado no estudo de outros, porque o tempo é curtíssimo e não tive sequer oportunidade de tomar conhecimento da matéria. Hoje vem o avulso, a matéria tem que ser decidida também hoje. Quase não se tem oportunidade de folhear o avulso da matéria tão complexa.

Quero dizer apenas que voto, em confiança, com a Comissão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Continua em discussão o projeto, na parte referente ao programa de assistência e previdência. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Se aprovado, serão consideradas rejeitadas as duas emendas apresentadas, nos termos do Art. 67, § 2º, da Constituição, uma vez que tiveram parecer contrário da Comissão de Finanças.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados (Pausa). Foi aprovado.

A matéria vai à Comissão de Finanças, para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

	NCR\$ de 1968		
	1968	1969	1970
ADMINISTRAÇÃO	1.008.478	1.064.689	748.454
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.033.816	3.043.761	3.154.111
PREVIDÊNCIA	17.740	60.500	37.500
ASSISTÊNCIA AO TRABALHO	749.310	1.077.950	872.550
ESTUDOS E PESQUISAS	3.200	9.250	9.250
TOTAL	5.812.544	5.256.150	4.821.865

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJETOS	APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		14.000	15.000	1.200
	REEQUIPAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL	14.000	15.000	1.200
MINISTÉRIO DA FAZENDA		228.378	180.999	170.254
PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL				
	REEQUIPAMENTO E OBRAS	228.378	180.999	170.254
	Reequipamento e obras civis nos departamentos da Fundação do Serviço Social e do Serviço de Atendimento e Encaminhamento de Casos.			
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		35.000	60.000	55.000
	REEQUIPAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO A JUSTIÇA DO TRABALHO	35.000	60.000	55.000
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		731.100	808.690	522.000
	REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO	251.100	373.690	507.000
	Compreendendo o Departamento de Administração, o Departamento Nacional de Salário, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e o Serviço de Documentação.			
	CONSTRUÇÃO DE ANEXO E GARAGEM EM BRASÍLIA	480.000	400.000	—
	AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES	—	35.000	15.000
TOTAL		1.008.478	1.064.689	748.454

SUBPROGRAMA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		40.000	40.000	40.000
ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS				
	REEQUIPAMENTO DA COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DOS INCAPAZES DAS FORÇAS ARMADAS	40.000	40.000	40.000
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		—	250.000	450.000
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				
	DESENVOLVIMENTO DO CENTRO RURAL UNIVERSITÁRIO DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA	—	250.000	450.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA		1.522.932	117.311	148.111
PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL				
	OBRAS CIVIS E EQUIPAMENTOS	750.180	85.361	58.000
	Obras civis e equipamentos do Conjunto Luis Fernando, do Lar Escola Granja das Oliveiras, do Centro de Vizinhança do SIA, do Centro de Vizinhança nº 1 do Sobradinho e do Centro de Vizinhança na Cidade Satélite do Gama.			
	CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS	—	—	77.111
	Construção de residências em Taguatinga, Sobradinho, Gama e Núcleo Bandeirante.			
	OBRAS CIVIS E EQUIPAMENTOS	565.842	23.500	3.800
	Obras civis e equipamentos dos centros de Vizinhança de Planaltina, a Brasília e do Centro de Recepção e Triagem.			
	PRAÇA DE ESPORTES E PENITENCIÁRIA	206.940	8.450	9.200
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		27.800	32.450	33.000
	INSTALAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	27.800	32.450	33.000

ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJETOS	NCR\$ de 1968		
		APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
MINISTÉRIO DO INTERIOR		225.000	175.000	175.000
	AUXÍLIOS A ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A CARGO DA SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO SUL	50.000	—	—
	REEQUIPAMENTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio	175.000	175.000	175.000
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		25.000	—	—
	AMPLIAÇÃO DA CRECHE NA GUANABARA	25.000	—	—
MINISTÉRIO DA SAÚDE		400.000	400.000	424.000
	RECUPERAÇÃO DE MUTILADOS E DEFICIENTES FÍSICOS	400.000	400.000	424.000
	Serviços assistenciais, através do Departamento Nacional de Saúde, com doações de aparelhagem própria a cada caso.			
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.793.554	1.929.000	1.884.000
	CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL PELA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS GARIMPEIROS	—	90.000	—
	Construção de um hospital com capacidade de doze leitos no Alto Paraguai, para atender aos garimpeiros da Região e seus dependentes.			
	CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS PELA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS GARIMPEIROS	—	45.000	90.000
	REEQUIPAMENTO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	1.793.554	1.794.000	1.794.000
	Auxílios da União a Legião Brasileira de Assistência para manutenção e ampliação dos Serviços de Assistência Social.			
TOTAL		4.033.616	3.043.701	3.154.111
	SUBPROGRAMA: PREVIDÊNCIA			
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		17.740	60.500	37.500
	REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	17.740	60.500	37.500
	Compreendendo o Conselho de Recursos da Previdência Social e o Departamento Nacional de Previdência Social.			
TOTAL		17.740	60.500	37.500
	SUBPROGRAMA: ASSISTÊNCIA AO TRABALHO			
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		749.310	1.077.950	872.530
	REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	229.310	247.950	272.530
	Compreendendo as Delegacias Regionais do Trabalho, as Delegacias Regionais e o Conselho Superior do Trabalho Marítimo, o Departamento Nacional de Mão-de-Obra e o Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.			
	COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM SÃO PAULO	500.000	500.000	500.000
	RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS	20.000	80.000	—
	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NA PARAÍBA	—	250.000	100.000
TOTAL		749.310	1.077.950	872.530
	SUBPROGRAMA: ESTUDOS E PESQUISAS			
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL		3.200	9.250	9.250
	REEQUIPAMENTO DO SERVIÇO ATUAL	3.200	9.250	9.250
TOTAL		3.200	9.250	9.250

O SR. PRESIDENTE (Guberto Marinho) — Item 2.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: COMÉRCIO

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (nº 1.110-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer sob nº 379, de 1968, da Comissão:

— De Finanças, favorável ao projeto na parte relativa ao Programa: Comércio e à emenda supressiva apresentada.

Em discussão o projeto, na parte referente a comércio. (Pausa.)
Como nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o projeto, bem como a emenda apresentada, uma vez que logrou parecer favorável da Comissão de Finanças.

A matéria vai à Comissão de Finanças para a redação final.

E o seguinte o projeto e a emenda aprovados:

PROGRAMA: COMÉRCIO

NCR\$ de 1968

APLICAÇÃO NO TRIÊNIO

	1968	1969	1970
ADMINISTRAÇÃO	129.500	1.376.583	808.460
METROLOGIA	2.197.000	2.385.000	2.370.000
SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	100.000	150.000	200.000
PROMOÇÃO	2.000.000	1.514.000	1.902.000
TOTAL	4.426.500	5.425.583	5.280.460

PROGRAMA: COMÉRCIO

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

NCR\$ de 1968

APLICAÇÕES NO TRIÊNIO

ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJETOS	1968	1969	1970
MINISTÉRIO DA FAZENDA		—	1.251.583	700.960
PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL				
	CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE	—	1.700	—
	Construção do Restaurante do Parque Municipal do Gama			
	SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO	—	250.750	128.860
	Construção de bancas de jornais, de engraxates e de sanitários			
	CONSTRUÇÃO DE MERCADOS	—	898.133	872.100
	Construção de supermercados, micromercados e mercados de feira-livre e de produtores			
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		128.500	128.000	107.500
	REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DO COMÉRCIO	45.500	45.000	27.500
	Compreendendo o Departamento Nacional do Comércio e o Departamento Nacional do Registro do Comércio.			
	CONSTRUÇÃO, EM REGIME DE CONVÊNIO, DE PAVILHÕES PARA EXPOSIÇÕES E FEIRAS	80.000	83.000	80.000
TOTAL		128.500	1.376.583	1.08.460

SUBPROGRAMA: METROLOGIA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO NACIONAL DE PESOS E MEDIDAS

	1.197.000	2.385.000	2.370.000
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA METROLOGICO	700.000	650.000	650.000
Auxílio aos Órgãos Estaduais de Metrologia, mediante ajuda técnica e fornecimento de equipamentos e instalações.			
FORMAÇÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS PARA ARQUEAÇÃO DE TANQUES	50.000	50.000	50.000
Instalação de núcleos na Guanabara, Bahia e Rio Grande do Sul para atender à demanda crescente dos serviços de arqueação de reservatórios de produtos líquidos.			
INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE TERMOMETRIA E DENSIMETRIA E DE MEDIDAS ELÉTRICAS	290.000	300.000	320.000
INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTO DA SALA ESPECIAL DESTINADA AOS PADRÕES NACIONAIS DE PESOS E MEDIDAS	—	40.000	40.000
CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESOS E MEDIDAS	—	270.000	250.000
INSTALAÇÃO DE POSTOS DE AFERIÇÃO DE CAMINHÕES E VAGÕES-TANQUES	150.000	160.000	220.000
EQUIPAMENTO PARA AFERIÇÃO DE BALANÇAS RODOVIÁRIAS	210.000	140.000	140.000
Aquisição de caminhões especialmente equipados para o controle de balanças rodoviárias.			
REEQUIPAMENTO DO SISTEMA DE BALANÇAS FERROVIÁRIAS	150.000	135.000	120.000
Aquisição de novas balanças e equipamentos para substituição e ampliação da capacidade de pesagem de vagões.			
INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA MEDIDAS LINEARES, DE SUPERFÍCIE, VOLUME E MASSA	330.000	400.000	430.000
Aquisição de equipamentos e instrumentos de medida de alta precisão.			
REEQUIPAMENTO DO INSTITUTO	257.000	200.000	130.000
INSTALAÇÃO DO GABINETE FOTOGRÁFICO	—	40.000	—
TOTAL	1.197.000	2.385.000	2.370.000

SUBPROGRAMA: SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO

ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJ.	NCR\$ de 1964		
		APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		100.000	150.000	200.000
SEGURO DE CRÉDITO A EXPORTAÇÃO		100.000	150.000	200.000
TOTAL		100.000	150.000	200.000

SUBPROGRAMA: PROMOÇÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR		2.000.000	1.814.000	1.902.000
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS				
ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA		270.000	54.000	72.000
CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE ARMAZENS		150.000	180.000	250.000
PROMOÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DA ZONA FRANCA DE MANAUS		1.580.000	1.580.000	1.580.000
TOTAL		2.000.000	1.814.000	1.902.000

Emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (número 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970.

Programa — Comércio.

Subprograma — Administração.

Ministério — Fazenda.

Orgão — P.D.F.

Projeto — Serviços de Interesse Público.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Item 3º:

PROJETO DA LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: COMUNICAÇÕES)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 42, de 1968 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe

sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo Parecer da Comissão de;

Finanças sob nº 378, de 1968, favorável ao projeto na parte referente Programa Comunicações e às duas emendas a ele apresentadas.

Em discussão o projeto, na parte referente a comunicações.

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o projeto, bem como as duas emendas apresentadas uma vez que lograrem parecer favorável da Comissão de Finanças.

A matéria vai à Comissão de Finanças para a redação final.

E' o seguinte o projeto e as emendas aprovados:

PROGRAMA: COMUNICAÇÕES

NCr\$ de 1968

APLICAÇÃO NO TRIÊNIO

	1968	1969	1970
ADMINISTRAÇÃO	17.922.800	21.481.250	21.375.937
POSTAIS-TELEGRÁFICOS	16.215.000	11.080.000	19.931.000
TELECOMUNICAÇÕES	32.908.570	39.309.275	46.918.631
SISTEMAS ESPECIAIS	1.000.000	1.000.000	1.000.000
TOTAL	68.046.370	72.870.525	89.225.568

PROGRAMA: COMUNICAÇÕES

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

NCr\$ de 1968

ORGAOS E UNIDADES	PROJETOS	APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		17.400.000	20.950.000	20.920.000
DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS				
	REEQUIPAMENTO DO DEPARTAMENTO	11.880.000	14.000.000	16.000.000
	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO PARA A CENTRAL TELEGRÁFICA	1.000.000	—	—
	CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADOS, GARAGENS E OFICINAS	520.000	1.630.000	—
	REEQUIPAMENTO DE PRÉDIOS DE DIRETORIAS REGIONAIS	2.000.000	2.720.000	2.120.000
	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS DE DIRETORIAS REGIONAIS	2.000.000	2.600.000	2.800.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA		528.800	531.250	455.937
PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL				
	PONTE ROLANTE PARA O PARQUE DE TELECOMUNICAÇÕES	42.800	—	—
	MECANIZAÇÃO DA CONTABILIDADE	—	170.000	98.540
	REEQUIPAMENTO DO DEPARTAMENTO TELEFÔNICO URBANO E INTER-URBANO	120.000	106.250	113.700
	PARQUES DE SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO TELEFÔNICO URBANO E INTER-URBANO	360.000	255.000	243.697
TOTAL		17.922.800	21.481.250	21.375.937

SUBPROGRAMA: POSTAIS-TELEGRAFICOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

	16.215.000	11.080.000	19.931.000
CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM POSTAL E ENTREPÓSITOS DE MALAS	2.000.000	2.500.000	6.308.000
SISTEMA DE TRANSPORTE — RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO	1.950.000	3.250.000	3.700.000
Recuperação e aquisição de novas viaturas que integram a rota de furgões destinada ao intercâmbio entre o Centro de Triagem Postal e Agências distribuidoras.			
MECANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS	9.235.000	3.100.000	5.300.000
Sistema completo de transportadoras para malas postais e conjunto de máquinas eletrônicas para encapóamento, carimbação e separação de correspondência nos Centros de Triagem e Entrepósitos de malas			
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS E CONSTRUÇÃO DE AGENCIAS POSTAIS TELEGRAFICAS	3.030.000	2.230.000	4.623.000
TOTAL	16.215.000	11.080.000	19.931.000

SUBPROGRAMA: TELECOMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

	1.203.400	2.820.000	2.025.000
SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES DE PROIEÇÃO AO VOO	500.000	850.000	955.000
SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES DA FORÇA AEREA	703.400	1.970.000	1.070.000
	20.102.970	21.436.000	28.160.000

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

CENTROS E ESTAÇÕES TRANSMISSORAS E RECEPTORAS	3.750.000	4.231.000	12.000.000
Reaparelhamento e ampliação dos centros e estações trans-receptoras de serviços radiotelefone e radiotelegrafo para o interior e capitais do País			

ORGÃOS E UNIDADES

PROJETOS

Ncr\$ de 1967

APLICAÇÕES NO TRIENIO

	1968	1969	1970
CENTROS DE RETRANSMISSÃO DE MENSAGENS	2.342.000	1.070.000	813.000
Reaparelhamento e ampliação de centros de retransmissão de Mensagens, inclusive obras de adaptação			
ESTAÇÕES COSTEIRAS	500.000	2.061.000	1.100.000
Instalação de equipamentos radiotelegráficos e radiotelefônicos com terminais e obras civis destinadas a comunicações de telefonia e telegrafia com os navios			
SISTEMA SECUNDARIO TRONCO SUL	300.000	889.000	1.270.000
Prosseguimento e conclusão da linha tronco sul de ondas portadoras, inclusive obras civis e aquisição de equipamentos e cabos de interligação			
EXPANSÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	1.000.000	2.400.000	2.435.000
Ampliação da rede telegráfica, construção de linhas e dutos, aquisição e lançamento de cabos de telecomunicações			
PLANO NACIONAL DE TELEX	2.282.000	2.722.000	1.851.000
Ampliação do serviço de telex, mediante aquisição e instalação de novas direções de centrais de telex, inclusive obras			
INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEGRAMAS FONADOS	300.000	1.290.000	600.000
Aquisição de equipamentos para transmitir da central de recebimento ao destinatário, telegramas pelo telefone			
AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE TELECOMUNICAÇÕES	45.000	69.000	90.000
Expansão do laboratório destinado a calibrar e aferir os equipamentos do DCT e da indústria privada, objetivando a expedição de certificados de qualidade			

ORGAOS E UNIDADES	PROJETOS	NCR\$ de 1968		
		APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	INSTALAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFOTO	86.004	88.000	87.000
	Serviço de "fac-símile" para todas as Capitais dos Estados, principalmente transmissão de fotografias dos noticiários nacionais e internacionais			
	INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REDE RÁDIO	850.000	1.466.000	1.964.000
	Aquisição e instalação de grupos eletrógenos para a rede rádio			
	REEQUIPAMENTO DO DEPARTAMENTO	860.000	860.000	850.000
	PLANEJAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	437.970	840.000	—
	Levantamento da situação atual no Setor de Telecomunicações, estabelecendo um Plano Diretor de Telecomunicações e um Plano de implantação das redes e troncos prioritários do Sistema, no País			
	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO INTELSAT	1.300.000	1.400.000	1.650.000
	Participação brasileira nas despesas, em forma de condomínio, com o INTELSAT, tendo em vista o acordo firmado em 19 de agosto de 1964, que estabelece o regime provisório para um Sistema Comercial Mundial de Comunicações por Satélite			
	INSTALAÇÃO DA REDE DE FISCALIZAÇÃO	1.710.860	2.000.000	1.416.400
	Aquisição de imóveis destinados às delegacias e postos de escuta, bem como equipamento técnico para a instalação da rede			
	INSTALAÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS	645.000	—	—
	SISTEMA PROVISÓRIO DE MONITORAGEM-ESCUTA	244.140	886.210	100.000
	Serviço móvel de radiogoniometria para fiscalizar a emissão de sinais de telecomunicações			
	SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO	100.000	—	—
	Estudos técnicos que permitem a elaboração de um Regulamento Brasileiro de Serviço Móvel Marítimo, incluindo especificações técnicas e equipamentos			
	SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO	100.000	—	—
	Estudos técnicos para estabelecimento de um Regulamento Brasileiro de Serviço Móvel Aeronáutico, incluindo especificações técnicas e equipamentos			
	RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA	60.000	—	—
	Estudos técnicos complementares para a elaboração do Plano Nacional de Canais de Radiodifusão em frequência modulada			
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	PLANO NACIONAL DE RÁDIO	140.000	—	—
	Estudo técnico para a elaboração de normas reguladoras de radiodifusão no País			
	PROGRAMAÇÃO A SER DEFINIDA EM FUNÇÃO DOS PLANOS AINDA EM ELABORAÇÃO	—	833.790	2.283.600
		1.500.000	1.800.000	2.000.000
	REAPARELHAMENTO DA REDE DE RÁDIO FIXA	2.060.004	1.560.000	1.960.000
	Modernização e padronização de equipamentos.			
	REEQUIPAMENTO DA REDE DE FONIA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	400.000	—	—
	Estabelecimento de um sistema de comunicações para proteção da navegação aérea e fluvial na Amazônia.			
	REEQUIPAMENTO DO LABORATÓRIO DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES	40.000	40.000	40.000
		7.062.200	10.990.875	11.016.031
MINISTÉRIO DA FAZENDA				

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES TELEFÔNICAS E CENTROS DE RECEPÇÃO	3.000.000	2.742.500	2.407.600
Estações telefônicas Norte, do Cruzeiro, Sobradinho, Gama e Centro			
CONSTRUÇÕES DE REDES TELEFÔNICAS	1.639.200	3.048.500	2.605.065
Redes telefônicas do Cruzeiro, Sobradinho, Gama, Taguatinga, Plano Piloto e Asa Norte			
INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CABOS TRONCOS	2.423.000	5.199.875	6.003.380
Equipamentos automáticos, cabos, troncos e equipamentos complementares			
	3.040.000	2.462.400	3.717.600

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES	2.500.000	2.000.000	3.000.000
Interligação entre as capitais da Amazônia e Brasília			

SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO SUL

CONSTRUÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS E TELEGRÁFICAS	300.000	307.400	537.600
LIGAÇÃO EM UHF ENTRE ARARANGUÁ E SÃO JOÃO DO SUL	100.000	—	—

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

REEQUIPAMENTO DOS SERVIÇOS RADIO-TELEGRÁFICOS	40.000	55.000	60.000
---	--------	--------	--------

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE ESTAÇÕES DE RÁDIO	100.000	100.000	120.000
TOTAL	32.908.570	39.309.275	46.918.631

SUBPROGRAMA: SISTEMAS ESPECIAIS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

TELECOMUNICAÇÕES NO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	1.000.000	1.000.000	1.000.000

Emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (nº 1100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para Projeto-triênio 1968-1970.

Programa — Comunicações.
Subprograma — Administração.
Ministério — Fazenda.
Órgão — P.D.F.
Projeto

EMENDA Nº 1

Suprimam-se os projetos:

Equipamento do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos
Arquivos de Serviço do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos

Programa — Comunicações.
Subprograma — Telecomunicações
Ministério — Comunicações.

Órgãos — D.C.T.
Projeto — Sistema Secundário Tronco Sul.

EMENDA Nº 2

Onde se lê:

	1968	1969	1970
	NCR\$	NCR\$	NCR\$

Sistema Secundário Tronco Sul
Orçamento e conclusão da linha
tronco sul de ondas portadoras,
inclusive obras civis e aquisição
de interligação.

Leia-se:

Sistema Secundário Tronco Sul
Orçamento e conclusão da linha

tronco sul de ondas portadoras,
inclusive obras civis e aquisição
de equipamentos e cabos de interligação, de acordo com o projeto previamente aprovados pelo órgão competente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Item 4º:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: INDÚSTRIA)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 42-68 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer sob nº 377, de 1968, da Comissão:

— De Finanças, favorável ao projeto na parte relativa ao "Programa Indústria" e as Emendas ns. 1, 2 e 3.

Em discussão o projeto, na parte referente a indústria.

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o projeto, bem como as emendas apresentadas que obtiveram parecer favorável da Comissão de Finanças.

A matéria vai à Comissão de Finanças para a redação final.

E' o seguinte o projeto e as emendas aprovados:

PROGRAMA: INDÚSTRIA

	NCR\$ de 1968		
	APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
	1968	1969	1970
ADMINISTRAÇÃO	1.055.740	1.045.500	1.035.500
METALÚRGICA	14.000.000	18.000.000	19.000.000
PRODUTOS ALIMENTARES	1.538.000	8.600.000	13.300.000
NAVAL E AERONÁUTICA	2.280.000	15.862.400	33.667.000
MANUFATUREIRA E OUTRAS	4.058.500	1.376.000	1.547.000
EXTRATIVA	231.000	228.000	108.000
PROMOÇÃO	146.720.000	126.300.000	146.400.000
ESTUDOS E PESQUISAS	21.588.900	24.613.000	24.461.800
TOTAL	191.472.140	196.024.900	239.519.300

PROGRAMA: INDÚSTRIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJETOS	NCR\$ de 1968		
		APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		1.055.740	1.045.500	1.035.500
	INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA EM- BRATUR	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DE AD- MINISTRAÇÃO Compreendendo a Secretaria da Indústria, o Departamento Nacional da Indústria e o Departamento Nacional da Propriedade Industrial	55.740	45.500	35.500
TOTAL		1.055.740	1.045.500	1.035.500

SUBPROGRAMA: METALÚRGICA

MINISTÉRIO DO INTERIOR		1.000.000	3.000.000	3.000.000
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVI- MENTO DO NORDESTE				
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		1.000.000	3.000.000	3.000.000
COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NA- CIONAL		13.000.000	15.000.000	16.000.000
	COMPLEXO CARBOQUÍMICO — SIDESC Aproveitamento de rejeito pirítico para obtenção de enxofre, ácido sulfúrico, óxido de ferro e fertilizantes.	5.000.000	7.000.000	8.000.000
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AÇOS FINOS PIRATINI	8.000.000	8.000.000	8.000.000
TOTAL		14.000.000	18.000.000	19.000.000

SUBPROGRAMA: PRODUTOS ALIMENTARES

MINISTÉRIO DO INTERIOR		1.538.000	8.600.000	13.300.000
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVI- MENTO DO NORDESTE				
	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE TER- MINAIS PESQUEIROS	520.000	6.500.000	11.000.000
	APROVEITAMENTO DE RECURSOS PES- QUEIROS Estudos, pesquisas e levantamentos para aproveitamento industrial do pescado.	1.018.000	2.100.000	2.300.000
TOTAL		1.538.000	8.600.000	13.300.000

SUBPROGRAMA: NAVAL E AERONÁUTICA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

POMENTO A INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE AERONAVES E SEUS EQUIPAMENTOS

2.280.000 15.862.400 33.667.000

POMENTO A INDÚSTRIA DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES E SEUS EQUIPAMENTOS

2.080.000 15.642.400 33.417.000

200.000 220.000 250.000

TOTAL 2.280.000 15.862.400 33.667.000

SUBPROGRAMA: MANUFATUREIRA E OUTRAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

3.862.500

FABRICAÇÃO E CONTROLE DE TÍTULOS E VALORES DA UNIAO A CARGO DA CASA DA MOEDA

3.862.500 — —

MINISTÉRIO DO INTERIOR

196.000 1.376.000 1.547.000

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

PROJETOS INDUSTRIAIS

— 106.000 147.000

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

UMENTO DE CAPITAL DA ARTEME E AMPLIAÇÃO DA REDE DE COOPERATIVAS ARTESANAIS

166.000 1.200.000 1.400.000

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA

AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DA OLARIA E DE SERRARIAS

30.000 70.000 —

Total 4.058.500 1.376.000 1.547.000

SUBPROGRAMA: EXTRATIVA

NCr\$ de 1968

ORGAOS E UNIDADES

PROJETOS

APLICAÇÕES NO TRIÊNIO

1968 1969 1970

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— 128.000 38.000

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

PRODUÇÃO DE CORRETIVOS DE SOLOS
Montagem de uma usina para produção de calcário em pó, com a capacidade de 50 ton./dia

— 128.000 38.000

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

231.000 100.000 70.000

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

REEQUIPAMENTO DAS USINAS DE MINERAÇÃO
Reequipamento das usinas de Cumuruxatiba, da Barra de Itabapoana e Coraiva.

231.000 100.000 70.000

TOTAL 231.000 228.000 108.000

SUBPROGRAMA: PROMOÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

118.000.000 125.000.000 145.000.000

DIRETORIA DA DESPESA PÚBLICA (ENCARGOS GERAIS)

INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DO BANCO DA AMAZONIA S. A.

8.000.000 5.000.000 5.000.000

FINANCIAMENTO A CARGO DO BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

110.000.000 120.000.000 140.000.000

28.720.000 1.300.000 1.400.000

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDO PARA INVESTIMENTOS PRIVADOS NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

27.000.000 — —

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS
Estudos e levantamentos de mercados e promoção do artesanato.

300.000 — —

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ASSISTÊNCIA A PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS INDUSTRIAIS

20.000 — —

SUPERINTENDENCIA DA REGIAO SUL

ASSISTÊNCIA A PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

600.000 600.000 600.000

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPA

ASSISTÊNCIA A PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

400.000 300.000 400.000

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA

ASSISTÊNCIA A PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

400.000 400.000 400.000

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

TOTAL 146.720.000 126.300.000 146.400.000

SUBPROGRAMA: ESTUDOS E PESQUISAS

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA
O INSTITUTO DE PESQUISAS E DE-
SENVOLVIMENTO

17.091.900 17.613.000 16.881.850

1.647.900 2.900.000 3.760.000

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE AE-
RONAVES E EQUIPAMENTOS

15.444.000 14.713.000 13.121.850

1.200.000 3.520.000 4.030.000

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA
NUCLEARUSINA PILOTO PARA PRODUÇÃO DE
ÁGUA PESADA

1.000.000 2.300.000 2.700.000

PESQUISAS SOBRE A APLICAÇÃO DE RA-
DIOISÓTOPOS NA INDÚSTRIA

200.000 480.000 430.000

Aplicação de radioisótopos para incremento
da produtividade industrial.

PESQUISAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS

740.000 900.000

Pesquisas sobre a produção de elementos
combustíveis, sinterização de óxido de ce-
rilo e extratibilidade de Urânio, Tório e
Nióbio.

3.297.000 3.480.000 3.530.000

2.000.000 2.000.000 2.000.000

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

REEQUIPAMENTO DO INSTITUTO NACIO-
NAL DE TECNOLOGIA

597.000 580.000 600.000

Compreendendo instalação de novos la-
boratórios e unidades de experimentaçãoCONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO
NACIONAL DE TECNOLOGIA EM BRA-
SÍLIA

700.000 900.000 950.000

21.588.900 24.613.000 24.461.850

TOTAL

Emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 (número
1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento plu-
ri-anual de Investimentos para o triênio 1968-1970Programa — Indústria.
Subprograma — Manufatureiro e outros.
Ministério — Interior.
Órgão —
Projeto —

EMENDA Nº 1

Onde se lê:

Fundação Brasil Central

Leia-se:

Região Centro-Oeste.

Superintendência do Desenvolvimento da

Programa — Indústria.

Subprograma — Metalurgia.

Ministério — Das Minas e Energia.

Órgão — Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Projeto — Complexo Carboquímico — SIDESC.

EMENDA Nº 2

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

Onde se lê:

Aproveitamento de rejeito piritoso
para obtenção de enxofre, ácido
sulfúrico, óxido de ferro e ferti-
lizantes 5.000.000 7.000.000 8.000.000

Leia-se:

Aproveitamento de rejeito piritoso
para obtenção do enxofre, ácido
sulfúrico, óxido de ferro, fertili-
zantes e estudos, projetos e início
da construção da usina siderúrgica
de Santa Catarina S.A. 5.000.000 8.000.000 10.000.000

Programa — Indústria.

Subprograma — Estudos e Pesquisas.

Ministério — Aeronáutica.

Órgão — Ministério da Aeronáutica.

Projeto — Suprimentos e Equipamentos para o Instituto de Pesquisas
e Desenvolvimento.

EMENDA Nº 3

1968 1969 1970
NCR\$ NCR\$ NCR\$

Onde se lê:

Ministério da Aeronáutica

Suprimentos e Equipamentos para o
Instituto de Pesquisas e Desen-
volvimento e para o Instituto

1.647.900 2.900.000 3.760.000

Leia-se:

Ministério da Aeronáutica

Suprimentos e Equipamentos para o
Instituto de Pesquisas e Desen-
volvimento e para o Instituto
Tecnológico da Aeronáutica 1.647.900 2.900.000 3.760.000

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Item 5º:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1968

(ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: POLÍTICA EXTERIOR)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nú-
mero 42, de 1968 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem), que dispõe
sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-
1970, tendo:

Parecer sob nº 383, de 1968, da Comissão:

de — Finanças, pela aprovação do Projeto, na parte concer-
nente ao Programa Política Exterior.Em discussão o projeto, na parte referente à política exterior
Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.
(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer senta-
dos. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Finanças para a redação final

E o seguinte o projeto-aprovado:

PROGRAMA: POLÍTICA EXTERIOR

NCR\$ de 1968

APLICAÇÃO NO TRIÊNIO

1968 1969 1970

ADMINISTRAÇÃO 8.250.230 4.365.630 4.208.900

REPRESENTAÇÃO NO EXTERIOR 1.705.255 4.200.000 4.600.000

TOTAL 9.955.485 8.565.630 8.808.900

PROGRAMA: POLÍTICA EXTERIOR

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJETOS	NCR\$ de 1968		
		APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES		1968	1969	1970
		8.250.230	4.365.630	4.208.900
	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM BRASÍLIA	5.300.000	2.400.000	2.100.000
	Construção do Palácio dos Arcos, do Edifício Administrativo e do Centro de Planejamento.			
	INSTALAÇÃO DO MINISTÉRIO EM BRASÍLIA	1.170.000	—	—
	Equipamentos, instalações e material permanente, objetivando a transferência do Ministério para Brasília.			
	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA MECANIZADO DE CRIPTOGRAFIA E COMUNICAÇÕES	300.000	320.000	363.000
	REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	1.480.230	1.635.630	1.745.900
	Compreendendo a Secretaria de Estado, as Missões Diplomáticas e as Repartições Consulares			
	TOTAL	8.250.230	4.365.630	4.208.900

SUBPROGRAMA: REPRESENTAÇÃO NO EXTERIO.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.705.255	4.200.000	4.200.000
CONSTRUÇÃO DE SEDE PARA A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR	931.985	3.000.000	3.200.000
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO EXTERIOR	773.270	1.200.000	1.400.000
TOTAL	1.705.255	4.200.000	4.600.000

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Item 6.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42, DE 1968

ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: PROGRAMAÇÃO A CARGO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 42, de 1968 (nº 1.100-B-68 na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos, para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parcer, sob número 584, de 1968, da Comissão de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto, no que se refere ao programa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Esta encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROGRAMAÇÃO A CARGO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

		NCR\$ de 1973		
ÓRGÃOS E UNIDADES	PROJETOS	1968	1969	1970
MINISTÉRIO DA FAZENDA		783.000.000	806.600.000	869.470.000
	PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS A CARGO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	783.000.000	806.600.000	869.470.000
	Participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal no Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, no Imposto Único sobre Minerais do País e Imposto sobre Produtos Industrializados.			
TOTAL		783.000.000	806.600.000	869.470.000

A Comissão de Finanças.

SR. PRESIDENTE (Gülberto Marinho) — Item 7:

ORÇAMENTO PLURIANUAL — PROGRAMA: RECURSOS NATURAIS

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 42, de 1968 (nº 1.100-B-68, na Casa de origem, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1968-1970, tendo:

Parecer, sob nº 381, de 1967, da Comissão:

— De Finanças, favorável ao projeto sobre o "Programa — Recursos Naturais" e às duas emendas a ele oferecidas.

Amba, de autoria do Sr. Senador Manoel Vilaga.

Em discussão o projeto no Programa de Recursos Naturais.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, para discussão, da-la-ei como encerrada.

(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentado.

(Pausa.)
Está aprovado o projeto, bem como as emendas, que obtiveram parecer favorável da Comissão de Finanças.

A matéria voltará à Comissão de Finanças para a redação final.

E' o seguinte o projeto e as emendas aprovados:

PROGRAMA: RECURSOS NATURAIS

	NCR# de 1968		
	APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
	1968	1969	1970
ADMINISTRAÇÃO	1.140.000	870.000	911.000
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO	31.263.000	31.484.000	36.026.000
ESTUDOS E PESQUISAS	4.128.000	5.535.000	6.550.000
TOTAL	36.531.000	37.889.000	43.487.000

PROGRAMA: RECURSOS NATURAIS**SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO**

ORÇÃOS E UNIDADES	PROJETOS	NCR# de 1968		
		APLICAÇÕES NO TRIÊNIO		
		1968	1969	1970
MINISTÉRIO DO INTERIOR			350.000	380.000
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE				
	COORDENAÇÃO DAS PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS		350.000	380.000
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		1.140.000	520.000	531.000
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL				
	REEQUIPAMENTO E INSTALAÇÃO DE DISTritos	1.140.000	520.000	531.000
	Aquisição, construção e equipamento de 6 (seis) distritos regionais e ampliação da sede.			
TOTAL		1.140.000	870.000	911.000

SUBPROGRAMA: PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR		135.000	1.144.000	1.550.000
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CENTRO-OESTE				
	LEVANTAMENTO E ESTUDOS HIDROGEOLOGICOS E PESQUISAS E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS MINERAIS	135.000	1.144.000	1.550.000
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		31.128.000	30.340.000	34.470.000
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR				
	PROSPECÇÃO DE MINÉRIOS NUCLEARES	800.000	1.000.000	1.600.000
	Localização de depósitos naturais de urânio, tório e outros elementos.			
COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL				
	PROSPECÇÃO GEOLOGICA NA REGIÃO SUL	1.273.000	130.000	230.000
	Localização e avaliação de depósitos na faixa carbonífera do sul do País, em conjunto com a ONU.			
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA				
	LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFAMÉTRICOS	244.000	680.000	740.000
	Execução de levantamentos aerofotogramétricos para avaliação de recursos hídricos.			

IMPLANTAÇÃO DA REDE DE POSTOS HIDROLÓGICOS Instalação de postos visando à coleta de informações hidroológicas, conforme compromisso assumido com a UNESCO.	130.000	500.000	1.000.000
AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FOTOGRAMETRIA Construção de hangar, aquisição de aeronaves, perfilografos e equipamentos diversos de fotogrametria.		1.200.000	800.000
ELABORAÇÃO DA CARTA GEOLOGICA AO MILIONÉSIMO Sistematização cartográfica das informações geológicas relativas a todo o território nacional.	795.000	900.000	1.000.000
GEOLOGIA DE CAMPO E MAPEAMENTO BÁSICO Detalhamento regional do mapeamento geológico para identificação de depósitos minerais.	3.080.000	3.490.000	3.900.000
PROSPECÇÃO DE JAZIDAS MINERAIS Pesquisas geofísicas e geoquímicas em áreas de ocorrências minerais importantes para a avaliação das possibilidades econômicas de exploração.	24.706.000	22.040.000	25.000.000
TOTAL	31.263.000	31.484.000	36.020.000

SUBPROGRAMA: ESTUDOS E PESQUISAS

ORGAOS E UNIDADES	PROJETOS	NCR\$ de 1963		
		1963	1969	1970
MINISTÉRIO DO INTERIOR		3.968.000	5.235.000	6.100.000
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA				
	IMPLANTAÇÃO E EQUIPAMENTO DE LABORATORIOS EM BELEM E MANAUS Laboratorios para atender os trabalhos de aerototogrametria, cartografia, petiografia, análises químicas e tratamento mecânico	1.150.000	1.135.000	1.080.000
	PROSPECÇÃO GEOQUÍMICA DE MINERAIS CARENTES NO PAIS	—	150.000	170.000
	ESTUDOS GEOECONÔMICOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GARIMPAGEM	120.000	300.000	450.000
	AUXÍLIO PARA PESQUISAS MINERAIS	150.000	700.000	800.000
	LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFÉTICOS E MAGNETOMÉTRICOS	—	350.000	1.000.000
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE				
	PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS	2.148.000	2.300.000	2.600.000
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		160.000	300.000	450.000
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA				
	BACIAS HIDROLÓGICAS EXPERIMENTAIS Estudos das características de cursos d'água conforme "Plano Diretor de Preservação, Controle e Utilização dos Recursos Hídricos".	160.000	300.000	450.000
TOTAL		4.128.000	5.535.000	6.550.000

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 42, DE 1968 (Nº 1.100-B-68, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O TRIÊNIO 1968-1970.

Programa — Recursos Naturais
Subprograma — Prospeção e Avaliação.
Ministério — Das Minas e Energia.
Órgão — Comissão Nacional de Energia Nuclear
Projeto — Prospeção de Minérios Nucleares.

EMENDA Nº 1

	1963	1968	1970
Prospeção de Minérios Nucleares	NCR\$	NCR\$	NCR\$
Localização de depósitos naturais de urânio e outros elementos			

Onde se diz: 800.000 1.000.000 1.800.000
Diga-se: 800.000 4.000.000 8.000.000
Programa — Recursos Naturais.
Subprograma — Prospeção e Avaliação
Ministério — Das Minas e Energia.
Órgão — Departamento Nacional de Produção Mineral
Projeto —

EMENDA Nº 2

NCR\$ NCR\$ NCR\$
1968 1969 1970

Prospeção de Jazidas Minerais

Pesquisas geofísicas e geoquímicas em áreas de ocorrências minerais importantes para a avaliação das possibilidades econômicas de exploração			
Onde se diz:	24.706.000	22.040.000	25.000.000
Diga-se:	24.706.000	19.040.000	18.800.000

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres. (Pausa.) Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Attilio Fontana.

O SR. ATTILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa tem noticiado que o Poder Executivo pretende enviar ao Congresso Nacional um novo projeto de lei que modificará o atual Imposto de Circulação de Mercadorias.

Todos estamos lembrados de que projeto semelhante, enviado anteriormente, fora rejeitado pela Câmara dos Deputados. Na ocasião, houve muitos debates, provocando, inclusive a movimentação de grande número de prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores, com o escopo de alertar os Congressistas, pois que, aprovado, aquele projeto criaria problemas às administrações municipais.

Alegavam eles que a atual legislação, que criou o Imposto de Circulação de Mercadorias, estava beneficiando as administrações municipais e até as estaduais, uma vez que a receita principal daquele importante imposto implicava também no interesse de aumentar a produção, tanto do Estado como dos Municípios, para assim arrecadarem mais impostos.

Lembrava ainda os Srs. Prefeitos, como bem sabemos, que o antigo Imposto de Vendas e Consignações, arrecadado pelos governos estaduais e, de acordo com a Constituição, restituído em parte aos Municípios, raramente no devido tempo aos governos municipais. Havia sempre grande atraso; às vezes, depois dessa demora, ainda era pago com títulos da Dívida Pública do Estado. Esses títulos eram negociados pelos governos municipais, pela premência de numerário, com deságio grande. Outras vezes, nem mesmo chegavam a ser restituídos aos municípios sua quota-parte.

Dai porque um projeto que determinasse que o Imposto de Circulação de Mercadorias devia ser arrecadado pelos governos estaduais, criaria problema semelhante ao ocasionado pelo Imposto de Vendas e Consignações. Os governos municipais estariam sujeitos a demoras e até mesmo à boa-vontade dos governos estaduais na devolução da quota-parte daquele imposto.

Argumentam os assessores do Executivo que há necessidade de se fazer a modificação, porque, com a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias para os produtos hortifrutíferos e para outros produtos que gozam dessa isenção para exportação, houve diminuição na receita dos municípios que os produzem.

No caso, para corrigir um erro, estar-se-ia cometendo outro maior, porque abrangeria todos os governos municipais, indistintamente. Estes estariam sujeitos à nova fórmula de pagamento, do Imposto de Circulação de Mercadorias, aos municípios.

Não concordamos com esta orientação. Sr. Presidente, Srs. Senadores. Entendemos, em primeiro lugar, que devemos dar o máximo de amparo aos governos municipais e amparo que os estimulem, como dispõe a atual legislação ICM, para que fomentem a produção, para que cresça esse País e para que haja maior riqueza.

Mas, surge a questão dos produtos isentos de impostos. Nesses casos entendemos que há outras soluções que melhor consultam aos interesses nacionais e às próprias administrações municipais. No caso, o Governo poderia estabelecer apenas que os municípios arrecadassem os 20% que

lhes cabem sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias.

E, ainda, há outra fórmula mais sensata, mais judiciosa e mais eficiente — seria aquela de amparar o produtor, o agricultor e o pecuarista, para que produzam em maior escala, e conseqüentemente, mais economicamente.

Não basta, Sr. Presidente, o Governo estabelecer um preço mínimo para os produtos agropecuários. Isto pode resolver parcialmente. O mais acertado, como a imprensa tem divulgado, na opinião de homens de grande tirocinio, de grande capacidade administrativa, de estudiosos da matéria, é reduzir o custo da produção. Com isso resolveríamos vários problemas.

Atualmente, essa isenção de impostos, inclusive sobre produtos que exportamos para o exterior, como a torta de algodão, o farelo do amendoim, feijão-soja e outros, isentos do Imposto de Circulação de Mercadorias — o próprio milho é exportado com apenas 50% do ICM — nos traz um benefício apenas aparente.

Verificamos que com essa exportação isenta de imposto o produto custa menos no destino, lá no estrangeiro, do que aqui, internamente. E, apenas para citar, temos a informação de que razões balanceadas fabricadas na Europa com produtos em grande parte, originários do Brasil, chegam na Zona Franca de Manaus por preço menor do que custa a ração balanceada produzida no Brasil.

Verificamos, também, que a produção nacional, no caso da avicultura, com este critério, tem preço superior à da Europa.

Quer dizer, fazemos exportação livre de impostos para vender lá fora mais barato do que estamos produzindo no Brasil. O preço do quilo da ave, na Europa ou nos Estados Unidos, é inferior ao do Brasil. Dai porque precisamos encontrar a solução para que se produza mais economicamente no Brasil, em maior escala.

O SR. ALVARO CATÃO — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.^a, com a experiência, o espírito público e a autoridade que tem, aborda neste momento, como faz habitualmente, assunto de magna importância, o Imposto de Circulação de Mercadorias, que sucedeu ao antigo IVC, Imposto de Vendas e Consignações. É questão realmente importante e sobre ela muito se tem debatido, pelas implicações que traz, principalmente para a zona rural, produtora de alimentos.

E apesar de vir substituir aquele imposto, que se processava em cascata, o ICM veio trazer novos inconvenientes para os produtores, justamente os que têm o ônus de financiar o imposto antes da operação de comercialização. A respeito, queria dizer que ainda ontem, num depoimento da maior importância, prestado nesta Casa, o Sr. Presidente do Banco do Brasil, Dr. Nestor Jost, reconhecia vários inconvenientes do ICM e dava mesmo conta de estudos que se estariam processando na área correspondente à sua responsabilidade, justamente para atenuar essas conseqüências nocivas e inconvenientes do ICM. Gostaria, ainda, de fazer um pequeno reparo sobre a questão que V. Ex.^a vem abordando, no que diz respeito ao fato de se exportar com isenção de imposto. Realmente, nesta fase altamente competitiva em que o mundo se encontra é impossível pretender exportar impostos, mas estou inteiramente solidário com V. Ex.^a quando afirma que é preciso evitar que a ração, que se vai transformar em alimento, seja oferecida aqui no Brasil a preço mais alto daqueles que propiciamos nos países para os quais se faz essa exportação com isenção de impostos. Quero, por conseqüente, congratular-

me com esse oportuno discurso de V. Ex.^a e com as considerações válidas que tece sobre tema tão importante para a economia do País, principalmente para a rural.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte de V. Excelência, colaboração valiosa que por certo contribuirá para que estas nossas palavras cheguem ao conhecimento dos homens responsáveis a fim de que seja encontrada a verdadeira solução para os problemas agropecuários brasileiros.

Sr. Presidente, poderia citar, ainda, a título de ilustrar nosso ponto de vista, sobre o que o Governo precisa fazer em benefício dos lavradores o seguinte: um dos pontos cruciais para o nosso País, principalmente nas regiões em que, há longos anos, vem sendo explorada a agricultura, é o seu empobrecimento, a baixa produtividade do seu solo sem que os nossos lavradores tenham condições para o recuperar. Isto por que, os fertilizantes, no Brasil, são consumidos em doses muito reduzidas e, apenas, em poucos Estados. Tal ocorre devido o alto preço dos fertilizantes.

Ainda há pouco, observamos a grande diferença de preços de fertilizantes entre os países desenvolvidos e o nosso Brasil. Verificamos, então, apenas para exemplificar, que, na Itália, um quilo de fertilizante custa 35 liras e o quilo de milho, o cereal de preço mais baixo, custa 55 liras. Em São Paulo, o quilo de fertilizante custa 230 cruzeiros e o quilo de milho, 130 cruzeiros. E o fertilizante custa mais caro, à medida em que se distancia dos grandes centros.

O agricultor tem que produzir a preços que permitam a exportação de nossos produtos.

Posso dizer, em resumo, o seguinte: na Itália, 550 gramas de adubo correspondem ao valor de um quilo de milho, enquanto no Brasil dá-se exatamente o contrário.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Realmente, na Itália, com o valor de um quilo de milho se compram dois quilos de adubo e, no Brasil, apenas a quarta parte do adubo.

O SR. ATTILIO FONTANA — Quinhentos e cinquenta gramas de adubo.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Portanto, na Itália, com o mesmo produto, sem comprarmos quatro vezes mais adubo do que com produto idêntico em nosso País. Na verdade, entre todos os países, o adubo utilizado na agricultura brasileiro é o mais caro. E de se lamentar que uma indústria instalada, sob os melhores auspícios, em 1952-1953, em Pernambuco, a Fosforita Olinda, com capacidade para produzir trezentos toneladas de fosfato, esteja praticamente paralisada. Realmente, ela se arrasta em condições agônicas. Infelizmente ainda não se organizou uma política séria, eficaz, vigilante de produção de adubos no nosso País.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito grato, nobre Senador, pela valiosa colaboração.

Podemos verificar, através dos jornais, o seguinte: Um quilo de milho, na Itália, para um quilo e trezentas gramas de adubo e, em São Paulo, um quilo de milho paga tão somente 550 gramas de adubo. Por aí se verifica a grande desigualdade do lavrador da Itália, dos países desenvolvidos, com o nosso lavrador que tem que pagar, alto preço pelos fertilizantes, para suas terras esgotadas e cansadas, para, depois, vender seu produto a preço muito baixo.

O SR. PEDRO LUDOVICO — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Aqui no Brasil, conforme eu penso, o preço da mercadoria não depende, exclusivamente, do custo da produção. Vou citar o que se passa em Goiânia e que, certamente, ocorre em muitos outros lugares do Brasil: o truste do leite, em Goiânia, adquire do produtor o litro a 100 cruzeiros e o vende à população a 350 cruzeiros, tirando dele, ainda, 25% da manteiga. Acho que isto não é razoável, não é justo. Assim se passa com muitas outras mercadorias. A banana, por exemplo: compram a banana a 100 cruzeiros à dúzia e a vendem a 300 ou 400 cruzeiros. Isto é questão de governo. Ainda não houve um governo que tratasse deste assunto e assim, o povo é sempre explorado. Não me refiro apenas ao Governo revolucionário, que acho dos piores, refiro-me a todos os governos anteriores. Não houve ainda um governo evoluído, um governo programado, um Governo capaz de realizar certas coisas necessárias à melhoria de vida da população. É preciso que o Governo aja, porque o intermediário e os trusts estão acabando com o povo.

O SR. ATTILIO FONTANA — Agradeço o aparte do nobre Senador. S. Ex.^a procura esclarecer pontos de vista que devem ser considerados. É preciso que o Governo adote medidas acertadas, medidas que proporcionem condições de desenvolvimento do setor agropecuário, que, diga-se de passagem, não está prosperando.

Verificamos que, no setor industrial, conforme palavras que ouvi, ontem, do Sr. Presidente do Banco do Brasil, há um desenvolvimento que contribui, em grande parte, para a riqueza nacional.

O setor agropecuário continua regredindo poderíamos dizer, em certas regiões quer em relação ao agricultor, quer ao pecuarista.

Sr. Presidente, essa questão de isenção de impostos, como foi, há pouco, referido pelo nobre Senador Alvaro Catão, nem sempre beneficia o consumidor. Os intermediários é que se beneficiam. E, ainda mais: com essa situação de desigualdade que se cria entre aqueles que trabalham em nosso País e aqueles que trabalham em outros países, favorecidos pela exportação com isenção de impostos com todas as vantagens para entrega do produto aqueles agricultores que podem, então, produzir mais economicamente.

Entendemos que não se deve recorrer a essa modificação que os assessores do Executivo pretendem que o Governo proponha novamente ao Senado.

Teremos, inevitavelmente, um novo movimento, de parte das autoridades municipais, propiciando o surgimento de um verdadeiro caos.

O melhor será que o Governo desenvolva esforços, no sentido de, por outras maneiras e modos, beneficiar o agricultor patrio fazendo com que os fertilizantes fiquem mais baratos.

Argumenta-se, por exemplo, que ainda temos terras férteis, em quantidade suficiente, que podem produzir muito sem a utilização de fertilizantes. Ocorre, no entanto que essas terras, dentro de alguns anos, estarão na situação em que muitas já se encontram hoje em dia: esauridas.

Esta é a razão pela qual não devemos esperar — é preciso prever para bem prover — que as nossas terras agrícolas se transformem em deserto.

Urge, assim, adotemos providências agora, não como uma solução isolada, mas bem concatenada. Poderemos, então, produzir e oferecer ao consumidor gêneros de boa qualidade e a preços acessíveis, com o que estaremos criando fonte de riqueza e inclusive, criando condições para exportar o excedente.

Era o que desejávamos dizer nesta oportunidade, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais nada inscrito. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Senhores Senadores para sessão extraordinária, a realizar-se às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA**ESCOLHA DO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Justiça, sobre a Mensagem número 166-68 (nº 241-63 na origem), de 30 de abril do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do General de Brigada José Brêtas Cupertino para exercer o cargo, em comissão, de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

ESCOLHA DE AUTORIDADE

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem número 166-68 (nº 241-63 na origem), de 30 de abril do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do General de Brigada José Brêtas Cupertino para exercer o cargo, em comissão, de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

ESCOLHA DE AUTORIDADE

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 154, de 1968 (nº 230-68 na origem), de 25 de abril de 1968, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Caio Piliro Barreto para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

ESCOLHA DE AUTORIDADE

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 155, de 1968 (nº 231-68 na origem), de 25 de abril de 1968, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Laurindo Dias Minhoto Neto, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

ESCOLHA DE AUTORIDADE

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Justiça, sobre a Mensagem nº 156-68 (nº 232-68, na origem), de 25 de abril do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Mario Antonio Ferreira Miliano para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15,40 horas).

ATA DA 69ª SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1968**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)****PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO**

As 18 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
José Guimard.
Oscar Passos.
Alvaro Maia.
Edmundo Levi.
Milton Trindade.
Pedro Carnião.
Lobão da Silveira.
Achilles Cruz.
Sebastião Archer.

Victorino Freire.
Petrônio Portela.
José Cândido.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Luiz de Barros.
Dinarte Mariz.
Manoel Villalça.
Pereira Diniz.
Argemiro de Figueiredo.
Domício Gondim.
João Cleofas.
Pessoa de Queiroz.
Teotônio Vilela.
Rui Palmeira.
Arnold de Melo.
Dylon Costa.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Eduardo Catalão.
Josephat Marinho.
Eurico Rezende.
Paulo Torres.
Vasconcellos Torres.
Mário Martins.
Gilberto Marinho.
Milton Campos.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Carvalho Pinto.
Lino de Mattos.
Pericles Pedro.
Pedro Ludovico.
Fernando Corrêa.
Bezerra Neto.
Milton Menezes.
Mello Braga.
Alvaro Catão.
Antônio Carlos.
Atílio Fontana.
Guilmo Mondim.
Daniel Krieger.
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE
PARECERES****Parecer nº 397, de 1968**

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1967, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria. Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

O Projeto de lei do Senado número 73, apresentado pelo nobre Senador Paulo Torres em sessão de 16 de novembro próximo passado manda que "o período de serviço ativo, voluntário ou obrigatório, prestado às Forças Armadas", seja contado integralmente, para o fim de concessão de aposentadoria pela Previdência Social. Acrescenta o artigo 2º que "para os efeitos do estabelecido no artigo 8º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e demais disposições regulamentares, compreende-se como "tempo de serviço", o prestado, a qualquer tempo, voluntariamente, às Forças Armadas".

A lei nº 3.807 assim invocada, é a Lei Orgânica da Previdência Social, cujo artigo 8º dispõe que "perderá a qualidade de segurado aquele que, não se achando no gozo de benefício, deixar de contribuir por mais de doze meses consecutivos," sendo esse prazo ampliado para o segurado que for incorporado às Forças Armadas, a fim de prestar serviço militar obrigatório (sic) até três meses após o término

dêse serviço." (§ 1º, letra "c" do citado artigo 8º).

O que o Projeto pretende é fazer computar integralmente para efeitos de previdência social, o tempo de serviço prestado voluntariamente às Forças Armadas (Art. 1º), daí decorrendo que a dilatação de prazo para que o segurado não perca a sua condição de segurado prevalece mesmo em se tratando de serviço militar não obrigatório.

Argumentando com a circunstância de o Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1962), não especificar, se de serviço obrigatório, se de serviço voluntário, o tempo computável para aposentadoria e disponibilidade. Seu artigo 79 declara, com efeito, que será considerado como de efetivo exercício militar (inc. V). Ora, convocação pressupõe obrigatoriamente de serviço, quer em tempo de paz, quer em período de guerra. De modo que quando o artigo 1º seguinte manda valer, integralmente, para os indicados objetivos, o período de serviço ativo nas forças armadas, prestado durante a paz, computando-se em dobro o tempo em operações de guerra, não seria despropósito imaginarmos um a outro os dois dispositivos, para admitirmos que o serviço ativo, a que se refere o artigo 8º, não é outro que o resultante da convocação, a que se reporta o inciso V do artigo 1º. Desconhecemos, contudo, acções administrativas ou judiciais esclarecendo o ponto, mas é possível que existam.

E certo que a situação do funcionário público, quanto a percepção de vantagens ou benefícios, difere, essencialmente, da do servidor ou trabalhador empregado pela previdência social, não sendo, portanto, para rigorosa equiparação a aposentadoria de uns e a de outros. No particular da contagem do tempo de serviço, a que faz menção o Regulamento Geral da Previdência Social, citado na justificativa do Projeto, o tempo que se manda computar, de serviço militar obrigatório, é, indubitavelmente, o em que o empregado se afasta das suas tarefas ordinárias para atender ao chamado de seu País, seja na paz, seja na guerra. Dificilmente compreendíamos motivo lícito para o afastamento voluntário, em meio ao curso do seu trabalho. São aspectos, estes, que exigem cuidadoso exame, de que se desincumbirão, por certo, as Comissões de Serviço Público e de Legislação Social, as quais foi distribuído o Projeto. Sugerimos, por nossa vez, que sobre ele também se pronuncie a Comissão de Segurança Nacional.

Em princípio, nada há, na Constituição, que impeça a tramitação do Projeto.

Sala das Comissões, em 7 de fevereiro de 1968. — Milton Campos, Presidente — Aloysio de Carvalho, Relator — Aurélio Vianna — Antonio Balbino — Wilson Gonçalves — Alvaro Maia — Petrônio Portela — Josephat Marinho — Carlos Lindenberg — Rui Palmeira.

Parecer nº 398, de 1968

Da Comissão de Serviço Público Civil sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1967, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas.

Relator: Senador Carlos Lindenberg

O Projeto, ora submetido ao exame desta Comissão, equipara ao serviço militar obrigatório o prestado em caráter voluntário às Forças Armadas, no que diz respeito à contagem de tempo de atividade funcional, para fins de aposentadoria.

Explica o Autor que a proposição tem o objetivo de corrigir lacuna

legal existente, pois, enquanto a previdência social só admite o tempo de serviço militar obrigatório, o Estatuto dos Funcionários Públicos se refere ao serviço ativo. Isso o conduz ao raciocínio de que os funcionários são beneficiados pela contagem de serviço militar voluntário, o que não corre com o trabalhador vinculado à previdência social.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou inconstitucionalidade no Projeto. O Relator da matéria, porém, salientou que o Estatuto dos Funcionários Públicos, ao falar em convocação para o serviço militar, pressupõe obrigatoriamente de serviço. Reconhece que a situação do servidor público difere, essencialmente, da do trabalhador empregado pela previdência social, razão por que considera difícil haver "motivo lícito" para o afastamento voluntário do trabalhador, em meio ao curso de seu trabalho.

O projeto tem apenas um propósito: beneficiar os que prestam serviço militar voluntariamente, com a contagem do tempo de serviço ativo, para fins de aposentadoria. Exclui, portanto, todos os demais hipóteses imaginadas, que não tenham a aposentadoria como fim. Não há porque dilatar disso — tem-se o afastamento voluntário do trabalhador, em meio ao curso do trabalho, uma vez que tal afastamento, por ser voluntário, não onera o empregador nem lhe cria obrigações quanto ao retorno do empregado.

Tal situação já foi definida na Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que, em seu art. 45, § 2º, diz:

"Art. 45

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica ao MPDV, que se tenham apresentado como voluntários, para a proteção do FAS". Por seu turno, o Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 — que regulamentava a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, modificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965), dispõe em seu artigo 129:

"Art. 129. Os brasileiros contanto de acordo com o estabelecido pela legislação militar, para efeito de aposentadoria o tempo de serviço ativo prestado nas Forças Armadas, quando a elas incorporados em Organização Militar da Ativa ou em Órgão de Formação de Reserva".

De acordo com o mesmo Decreto nº 57.654, de 1966, o tempo de serviço militar será contado a partir do dia da incorporação ou da matrícula (art. 24). O serviço militar voluntário é permitido aos brasileiros entre 17 e 45 anos de idade (artigos 19 e 20), mas a inscrição do voluntário depende de ato do Ministro Militar (art. 117, § 2º).

Ora, só há voluntariado se houver interesse militar expresso em ato do Titular do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, sendo a contagem do tempo do serviço feita a partir do dia da incorporação ou da matrícula.

Está claro, portanto, que a legislação militar permite a contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria aos que se incorporaram em Órgão de Formação de Reserva a partir do dia da matrícula. Nenhum inconveniente há, que a previdência alcance aqueles que, voluntariamente, foram incorporados em Organização Militar da Ativa ainda mais quando, ao voluntário, não é assegurado o retorno ao emprego que tinha.

Onomamos, assim, pela aprovação do presente Projeto, em virtude das razões apresentadas, que o tornam justo e oportuno.

Sala das Comissões, em 1º de março de 1968. — Ruy Carneiro, Presidente

eventual — Carlos Lindenberg, Relator. — Paulo Torres — Adalberto Sena — Menezes Pimentel.

Parecer nº 399, de 1968

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1967, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria.

Relator: Senador Arthur Virgílio.

Apresentado pelo eminente Senador Paulo Torres, o presente projeto estabelece, em seu artigo 1º, que "o período de serviço ativo, voluntário ou obrigatório, prestado às Forças Armadas, será contado integralmente para fins de concessão de aposentadoria pela previdência social".

2. Em seu artigo 2º, dispõe o projeto que, "para os efeitos do estabelecido no artigo 8º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e demais disposições regulamentares, compreende-se como "tempo de serviço" o prestado, a qualquer tempo, voluntariamente, às Forças Armadas".

O referido artigo 8º dispõe que o segurado que deixar de contribuir por mais de doze meses consecutivos, não se achando no gozo de benefício, perderá essa qualidade. O segurado que for incorporado às Forças Armadas, a fim de prestar "serviço militar obrigatório", terá esse prazo dilatado até três meses após o término desse serviço, consoante estabelece o § 1º, alínea "c", do mesmo artigo.

3. Em sua Justificação, o ilustre Autor esclarece que o projeto visa corrigir lacuna legal existente em relação aos que prestam o prestaram, voluntariamente, serviço militar nas Forças Armadas, uma vez que a legislação previdenciária, toda vez que se refere a tempo de serviço militar, faz menção, unicamente, ao prestado em caráter obrigatório.

Entende, ainda, o Autor, que:

"A terminologia legal mais correta para o caso, deve-se salientar, é a adotada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711, de 1952, art. 80, II), e pela Lei do Serviço Militar (nº 4.375, de 1964, art. 63), que se referem exclusivamente, a serviço ativo, prestado nas Forças Armadas, a ser computado integralmente para fins de aposentadoria.

A previdência social, entretanto, segundo fomos informados, recusa-se a contar o referido tempo de serviço militar, prestado voluntariamente, para fins de concessão de aposentadoria, o que não nos parece justo, uma vez que, voluntário ou obrigatório, o serviço militar é o mesmo e constitui munus público. Não é, assim, correto que se façam distinções dessa sorte, contando-se esse tempo somente para uns poucos".

4. A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Constituição e Justiça — que não encontrou qualquer inconstitucionalidade no projeto — e de Serviço Público Civil. Esta última, após fazer um levantamento tanto da legislação militar em vigor como da dos funcionários públicos, que se referem a serviço ativo, sem qualquer distinção, e, portanto, admitem a contagem do tempo de serviço prestado voluntariamente, às Forças Armadas, para fins de aposentadoria, afirma:

"O projeto tem apenas um propósito: beneficiar os que prestam serviço militar voluntariamente, com a contagem do tempo de serviço ativo para fins de aposentadoria. Exclui, portanto,

todas as demais hipóteses imaginadas, que não tenham a aposentadoria como fim. Não há porque — diante disso — temer-se o afastamento voluntário do trabalhador, em meio ao curso do trabalho, uma vez que tal afastamento, por ser voluntário, não onera o empregador nem lhe cria obrigações quanto ao retorno do empregado".

5. Realmente, a nosso ver, assiste razão ao Autor do projeto. Não se justifica essa distinção, para fins de aposentadoria, entre tempo de serviço militar obrigatório e voluntário. O Serviço Militar é idêntico para todos, seja prestado voluntária ou obrigatoriamente, importa nas mesmas obrigações e deveres e obriga a iguais sacrifícios, trabalhos e riscos. O fato de ser o serviço militar voluntário permitido por lei e aceito por ato da autoridade militar competente demonstra, indiscutivelmente, haver interesse público, razão por que deve ter o mesmo reconhecimento que o obrigatório.

6. Não há, ao nosso entender, distinção entre tipos de "tempo de serviço", diferenciações sutis, que nada mais são do que filigranas jurídicas, injustificáveis face à natureza da matéria.

Trata-se, no caso, da aplicação do maior bem dos trabalhadores, da maior contribuição que podem dar à Nação, ou seja, a da sua "força de trabalho".

O período durante o qual aplicam ou dispõe dessa "força de trabalho" é que se denomina "tempo de serviço".

Ele é sempre o mesmo, seja o prestado a empregadores particulares ou ao Estado, sem qualquer distinção de regimes jurídicos de trabalho. Assim, a nosso ver, o "tempo de serviço" militar é, também, o mesmo, tenha ele sido prestado em caráter voluntário ou obrigatório.

7. A Administração da Previdência Social Brasileira não pode, no entanto, até o presente momento, contar o tempo de serviço militar voluntário para fins de aposentadoria uma vez que a legislação específica se refere, exclusivamente, ao obrigatório. Urge, assim, corrigir essa situação, conforme propõe o projeto.

8. Diante do exposto e louvando a iniciativa do eminente Senador Paulo Torres, que propôs medida das mais justas e humanas, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1968. — *Petrônio Portella*, Presidente. — *Arthur Virgílio*, Relator. — *José Leite* — *Mello Braga* — *Atílio Fontana* — *Milton Trindade*.

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1968 (nº 3.314-E-57, na Câmara), que regulamenta a profissão de empregados de edifícios e dá outras providências.

Relator: Senador Atílio Fontana.

Apresentado na Câmara dos Deputados, o presente projeto regulamenta a profissão de empregados de edifícios e dá outras providências.

2. Empregado em edifício, conforme dispõe o art. 1º, é todo "aquele que for admitido pelo proprietário, síndico, cabecel ou por seu representante legal, para trabalhar nas partes comuns do edifício, e mediante pagamento de salário".

Os edifícios, para os efeitos da lei, conforme estabelece o art. 2º, são divididos em comerciais e residenciais e os empregados, para efeito de especificação das obrigações e direitos, nos termos do art. 3º dividem-se em zeladores, porteiros, cabineiros, manobristas, faxineiros, vigias, serventes e outros (admitidos para prestar serviços não previstos na lei e que, atendendo às necessidades de bom funcionamento do edifício, venham a ser

criados por lei ordinária — § 8º do art. 3º).

3. O autor, em sua justificação ao projeto, esclarece:

"Até pouco tempo, os empregados em edifícios eram considerados "domésticos". Graças a uma iniciativa do Congresso, foram retirados dessa categoria e sujeitos à Legislação Trabalhista em plenitude.

Trata-se de uma classe numerosa e grandemente sacrificada. Desempenha no entanto, uma tarefa cada vez mais importante nos centros urbanos. Dela depende a vida regular e tranqüila de enormes parcelas da população".

4. O projeto, a nosso ver, é supérfluo e totalmente desnecessário. Conforme o próprio autor afirma, os referidos empregados estão "sujeitos à legislação trabalhista em sua plenitude" e dessa forma, amparados e protegidos como todos os outros.

5. Dispõe o art. 7º, em seu "caput", que "somente poderão exercer atividades em edifícios aqueles que possuírem certificado de habilitação, expedidos pelas escolas mantidas pelos respectivos sindicatos, de acordo com a função a ser exercida".

Parece-nos absurdo exigir de um servente ou de um faxineiro um "certificado de habilitação". Qual a habilitação necessária a um faxineiro? Que saiba fazer limpeza. Então os patrões não podem aquilatar esse fator? É necessário uma escola para isso? E existem tais escolas?

6. A discriminação de funções e atribuições existente no art. 3º — zeladores, porteiros, faxineiros, serventes etc. — vai sem dúvida, propiciar os exageros: um faxineiro negar-se-á a carregar um pacote, por ser atribuição do servente, um servente não entregará uma carta, por tratar-se de serviço do porteiro, e assim por diante.

7. Salienta-se, ainda, que a proposição contém preceitos altamente intervencionistas, cerceadores da liberdade privada de contratação. Além dos dispositivos já citados, ainda outros existem obrigando os empregadores ao fornecimento gratuito de fardamento aos empregados, a terem mais de três empregados nos edifícios de mais de cinco andares etc.

8. A legislação social, evidentemente, deve proteger os economicamente mais fracos sendo, em essência, intervencionista. Mas tudo deve ser feito dentro de um meio termo. Deve haver equilíbrio, ponderação e bom-senso nas suas determinações.

A intervenção é admissível até certo ponto. O exagero propicia o abuso, o desequilíbrio, as repercussões mais negativas possíveis. E isto é o que ocorrerá, sem dúvida, se aprovado o presente projeto.

9. A legislação atual, como se encontra, já atende, já resolve, de maneira satisfatória, as relações entre empregados e empregadores nesse setor de trabalho. Não há, assim, a nosso ver, necessidade de se legislar mais nesse campo, que já está atendido pela legislação trabalhista. As disposições contidas no projeto, se aprovadas só viriam criar confusões.

10. Diante do exposto, opinamos pela rejeição do projeto, por entender-lo supérfluo e inconveniente.

Sala das Comissões, 7 de maio de 1968. — *Petrônio Portella*, Presidente. — *Atílio Fontana*, Relator. — *Mello Braga* — *José Leite* — *Milton Trindade*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — O expediente lido, vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres:
Nº 448-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 447-68, ao Ministério da Educação e Cultura;
Nº 448-68, ao Ministério das Minas e Energia;
Nº 449-68, ao Ministério dos Transportes;
Nº 450-68, ao Ministério dos Transportes;
Nº 451-68, ao Ministério da Saúde;
Nº 457-68, ao Ministério da Fazenda;
Nº 458-68, ao Ministério dos Transportes;
Nº 459-68, ao Ministério das Comunicações;
Nº 460-68, ao Ministério da Fazenda;
Nº 461-68, ao Ministério da Agricultura;
Nº 462-68, ao Ministério da Agricultura;
Nº 463-68, ao Ministério da Fazenda;
Nº 464-68, ao Ministério da Fazenda;
Nº 465-68, ao Ministério das Comunicações;
Nº 466-68, ao Ministério das Comunicações;
Nº 467-68, ao Ministério da Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 493, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através da Prefeitura do Distrito Federal, as seguintes informações:

1) Se é verdade que as redes de esgoto pertencentes às edificações que circundam o Lago de Brasília estão conduzindo detritos diretamente ao referido Lago;

2) Se as supramencionadas redes foram ou estão sendo construídas obedecendo planta previamente aprovada pela Prefeitura do Distrito Federal;

3) Qual a sistemática adotada para permanente acompanhamento do estado de salubridade das águas do Lago de Brasília;

O SR. PRESIDENTE (*Gilberto Marinho*) — O requerimento será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Projeto de Resolução

Nº 34, de 1968

Aposenta Therezinha de Mello Bobany, Taquígrafa, Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com o § 1º do art. 27, da Constituição Federal, combinado com os arts. 346, 345, item II e 319, § 4º da Resolução nº 6, de 1960, a Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Therezinha de Mello Bobany.

Justificação

Face ao entendimento dado pela douta Comissão de Constituição e Justiça ao art. 345 do Regulamento da Secretaria, a Comissão Diretora submete à consideração do Plenário o presente Projeto de Resolução, a fim de aposentar a taquígrafa Therezinha de Mello Bobany.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — *Gilberto Marinho*. — *Pedro Ludovico*. — *Rui Palmeira*. — *Dinarte Mariz*. — *Victorino Freire*. — *Lino de Mattos*.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto será publicado e, em seguida, incluído na Ordem do Dia, porque independe de parecer.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

**Projeto de Resolução
Nº 35, de 1968**

De a disposição do Banco Nacional de Habitação, pelo prazo de um ano, o Oficial Legislativo, PL-4, Cláudio Idebuarque Carneiro Leal Neto, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, nos termos dos arts. 92 e 300, item I, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano e sem vencimentos, para exercer a função de Assessor Jurídico do Diretor Supervisor das Carteiras de Operações Especiais e de Hipotecas do B.N.H., o Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Cláudio Idebuarque Carneiro Leal Neto.

Justificação

Vista o presente Projeto de Resolução a atender uma solicitação do Senhor Presidente do B.N.H., no sentido de permitir ao Senado que o funcionário, acima citado, vá exercer, naquele Banco, a função de Assessor Jurídico do Diretor de uma de suas Carteiras.

O cargo é de relevo e o servidor está capacitado a exercê-lo, pois é advogado.

Assim justificado, a Comissão Diretora submete a matéria à consideração do Plenário.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1968. — Gilberto Marinho. — Pedro Ludovico. — Rut Palmeira. — Dinarte Mariz. — Victorino Fraga. — Guido Mondim. — Lino de Matos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto será publicado e, em seguida, incluído na Ordem do Dia, porque independe de parecer.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Justiça, sobre a Mensagem nº 166-68 (número 241-68, na origem), de 30 de abril do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do General de Brigada José Brás Cupertino para exercer o cargo, em comissão, de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 153, de 1968 (nº 229-68, na origem), de 25 de abril de 1968, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Celso Dias de Moura, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 154, de 1968 (nº 230-68 na origem), de 25 de abril de 1968, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Caio Plínio Barreto para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem nº 155, de 1968 (nº 231-68 na origem), de 25 de abril de 1968,

pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Laurindo Dias Minho Neto, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Justiça, sobre a Mensagem nº 156-68 (número 232-68, na origem), de 25 de abril do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Bacharel Mário Antonio Ferreira Milano para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

A matéria toda da Ordem do Dia desta sessão extraordinária deve ser votada em sessão secreta.

Pego aos Srs. Funcionários que tomam as providências de direito.

(A sessão torna-se secreta às 13 horas e 40 minutos e volta a ser pública às 19 horas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando outra, extraordinária, para amanhã às 10 horas, com a seguinte ordem do dia:

TRABALHOS DE COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL**ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO****PORTARIA Nº 55, DE 1938**

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Senador Adalberto Sena, Vice-Líder do MDB, o Auxiliar Legislativo, PL-10, Newton Araújo Silva, para as funções de Auxiliar.

Senado Federal, em 6 de maio de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 56, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar nos termos do artigo 222, da Resolução nº 6, de 1960, Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Velloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-8, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito Administrativo encarregada de apurar as faltas ao serviço de Hélio Francisco Rosa, Servente, PL-14.

Senado Federal, em 8 de maio de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

ATAS DAS COMISSÕES**COMISSÃO DE FINANÇAS****14ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1968****7ª EXTRAORDINÁRIA**

Às 16 horas do dia 29 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Sigefredo Pacheco, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Mello Braga e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Paulo Sarasate, João Cleofas, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Carvalho Pinto, Júlio Leite, Arthur Virgílio e José Ermirio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

São relatados e aprovados, por unanimidade pela Comissão, os seguintes programas do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1968-1970.

Pelo Sr. Bezerra Neto:

favorável ao Programa Assistência e Previdência e contrário às duas emendas a ele apresentadas.

Pelo Sr. Fernando Corrêa:

favorável ao Programa Comunicações e às duas emendas a ele apresentadas.

Pelo Sr. Manoel Villaga:

favorável ao Programa Saúde e as emendas de nºs 1 — 8 — 14 — 20 — 23 e 28 e pela rejeição das emendas de nºs 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 9 — 10 — 11 — 13 — 15 — 17 — 18 — 19 — 21 — 22 — 29 — 30 — 31 — 32 — 33 — 34 — 35 — 37 — 38 — 39 — 40 — 41 — 42 — 43 — 44 — 45 — 46 — 47 — 48 e para posterior deliberação das emendas de nºs 12 — 16 — 24 — 25 — 26 — 27 e 36

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

15ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1968**8ª EXTRAORDINÁRIA**

Às 10 horas do dia 30 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Sigefredo Pacheco, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Arthur Virgílio, Antônio Carlos e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Paulo Sarasate, João Cleofas, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Carvalho Pinto, Júlio Leite e José Ermirio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes programas do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968 que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1968-1970.

Pelo Sr. José Leite:

favorável ao Programa Transporte e às emendas nºs 6 — 7 — 11 — 19 — 51 — 52 — 57-CF a 74-CF e contrário às demais emendas apresentadas.

Com voto do Sr. Antônio Carlos quanto às emendas nºs 33, 51 e 65, a Comissão aprova o parecer.

Pelo Sr. Mem de Sá:

favorável ao Programa Recursos Naturais e às duas emendas a ele oferecidas.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Arthur Virgílio:

favorável ao Programa Habitação e Planejamento Urbano e contrário às de

nºs 1, 4, 5 e 6 e para posterior exame das emendas de nºs 2 e 3.

O parecer é aprovado pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

16ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1968**9ª EXTRAORDINÁRIA**

Às 16 horas do dia 30 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Mello Braga, Sigefredo Pacheco e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Paulo Sarasate, João Cleofas, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Júlio Leite, Arthur Virgílio e José Ermirio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Bezerra Neto que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1968, que dispõe sobre o reajustamento salarial previsto nos Decretos-leis nº 15, de 29 de julho de 1966 e 17, de 22 de agosto de 1966.

A Comissão aprova o parecer.

Prosseguindo o Sr. Manoel Villaga lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1968, que dispõe sobre o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1968-1970, na parte referente ao Programa Educação e às emendas nºs 7 — 10 — 12 — 13 — 15 — 16 — 23 — 24 — 68 e 69 e as subemendas 77 a 81 e pela rejeição das emendas 1 — 2 — 6 — 14 — 21 — 22 — 25 a 47 — 49 — 50 — 59 — 62 — 63 — 65 — 66 — 67 — 70 a 76 e para posterior deliberação das emendas nºs 3 — 4 — 5 — 8 — 9 — 11 — 17 a 20 — 48 — 51 a 58 — 60 — 61 — 64 — 74 — 75.

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE MAIO DE 1968**

Às 10.30 horas do dia 7 de maio de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Josaphat Marinho, Aloisio de Carvalho, Argemiro Figueiredo, Eurico Rezende, Arnor de Mello, Petronio Portela, Alvaro Maia, Edmundo Levi e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixa de comparecer o Sr. Senador Wilson Gonçalves.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Presidente comunica ao plenário da Comissão que recebeu um telex do Sr. Senador Bezerra Neto solicitando que se aguardasse sua chegada, a fim de ter início a reunião, uma vez que embarcaria do Rio para Brasília no Eletra das 9 horas. Usam da palavra os Srs. Senadores Petronio Portela, Josaphat Marinho, Argemiro Figueiredo e

Edmundo Levi e, em seguida, o Sr. Presidente coloca em votação se deve se iniciar a reunião, devido ao adiantado da hora e a possibilidade de atraso na chegada do avião, ou se deve se aguardar o Senador Bezerra Neto. É aprovada a proposta de se começar os trabalhos pelas matérias de legislação ordinária, deixando as Mensagens constantes da pauta para mais adiante, até a chegada do Senador.

Com a palavra, o Senhor Senador Josaphat Marinho relata o Projeto de Lei da Câmara nº 133-52 — Autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no município de Ipameri, Estado de Goiás, uma agência postal-telegráfica em Ivorá, distrito de Júlio de Castilhos, uma agência telegráfica em Nova Esperança, município de Jaguari e uma agência postal em Arambaré, Camaguan, Estado do Rio Grande do Sul, concluindo pela sua inconstitucionalidade. O parecer é aprovado, sem restrições.

A seguir, o Senhor Senador Josaphat Marinho pede licença para se retirar, visto ter uma reunião inadiável e é dada a palavra ao Sr. Senador Edmundo Levi que relata os seguintes projetos: pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 176-61: Transforma em funcionário do serviço civil do Poder Executivo para os fins da Lei nº 3.780, de 12-7-60, o pessoal pago por economias administrativas e outros recursos

das organizações dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha. O parecer é aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Senador Edmundo Levi lê seu parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 27-68: Dispõe sobre a aposentadoria, na forma do § 2º do art. 100 da Constituição do Brasil, de servidores que mencionam. Submetido à discussão e votação, após longo debate, a Comissão aprova a preliminar de ser ouvida previamente, sobre os aspectos científicos, a Comissão de Saúde.

O Sr. Senador Bezerra Neto comparece à reunião.

Comunica o Sr. Presidente que, de acordo com o Regimento, a reunião converter-se-á em secreta, a fim de serem apreciadas as Mensagens do Sr. Presidente da República de nºs 149 a 156.

Reaberta a sessão, o Sr. Senador Bezerra Neto relata o Projeto de Lei do Senado nº 35-68: Mantém as cooperativas de crédito de capital elevado e longo funcionamento, dando pela sua constitucionalidade e juridicidade.

Submetido à discussão e votação, depois de usarem da palavra diversos Senhores Congressistas, a Comissão resolve converter o parecer em diligência, para que o Projeto seja anexado ao PLS nº 54-67, que trata de matéria idêntica.

Antes de encerrar a reunião, o Sr. Presidente convocou uma reunião extraordinária para o dia 8 de maio, às 10,30 horas, a fim de ser apreciada matéria de urgência, com o que concordam os Senhores Membros da Comissão, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada serj assinada pelo Senhor Presidente.

14ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 1968

Às 10,30 horas do dia 8 de maio de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Josaphat Marinho, Argemiro Figueiredo, Alvaro Maia, Menezes Pimentel, Bezerra Neto, Eurico Rezende, Aloysio de Carvalho, Edmundo Levi e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

E aprovada a ata da reunião anterior.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wilson Gonçalves e Petrônio Portela.

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Josaphat Marinho que relata os seguintes projetos: pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 63-67 — Autoriza a o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª

Região — o crédito especial de NCr\$ 60,45, para atender ao pagamento do salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Dr. Dilermando Xavier Porto; e pela constitucionalidade com uma emenda do Projeto de Lei da Câmara número 291-65 — Dispõe sobre a assistência a família e dá outras providências.

Submetidos os pareceres a discussão e votação são aprovados. Quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 291-66 são vencidos os Senadores Bezerra Neto e Aloysio de Carvalho, conforme as declarações de voto: Senador Bezerra Neto: vencido, nos termos do voto em separado. Senador Aloysio de Carvalho: votei contrariamente aos arts. 1º e 2º; favoravelmente aos arts. 3º, com a redação modificável em vista da supressão dos artigos anteriores, e mais aos artigos 4º, com a emenda do Relator e 5º; com restrições ao texto dos arts. 6º e 7º, este pela incidência exagerada da pena máxima.

O Sr. Presidente comunica que, de acordo com o Regimento, a sessão será transformada em secreta, a fim de ser apreciada a Mensagem nº 166-68 do Sr. Presidente da República.

Reaberta a sessão, nada mais havendo a tratar é encerrada lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.